



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

AS CONTRIBUIÇÕES DE MAXIMIANO MACHADO E IRINEU  
PINTO PARA A CONSTRUÇÃO DA CULTURA HISTÓRICA SOBRE  
O PERÍODO HOLANDÊS NA PARAÍBA (1634-1654).

HÉRICK DAYANN MORAIS DE MENESES

JOÃO PESSOA-PB  
Agosto/2009

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Biblioteca Central - Campus I - Universidade Federal da Paraíba**

M488c

Meneses, Héric Dayann Morais de

As Contribuições de Maximiano Machado e Irineu Pinto para a construção da cultura histórica sobre o período holandês na Paraíba (1634-1654) / Héric Dayann Morais de Meneses. – João Pessoa, 2009.  
161 f. : il. color.

Dissertação (Mestrado em História)- Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes.

Referências.

Orientadora: Profa. Dra. Regina Célia Gonçalves.

1. Cultura Histórica 2. Historiografia 3. Maximiano Lopes Machado  
4. Irineu Ferreira Pinto 5. Institutos Históricos I. Título.

UFPB/BC

CDU 930.26(813.3)(043)

AS CONTRIBUIÇÕES DE MAXIMIANO MACHADO E IRINEU PINTO  
PARA A CONSTRUÇÃO DA CULTURA HISTÓRICA SOBRE O PERÍODO  
HOLANDÊS NA PARAÍBA (1634-1654).

HÉRICK DAYANN MORAIS DE MENESES

ORIENTADOR: Prof (a). Dra. Regina Célia Gonçalves

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em História, Área de Concentração em História e Cultura Histórica e Linha de Pesquisa em Ensino de História e Saberes Históricos.

JOÃO PESSOA – PB  
Agosto/2009

HÉRICK DAYANN MORAIS DE MENESES

AS CONTRIBUIÇÕES DE MAXIMIANO MACHADO E IRINEU PINTO  
PARA A CONSTRUÇÃO DA CULTURA HISTÓRICA SOBRE O PERÍODO  
HOLANDÊS NA PARAÍBA (1634-1654).

Avaliado em \_\_\_\_\_ com conceito \_\_\_\_\_

Banca examinadora da DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

---

Prof.(a) Dra. Regina Célia Gonçalves (PPGH/UFPB)  
Orientadora

---

Prof(a). Dra. Rosa Maria Godoy Silveira (PPGH/UFPB)  
Examinador Interno

---

Prof(a). Dra. Maria Emília Monteiro Porto (PPGH/UFRN)  
Examinador Externo

---

Prof(a). Dra. Vilma de Lourdes Barbosa (PPGH/UFPB)  
Suplente Interno

---

Prof(a). Dra. Regina Coeli Gomes Nascimento (PPGH/UFCG)  
Suplente Externo

**À memória do meu pai. Eternas  
saudades. Dedico.**

## AGRADECIMENTOS

Agradecer... Tarefa nada fácil, quando se trata de compartilhar com tanta gente que nos ajudou para a conclusão deste trabalho. Destacarei aqui pessoas que foram e são decisivas, importantes para minha vida.

Em primeiro lugar, registro o amor daquele que é maior do que todos nós: DEUS. Obrigado, pai, por ter me sustentado de pé ao longo de tantos desafios, de tantas dificuldades e por me reerguer quando já não havia mais forças.

Aos meus genitores: José Idebrando (*in memoriam*) e Tereza Cristina que, ao longo de toda minha vida, me amaram e me deram suporte. Foram meus verdadeiros e melhores amigos. Em especial, a minha mãe, que sofreu com meus abusos, com minha irritabilidade, ausência, mas que, como ela mesma diz: “eu não desisto de você”. Amo vocês, que são tudo na minha vida. Pai, no céu que sei que está: esta obra é para ti. Aos dois, o meu eterno obrigado e gratidão. Sou o que sou por que um dia vocês me ensinaram tudo que sei, mesmo sabendo que, assim como Sócrates, “nada sei”.

Aos meus irmãos de sangue e melhor amigo (Segundo) e do coração (Ceixa) por todo amor dispensado. E a Ceixa uma gratidão mais do que especial, porque suportou, com amor, todas as minhas crises e cuidou de mim com tanto carinho. Obrigado por tudo!

Ai... Que tarefa difícil. Mas esta pessoa é, sem sombra de dúvidas, a mais importante desta labuta: a minha amiga e orientadora, Dra. Regina Célia Gonçalves, por todo carinho, paciência e amor. Fui um privilegiado por tê-la na minha vida. Até nos momentos mais duros, soube ser doce, dom inato que tem. Obrigado pelas dicas sempre certeiras e pacientes, pelos livros emprestados, pela receptividade na sua casa, pelos “puxões de orelha” sutis e por toda generosidade. Qualquer deslize deste trabalho, nada a atinge, porque em todos os momentos ela foi a melhor de todas. A meu porto seguro na terra, nestes últimos dois anos e oito meses. A você, serei imorredouramente agradecido.

Aos professores que compartilharam conosco de momentos de aprendizado e amor pela História: Dr. Antônio Carlos, Dr. Élio Chaves, Dra. Cláudia Engler, Dra. Carla Mary, Dra. Regina Behar, Dr. Raimundo Barroso, Dr. Ricardo Pinto, Dr. Mozart Vergetti.

A todos os colegas e amigos da turma 2007 de mestrado, em especial, Ana Elizabete, Luciana, Adriana e Genes por uma amizade que se formou. Aliás, a Aninha uma gratidão mais do que especial.

À professora Dra. Cláudia Engler Cury pela maestria com que conduziu seu biênio (2007-2009) à frente da coordenação.

Ao Professor Dr. Raimundo Barroso Cordeiro Júnior que agora segue na coordenação do PPGH.

À professora Dra. Carla Mary da Silva Oliveira pelo empréstimo da primeira versão da obra de Maximiano Lopes Machado.

Ao professor Dndo. Eduardo Henrique Lima Guimarães, pela doação da sua dissertação de mestrado, importantíssimo trabalho sobre o Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano.

Às professoras amigas e incentivadoras: Dra Ariane Norma de Menezes Sá e Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano, que primeiro me deram forças para dar uma contribuição para a História.

Ao professor Dr. Jaldes Reis de Menezes, pela aceitação de participar do nosso Seminário de Dissertação e pelas contribuições importantes.

Às professoras Dra. Rosa Maria Godoy Silveira e Dra. Maria Emília Monteiro Porto pelas sugestões mais que precisas no exame de qualificação.

A Virgínia, secretária carinhosa e amiga. Obrigado por suportar nossas ansiedades.

Aos professores do curso de Biblioteconomia, por todo incentivo: Rosinha, Fabiana, Alzira Karla, e em especial, Suzana Queiroga.

Aos amigos do curso de Biblioteconomia, em especial, Neusa Moura e Maria Inês, que sempre me ajudam em tudo.

A minha família (minhas tias) Beta, Joana, Célia e em especial, Ana, guerreira e exemplo maior de amor pela vida. A senhora que sempre me ouviu, me incentivou e foi base para a minha formação. Eu te amo, tia!!!!

A querida amiga e eterna professora: Dra Martha Maria Falcão de Carvalho e Moraes Santana, pelas sugestões e incentivos.

A minha amiga de fé Eliana Calado, por toda uma linda amizade e por ter feito o *résumé*. Te amo amiga!

Ao amigo/irmão Caio Inácio por tantos diálogos trocados e por ser peça-chave deste processo.

A amiga mais do que fundamental, Flávia Cristina Brito do Nascimento, que em todos os momentos me ajudou. Nunca sequer fez nenhuma reclamação de abuso. Esteve ao meu

lado, me ouvindo, me escutando, nas madrugadas pelo telefone, na Internet. Você é um presente de Deus na minha vida. Eu te amo!

Aos amigos da Escola Flávio Ribeiro Coutinho, em especial, Marluce, Edna, Geralda, Vivi e Alessandra por toda ajuda e amizade.

Ao meu amigo Fabiano Gonçalves, que se tornou um cúmplice e por toda amizade e companheirismo dispensados.

Ao amigo Bruno Alves, por todos os momentos vividos juntos e alegres. Obrigado por ter suportado este colega chato e “morgado”.

Ao meu companheiro de todas as madrugadas, o meu cachorro Tônico, que me dava forças por meio de seu olhar, para que eu seguisse adiante.

E a todos que contribuíram, de forma direta e indireta, para a consecução desta obra.

## RESUMO

Esta dissertação vincula-se à linha de pesquisa *Ensino de História e Saberes Históricos*, do curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em História/UFPB, cuja área de concentração é *História e Cultura Histórica*. Tem como objetivo principal, proceder à análise da cultura histórica institucionalizada, através da obra de Maximiano Lopes Machado, sócio do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, no século XIX, autor de *História da Província da Paraíba*, e Irineu Ferreira Pinto, sócio-fundador do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, autor de *Datas e Notas para a História da Paraíba*, sobre um tema específico: a ocupação holandesa na Capitania da Paraíba (1634-1654). O diálogo com Michel de Certeau foi de grande significado para, por um lado, entendermos os Institutos Históricos como lugares sociais privilegiado da produção historiográfica no século XIX e nas primeiras duas décadas do século XX, bem como para situarmos a natureza da operação historiográfica realizada pelos dois autores nas obras selecionadas. Ainda tomamos o conceito de historiografia desenvolvido por Rogério Forastieri da Silva, compreendido como uma comparação entre autores e algumas de suas respectivas obras, como central para a nossa argumentação. A arquitetura do trabalho se fundamenta em fontes bibliográficas, bem como em fontes manuscritas e impressas localizadas nos acervos da Universidade Federal da Paraíba e do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano.

**Palavras-chave:** 1. Cultura Histórica 2. Historiografia 3. Maximiano Lopes Machado 4. Irineu Ferreira Pinto 5. Institutos Históricos.

## RÉSUMÉ

Ce mémoire de DEA est lié à la ligne de recherche *Ensino de História e Saberes Históricos*, du Programa de Pós-Graduação em História/UFPB, qui a comme domaine de concentration *História e Cultura Histórica*. Son principal objectif est l'analyse de la culture historique institutionnalisée, réalisée à partir de l'oeuvre de Maximiano Lopes Machado, associé de l'Institut Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, au XIX<sup>ème</sup> siècle, auteur de *História da Província da Paraíba* et Irineu Ferreira Pinto, associé-fondateur de l'Institut Histórico e Geográfico Paraibano, auteur de *Datas e Notas para a História da Paraíba*, qui a pour thème spécifique l'occupation hollandaise à la Capitania de la Paraíba (1634-1654). Le dialogue avec Michel de Certeau a été d'une grande signification pour, d'un côté, comprendre les Instituts Historiques comme un lieux social privilégié de la production historiographique au XIX<sup>ème</sup> siècle et aux deux premières décennies du XX<sup>ème</sup> siècle, bien comme pour situer la nature de l'opération historiographique réalisée par les deux auteurs dans les oeuvres sélectionnées. On a aussi utilisé le concept d'historiographie développé par Rogério Forastieri da Silva, compris comme une comparaison entre auteurs et quelques unes de ses oeuvres respectives, comme central pour notre argumentation. L'architecture du travail est basée sur des sources bibliographiques, bien comme sur des sources manuscrites et imprimées, localisées dans les archives de l'Universidade Federal da Paraíba et de l'Instituto Histórico e Geográfico Paraibano.

Mots-clés: 1. Culture hitorique 2. Hitoriographie 3. Maximiano Lopes Machado 4. Irineu Ferreira Pinto 5. Instituts Historiques.

**LISTA DE SIGLAS**

- EMC – Educação Moral e Cívica
- IAGP- Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano
- IHGB- Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
- IHGP- Instituto Histórico e Geográfico Paraibano
- LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - 1996
- LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - 1961
- MEC – Ministério da Educação
- MST – Movimento dos Trabalhadores Sem-terra
- OSPB - Organização Social e Política do Brasil
- PPGH – Programa de Pós-Graduação em História
- UFCEG – Universidade Federal de Campina Grande
- UFPB – Universidade Federal da Paraíba
- UVA – Universidade Estadual do Vale do Acaraú

**LISTA DE FIGURAS**

<b>Figura 1- Foto da professora Carmem Coelho de Miranda Freire.....</b>	<b>140</b>
<b>Figura 2- Foto da capa e contracapa do livro de Carmem Coelho de Miranda Freire.....</b>	<b>141</b>
<b>Figura 3- Foto da assinatura posse de Vilma dos Santos Cardoso Monteiro no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/UFPB.....</b>	<b>142</b>
<b>Figura 4- Foto da capa do livro de Vilma Monteiro.....</b>	<b>143</b>
<b>Figura 5- Foto de Maximiano Lopes Machado.....</b>	<b>144</b>
<b>Figura 6- Foto de Irineu Ferreira Pinto.....</b>	<b>145</b>
<b>Figura 7- Foto da Biblioteca Irineu Pinto, em Santa Rita- PB.....</b>	<b>146</b>
<b>Figura 8- Foto da Biblioteca Irineu Pinto, no IHGP.....</b>	<b>147</b>
<b>Figura 9- Foto da Escola Irineu Pinto, em Bayeux- PB.....</b>	<b>148</b>

## SUMÁRIO

RESUMO .....	VII
RESUME .....	VIII
LISTA DE SIGLAS .....	IX
LISTA DE FIGURAS .....	X
<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>01</b>
<b>2. MANUAIS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA DA PARAÍBA E O PERÍODO HOLANDÊS.....</b>	<b>07</b>
2.1. A DITADURA MILITAR NO BRASIL E AS REFORMAS DE ENSINO.....	11
2.1.1. O CONTEXTO HISTÓRICO.....	12
2.1.2. AS REFORMAS EDUCACIONAIS DA DITADURA .....	18
2.2. A HISTORIOGRAFIA DIDÁTICA NA DÉCADA DE 1970 .....	24
2.3. OS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA DA PARAÍBA	
2.3.1. AS AUTORAS.....	29
2.3.2. O “DOMÍNIO HOLANDÊS” NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA DA PARAÍBA .....	34
<b>3. INSTITUTOS HISTÓRICOS: O LUGAR SOCIAL DE MAXIMIANO LOPES MACHADO E IRINEU FERREIRA PINTO</b>	
3.1. LUGAR SOCIAL, BIOGRAFIA E GÊNERO BIOGRÁFICO.....	49
3.2. OS AUTORES	
3.2.1. MAXIMIANO LOPES MACHADO.....	53
3.2.2. IRINEU FERREIRA PINTO.....	58
3.3. A CULTURA HISTORIOGRÁFICA INSTITUCIONALIZADA: O IAHGP E O IHGP .....	66
<b>4. A HISTÓRIA DA PROVÍNCIA DA PARAÍBA E A DATAS E NOTAS PARA A HISTÓRIA DA PARAÍBA: O LUGAR DO PERÍODO HOLANDÊS</b>	
4.1. O LUGAR DA HISTORIOGRAFIA.....	85
4.2. AS OBRAS	
4.2.1. A <i>HISTÓRIA DA PROVÍNCIA DA PARAÍBA</i> DE MAXIMIANO LOPES MACHADO.....	88
4.2.2. A <i>DATAS E NOTAS PARA A HISTÓRIA DA PARAÍBA</i> DE IRINEU FERREIRA PINTO .....	96
4.3. MAXIMIANO MACHADO E IRINEU PINTO E A OCUPAÇÃO HOLANDESA	
4.3.1. O PERÍODO HOLANDÊS NA <i>HISTÓRIA DA PROVÍNCIA DA PARAÍBA</i> .....	101
4.3.2. O PERÍODO HOLANDÊS NAS <i>DATAS E NOTAS PARA A HISTÓRIA DA                 PARAÍBA</i> .....	118
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>125</b>
<b>6. FONTES E BIBLIOGRAFIA</b>	
6.1. FONTES .....	129
6.2. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	129
6.2.1. LIVROS/ DISSERTAÇÕES/ TESES.....	129
6.2.2. PERIÓDICOS.....	138
6.3. SÍTIOS ELETRÔNICOS CONSULTADOS.....	139
<b>7. ANEXOS .....</b>	<b>140</b>

## I. INTRODUÇÃO

A história da história não se deve preocupar apenas com a produção histórica profissional, mas com todo um conjunto de fenômenos que constituem a cultura histórica, ou melhor, a mentalidade histórica de uma época. (LE GOFF, 1992, p.48).

O trabalho aqui apresentado começou a ser sistematizado em 2000, na preparação da monografia de conclusão do Curso de Graduação em História. Por outro lado, desde aquela época, pensávamos em elaborar um texto sobre o domínio holandês e suas implicações na Paraíba, mais especificamente, sobre como foi produzida e difundida a cultura histórica sobre esse período nos meios escolares do estado. Sem saber precisar, ao certo, como determinadas perguntas foram sendo formuladas e reunidas para fornecer a base dessa investigação, lembrávamos, entretanto, de certos momentos que foram chave como ponto de partida.

Um dos primeiros passos rumo à nossa identificação com o estudo do tema se deu através de um seminário apresentado junto à disciplina História da Paraíba I, ministrada pela professora Dra. Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano e, também, por longas conversas sobre a falta de bibliografia que tratasse, com um olhar crítico, a ocupação flamenga em terras paraibanas. Assim, o primeiro impulso foi querer buscar entender o porquê dessa cultura histórica ter ficado restrita ao viés historiográfico tradicional, da repetição dos fatos, datas, heróis, etc.

Um presente encantador que recebemos, cerca de dois anos mais tarde, foi uma visita ao Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, com a professora Dra. Martha Maria Falcão de Carvalho e Moraes Santana, que nos mostrou os ambientes do Instituto e teceu importantes considerações sobre como, por muito tempo, a história que ali se preservava, era difundida e chegava ao senso comum através da sua disseminação nas escolas (especialmente através dos manuais didáticos) e na imprensa (jornais).

Por razões pessoais, afastamo-nos da academia. Retornando em fins de 2006, fomos novamente impulsionados ao estudo, com o objetivo de contribuir para a história local, elaborando um projeto para concorrer a uma das vagas do Programa de Pós-Graduação em História (mestrado) da UFPB (Universidade Federal da Paraíba). Optamos, então, por elaborar uma análise historiográfica da produção de dois dos mais influentes autores paraibanos acerca desse tema específico: a presença holandesa na Paraíba, ou seja, a ocupação

da Companhia de Comércio das Índias Ocidentais, criada em 1621 com a finalidade de se estabelecer na área produtora de açúcar do, então, Império Habsburgo: Maximiano Lopes Machado em *História da Província da Paraíba* (1890) e Irineu Ferreira Pinto, em *Datas e Notas para a História da Paraíba* (1908). Conhecer essa produção e verificar a narrativa que os autores elaboraram sobre o período já citado implica em alguns desafios, como buscar identificar as influências teórico-metodológicas que nortearam seus trabalhos e entender a visão que cada um deles desenvolveu sobre o tema.

Nossa proposta tem como objetivo analisar as obras de Maximiano Lopes Machado e de Irineu Ferreira Pinto sobre o período holandês na Paraíba e sua importância e influência na construção da cultura histórica local sobre o tema. Antes, porém, daremos relevo às discussões historiográficas e como elas foram ganhando terreno ao longo dos anos.

Podemos observar que, em geral, o que falta nos autores paraibanos que reconstroem a história dos holandeses na Paraíba, é justamente uma ampla pesquisa documental. Por outro lado, na obra de Irineu Pinto, *Datas e Notas para a História da Paraíba* (1908), se percebe uma preocupação exclusiva com os documentos, tratando-os como a verdade histórica. No entanto, é importante ressaltar que a sua preocupação central era publicar documentos oficiais que considerava importantes para a história da Paraíba e que, então, se encontravam em risco, por falta de conservação. A preocupação prioritária com os documentos é uma característica essencial dos metódicos, que preconizavam que os fatos estavam prontos neles e que esses mesmos fatos deveriam ser narrados “como realmente aconteceram”. Não há preocupação analítica, observância de quem escreveu e o por quê. Nesta perspectiva, o historiador se concentra nos eventos e nas expressões dessas individualidades que se apreendem através das fontes, tendo como função “a de recuperar os eventos, suas interconexões e suas tendências através da documentação e fazer-lhes a narrativa” (REIS, 1996, p.12).

Por nossa proposta se caracterizar como um trabalho de análise da obra de historiadores, ou seja, de historiografia, é que buscamos entender cada autor de acordo com as luzes do seu tempo e de acordo com os conceitos então disponíveis no fazer historiográfico.

A historiografia é um campo em construção, e por isso comporta uma retificação das discussões que os estudiosos dão ao passado histórico. Assim, diversos autores falam em “história da historiografia” como “ramo legítimo do conhecimento histórico” (RUSEN in: MALERBA, 2006, p. 117), sendo a narrativa ou o relato que se faz dela, mecanismos importantes na construção da historiografia.

Em toda pesquisa histórica, a historiografia tem que se constituir como parte integrante, de tal forma que se chegue ao resultado de um saber redigido, caracterizado por novos questionamentos e críticas. Certeau (2000) admite que a “história faz parte da “realidade” da qual trata, e que essa realidade pode ser captada enquanto atividade humana” (p.19). É justamente isso o que os estudiosos desse campo em construção, que é a historiografia, vêm fazendo. Blanke, no seu artigo “Para uma nova história da historiografia”, apresenta dez tipos e duas funções dessa história da historiografia. Por exemplo, dá ênfase à história dos historiadores, das obras, do balanço geral, da disciplina, dos métodos, das idéias históricas, dos problemas, das funções do pensamento histórico, da história social dos historiadores e da historiografia teoricamente orientada, tendo a função afirmativa e crítica como elemento responsável por essa construção. Assim nos diz: “a crítica explícita de modelos tradicionais é como destruição de uma tradição particular” (in: MALERBA, 2006, p. 34).

Por estas razões, Certeau propôs, em “A Operação Historiográfica”, que “toda pesquisa historiográfica é articulada a partir de um lugar de produção sócio-econômico, político e cultural” (2000, p.18). Dessa forma, estas questões enunciam uma operação a ser construída, imbuída de nova interpretação, de métodos próprios, de modo de organização característico, que tem de ser relativo a um lugar e a um tempo. Por isso, o historiador não visa a construção de um império, pelo contrário, ele trabalha nas margens do percurso em que a história intervém sob a forma de uma experimentação crítica dos modelos sociológicos, econômicos, psicológicos ou culturais. A operação histórica representa o caminho pelo qual se conduz uma investigação sobre a sociedade. Certeau expõe as escolhas do historiador, os limites e as ousadias da construção e das análises, as documentações. Todo este conjunto seria uma forma de quebrar as regras do historicismo e positivismo, pois o homem constrói uma ciência interpretativa, com métodos e teorias que auxiliam a ciência histórica.

Também por isso, é interessante relacionar que, para a construção da história da historiografia, é necessária a utilização de vários métodos, como o “bibliográfico, filosófico, científico, literário e sociológico” (MASTROGREGORI apud MALERBA, 2006, p. 66 - 67). A isso, ele atribui à historiografia o significado de uma expressão da tradição das lembranças, o que Certeau (2000) relaciona como seleção, reunião e transformação, ou seja, a história é mediada pela técnica.

Além da pesquisa bibliográfica, utilizamos o *corpus* documental (artigos, cartas, documentos pessoais, iconografia) disponível no Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba e

na Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba, referente aos autores alvo de investigação.

Todos estes suportes metodológicos e documentais têm importância singular porque, no próprio IHGP e no IAGP, identificamos os mecanismos a que já nos referimos, tendo em vista que, durante muito tempo, e ainda em dias de hoje, o “saber” histórico produzido por estas instituições é bastante relevante na conformação da cultura histórica acerca do tema que estudamos. Isto é evidente quando estamos em sala de aula e questionamos nossos alunos acerca do que representou o período holandês, e os mesmos afirmam aquilo que lêem nos manuais didáticos: tal período representou uma primitiva formação da pátria.

Para atingir o objetivo da reflexão proposta por nossa área de concentração, que é “História e Cultura Histórica”, e já que “a expressão cultura histórica procura inventariar a articulação entre o processo histórico e a produção, transmissão e recepção do conhecimento histórico” (FLORES, 2007, p. 2-3), trabalhamos com o campo da história cultural.

Tal campo nos permite buscar os suportes para entendermos o contexto em que os autores e as obras analisadas estão inseridos. Este campo, por sua vez, vem ampliando as perspectivas do conhecimento histórico. Para ser mais preciso, procuramos abordá-lo no domínio da história dos intelectuais/história das idéias, já que estamos analisando duas obras que foram e são importantes para a compreensão da História da Paraíba, bem como os intelectuais que a escreveram. Algumas perspectivas teóricas discutem e problematizam sobre o campo da história cultural e o domínio da história das idéias/história dos intelectuais. Ronaldo Vainfas, ao escrever o artigo “História das mentalidades e história cultural”, apresenta a evolução da história das mentalidades, de suas definições, métodos e teorias, demonstrando que as mesmas acabaram por se refugiar no campo da história cultural. Por outro lado, afirma, em seguida, que uma das características dessa história cultural é justamente o distanciamento em relação ao domínio da história das idéias, ou seja, nega que o mesmo se situe no campo da história cultural:

nova coincidência, convém frisar, entre a história cultural e a das mentalidades: o distanciamento em relação à chamada história das idéias, história do pensamento formal, da filosofia ou dos “grandes pensadores” (1997, p. 149).

Todavia, Barros (2006) aprofunda a discussão acerca da relação entre a história da idéias e a história cultural e, para isso, enfatiza que aquela se apresenta “como um dos domínios mais significativos da história cultural” (2006, p.131). E, com relação à história das idéias/intelectual, vai mais além:

Esse campo da história cultural, desde já podemos notar, sintoniza-se diretamente com o domínio da História das Idéias. Entre outras possibilidades, pode-se estudar por exemplo as idéias políticas (a Democracia, o Estado Absoluto, as diversas trajetórias da noção de Liberdade ou de Igualdade nos vários períodos históricos, ou conjuntos teóricos mais abrangentes e acabados como o Positivismo. E vale lembrar que as idéias podem ser examinadas pelo historiador no âmbito das produções individuais (uma História Intelectual propriamente dita ) ou no âmbito de correntes de pensamento para as quais contribuíram grupos de indivíduos (o Iluminismo, o Liberalismo, o Socialismo) ( 2006, p. 135).

Estas visões divergentes mostram como as discussões históricas são complexas, heterogêneas, e problematizam as diversidades de recursos teóricos e metodológicos. Por esta razão ou razões, entendemos que a cultura histórica contemporânea requer, cada vez mais, dos historiadores, uma intensa reflexão teórica e metodológica acerca da natureza do seu campo de conhecimento, inclusive quanto às suas possibilidades de atingir condições de verossimilhança.

No caso dos nossos autores, é interessante saber o porquê e para quem escreviam, e como esse saber foi se arraigando ao longo do tempo, a ponto de, ainda hoje, ser muito influente em diferentes espaços da cultura histórica paraibana, notadamente no âmbito dos meios de comunicação e do saber histórico escolar. Neste sentido, sabemos que a cultura histórica não fica restrita somente ao *métier* dos historiadores profissionais; outros agentes também se dedicam a narrar e escrever, ou seja, a produzir, textos sobre a história. Muitos desses, inclusive, se institucionalizaram ao longo do tempo, inclusive e principalmente, no seio do próprio Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, onde esse saber ficou “preservado”.

Procuraremos, assim, comparar a maneira como os nossos autores escreveram seus textos, a formação acadêmica que tiveram, as suas experiências e outros trabalhos que redigiram, por exemplo.

Uma observação é necessária a respeito de nossos esforços para a realização da pesquisa. Ela esteve concentrada, principalmente, no Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, onde investigamos a documentação que foi produzida pelos e sobre os autores e que estão presentes, nas revistas da Instituição, bem como também em jornais, memoriais, anais e etc. Traçamos caminho pelas Bibliotecas das Universidades Federais da Paraíba e de Pernambuco, o que reiterou o que já se tinha encontrado no próprio IHGP. No Instituto Paraibano, tivemos um bom acolhimento e não houve percalços para a integralização da pesquisa; diferentemente do Instituto Pernambucano, que não permitiu a realização da

pesquisa durante os dias úteis da semana, em virtude de uma ordem interna do próprio, ficando apenas as manhãs dos sábados livres e condicionadas à presença de algum dos sócios para que pudéssemos trabalhar, o que praticamente impediu nossa investigação.

Este trabalho é dividido em três capítulos. No primeiro, fazemos um estudo sobre o período holandês na historiografia didática da década de 1970, na Paraíba, através da análise das obras de Carmem Coelho de Miranda Freire, *História da Paraíba* (1974), e de Vilma dos Santos Cardoso Monteiro, *Pequena História da Paraíba* (1975), procurando nelas perceber o legado de Maximiano Machado e de Irineu Ferreira Pinto. Para tanto, fazemos uma contextualização inicial procurando caracterizar o período em que as autoras escreveram, o da ditadura militar no Brasil, bem como o lugar ocupado pela produção de materiais didáticos naquela época.

No capítulo dois, fazemos uma discussão sobre o “lugar social” (no sentido a ele atribuído por Michel de Certeau) dos dois autores centrais da nossa análise. Para tanto, procuramos considerar, por um lado, dados de suas biografias buscando compreendermos suas trajetórias intelectuais e, por outro lado, tecer considerações acerca das principais instituições formuladoras de saberes históricos em suas épocas, os institutos. Consideramos, assim, de forma geral, o IHGB, o IAHGP e o IHGP como lugares sociais privilegiados da operação historiográfica desenvolvida por nossos autores, já que ambos estiveram intimamente vinculados àquelas entidades.

Por fim, no terceiro capítulo, discutimos o conceito/lugar da historiografia no conhecimento histórico, para que, dessa forma, pudéssemos entender as obras dos autores selecionados, especificamente a *História da Província da Paraíba*, de Maximiano Lopes Machado, e *Datas e Notas para a Paraíba*, de Irineu Ferreira Pinto. Para encerrar o capítulo, nos dedicamos à análise do período holandês em ambas as obras, procurando estabelecer os núcleos centrais da reconstrução operada pelos autores. Núcleos centrais que, ao nosso ver, são repetidos, cerca de sessenta anos depois, nos livros didáticos que analisamos no capítulo inicial.

\*\*\*\*\*

## II. MANUAIS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA DA PARAÍBA E O PERÍODO HOLANDÊS

Neste capítulo procuramos entender como as idéias de Maximiano Lopes Machado e de Irineu Ferreira Pinto foram apropriadas e divulgadas pelo saber histórico escolar, principalmente através da historiografia didática produzida na década de 1970, sobre a qual nos deteremos mais adiante.

Apoiando-nos na afirmação de Ângela de Castro Gomes de que existem outros agentes sociais que escrevem sobre história e que não são profissionais e que, por isso, a cultura histórica “extrapola o pequeno mundo dos historiadores” (1996, p.37-38), procuramos situar nossos autores. Partimos do princípio de que, embora não tenham sido historiadores de profissão, no sentido de que não se dedicavam exclusivamente à pesquisa ou ao ensino de História<sup>1</sup>, Maximiano Lopes Machado, profissional da área do Direito, e Irineu Ferreira Pinto, servidor público do estado da Paraíba, produziram obras que foram e continuam a ser extremamente relevantes na historiografia local em geral, e na produção de materiais didáticos para o ensino de História, em particular.

Nossos estudos indicam que as narrativas de ambos constituíram-se, até recentemente<sup>2</sup>, como as idéias-força dessa historiografia sobre a história da Paraíba dos períodos colonial e imperial, incluindo o chamado período holandês<sup>3</sup>. Trata-se de construções

---

<sup>1</sup> Na época em que nossos autores escreveram ainda não havia a profissionalização universitária de historiadores. Os primeiros cursos superiores de História, no Brasil, foram instalados nas faculdades de Filosofia e datam de 1934 e de 1939, respectivamente na Universidade de São Paulo/USP (Decreto n.14343) e na Universidade do Brasil que é a atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Esta foi criada no dia sete de setembro de 1920, com o nome de Universidade do Rio de Janeiro. Reorganizada em 1937, quando passou a se chamar Universidade do Brasil, tem a atual denominação desde 1965. O seu curso de História instalado na Faculdade Filosofia, Ciências e Letras, foi o segundo a ser criado no país. Sobre este assunto, consultar: ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil. 1930/1970*. Petrópolis: Vozes, 1978, p.132. As informações sobre a UFRJ foram extraídas do sítio eletrônico da instituição: [www.ufrj.br](http://www.ufrj.br). Acesso em 31 de maio. 2009.

<sup>2</sup> Nos últimos anos, em especial a partir do final da década de 1990, tem ocorrido uma renovação bastante significativa dos estudos sobre a história da Paraíba, com destaque para aqueles que se orientam em direção aos períodos colonial e imperial. Isso se deve, em grande parte, ao impacto gerado pelo acesso à documentação sobre a Capitania da Paraíba do Arquivo Histórico Ultramarino de Portugal que foi possibilitada pelo projeto Resgate Barão do Rio Branco. Sobre o projeto, consultar a Apresentação de autoria da historiadora Rosa Godoy Silveira do *Catálogo dos Documentos Manuscritos Avulsos Referentes à Capitania da Paraíba, Existentes no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa* organizado por Oliveira, Menezes e Lima (João Pessoa: Editora da UFPB, 2002). Sobre as possibilidades de renovação da pesquisa que este material indica acerca do período colonial especificamente, ver: GONÇALVES, Regina Célia. A Paraíba no Período Colonial. In: *A Paraíba nos 500 Anos do Brasil*. João Pessoa: IHGP, 2000 p.11-30.

<sup>3</sup> Tal ocupação não foi holandesa, mas sim da Companhia de Comércio das Índias Ocidentais, criada em 1621, nos Estados Gerais das Províncias Unidas, com o objetivo de tomar o atual nordeste brasileiro (que correspondia ao espaço ocupado pelas então chamadas Capitanias do Norte do Estado do Brasil), em virtude dos interesses da exploração açucareira. Essa ocupação ocorreu no momento em que se processara a União Ibérica, quando os reinos de Portugal e de Espanha se encontravam unificados pela dinastia de Habsburgo, situação que se estendeu de 1580 a 1640. O que hoje conhecemos por Holanda, à época, fazia parte das Províncias Unidas do Norte, que

que, presentes em diferentes espaços de produção e difusão do saber histórico (notadamente, nos livros didáticos e no ensino de história nas escolas, mas também na propaganda oficial e nos meios de comunicação), colaboraram profundamente para a constituição de uma consolidada cultura histórica local acerca daquele período.

Até a criação dos primeiros cursos de História na Paraíba<sup>4</sup>, foi o IHGP considerado o instrumento principal das produções historiográficas existentes no estado. Foi lá que se iniciou e onde se concentrou a catalogação e o mapeamento das fontes para a produção da história local. No IHGP, a intenção de glorificar o passado da Paraíba manifestou-se através da construção de uma história que fosse separada da de Pernambuco. Tal objetivo orientou a atividade constante dos membros do IHGP, de forma a instaurar, também via historiografia, o sentimento de paraibanidade, base da distinção já referida, entendida como fundamental para assegurar à Paraíba, o lugar que lhe cabia na República brasileira instalada em 1889<sup>5</sup>. Este tema será discutido nos capítulos dois e três, buscando demonstrar como os nossos autores a exaltaram nos seus livros. Entendemos que Maximiano Lopes Machado e Irineu Ferreira Pinto construíram suas histórias acerca do período holandês pautados fundamentalmente neste princípio da paraibanidade e da defesa da nacionalidade, o que correspondia ao movimento operado em um espaço institucional constituído com esse objetivo. Sendo assim, procuraremos recuperar suas idéias e argumentos centrais sobre o período, orientados por essa perspectiva.

Também, segundo esta perspectiva, analisamos dois livros didáticos, dos primeiros escritos sobre a história da Paraíba com essa finalidade. São eles: *História da Paraíba: período colonial e Brasil Reino* [1971, 1972 e 1974], de Carmem Coêlho de Miranda Freire e

---

estavam separadas das Províncias Unidas do Sul, aliadas da Espanha. Sobre o assunto, consultar: MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos Flamengos. Influência da Ocupação Holandesa na Vida e Cultura do Norte do Brasil*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1982.

<sup>4</sup> A criação dos primeiro curso de História na Paraíba ocorreu em 1952 na Faculdade de Filosofia da Paraíba (FAFI), em João Pessoa. Em 1974, depois da federalização da instituição, o curso passou a funcionar na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Nesse período, a prioridade foi atender à demanda de profissionais para lecionarem no ensino fundamental e médio (magistério). Em 1981, foi criado o curso de História do campus II da UFPB, situado em Campina Grande, hoje Universidade Federal de Campina Grande (UFCEG), autônoma da UFPB desde 2002. Outros cursos de História foram criados em instituições de ensino superior, como a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), a partir de processo de estadualização de outras instituições já existentes, em 1987, com campi em Campina Grande e em Guarabira e, ainda, o da Faculdade Francisco Mascarenhas de Patos. Em 1971, foi criado, e abolido em 2001, o curso de História do Centro Universitário de João Pessoa (UNIPÊ). Recentemente, em 2005, foi criado o curso da Universidade do Vale do Acaraú (UVA). Também em 2005, a UFPB iniciou sua primeira turma de pós-graduação, nível de mestrado. Para detalhes da criação do curso de graduação em História, na UFPB, consultar a dissertação de mestrado de Francisco Chaves Bezerra, defendida junto ao PPGH/UFPB, em março de 2007, cujo título é: *O Ensino Superior de História na Paraíba (1952-1974): aspectos acadêmicos e institucionais*.

<sup>5</sup> A obra pioneira, e referência obrigatória para quem se interessa pelo tema, é *Intrépida Ab Origine: o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e a produção da história local* (João Pessoa: Almeida, 1996), de autoria da historiadora Margarida Dias, que o aborda a partir da análise das primeiras edições da Revista do IHGP.

*Pequena História da Paraíba* [1975] de Vilma dos Santos Cardoso Monteiro<sup>6</sup>. As suas autoras, além de serem professoras de História, também eram, tal como Maximiano Machado e Irineu Pinto, vinculadas, como sócias efetivas, a um Instituto Histórico, no caso de ambas, o Paraibano. As obras foram escritas, e este é outro importante laço que as une, na mesma década, os anos 1970, marcada pelas reformas educacionais do regime militar que se instalara no Brasil em 1964 e que, entre outras medidas, definira um novo lugar para o ensino de História. Aliás, no dizer de Lapa (1981, p.9), teria ocorrido, neste período, a “desinstitucionalização” deste ensino, tema a que também retornaremos.

Compreendemos que entender esses processos de institucionalização, no nosso caso, o do saber histórico elaborado e disseminado através de autores vinculados aos Institutos Históricos, inclusive através de livros didáticos, é uma das tarefas da história cultural. Tal como Chartier entendemos que ela “tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (2002, p.16-17). E, como estaremos dialogando com autores que tiveram vínculos com tais institutos, e neste capítulo em especial com autoras de livros didáticos, e tendo em vista que o norte das suas idéias e práticas veio do IHGB, fazer tais articulações é tarefa fundamental.

Cabe aqui, ainda, uma consideração acerca do lugar que o compêndio escolar, inclusive em sua versão mais moderna, o livro didático, ocupa na conformação e disseminação, ou melhor, na institucionalização, de uma determinada cultura histórica, o que justifica a opção que fazemos por tratar deste tema nesta dissertação.

Le Goff (1992, p.48 e p.75-76) sustenta a hipótese de que os compêndios escolares são os melhores pontos de observação para o estudo da cultura histórica de uma época e destaca que o problema é que eles só passam a existir depois do século XIX. Embora os tome exclusivamente como fonte para esse estudo, e nesse sentido não esteja preocupado com o papel do ensino de História e particularmente dos livros didáticos na disseminação de tal cultura, o autor aborda outros aspectos que nos permitem estabelecer conexões com nosso tema. Um deles diz respeito à dificuldade de se falar na existência de apenas uma cultura histórica – que ele compreende como “a relação que uma sociedade, na sua psicologia

---

<sup>6</sup> Utilizamos, em nossa análise, as seguintes edições: FREIRE, Carmem Coêlho de Miranda. *História da Paraíba: período colonial e Brasil Reino*. 4ed. João Pessoa: Gráfica Universal, 1982; MONTEIRO, Vilma. *Pequena História da Paraíba*. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1975. O livro de Carmem Freire foi editado da seguinte forma: em 1971, a primeira parte, correspondente ao período colonial e ao Brasil Reino; em 1972, a segunda parte, correspondente ao Período Republicano e edição completa em 1974. O de Vilma Monteiro, publicado imediatamente após a morte da autora, foi reeditado em 1980 também pela Editora Universitária da UFPB.

coletiva, mantêm com o seu passado” (1992, p.47-48) -, tendo em vista a pluralidade de construções e reconstruções possíveis desse mesmo passado em cada sociedade. No entanto, o autor resolve a questão, embora também chame a atenção para o fato de que esse procedimento não seja exatamente seguro, afirmando que, sejam quais forem as diferenças, é possível mapear o que a “opinião pública”, tomada como “opinião coletiva”, tem como sendo este passado. Algo que, ainda segundo ele, cabe aos historiadores interpretar.

Pensamos que seja possível estabelecer uma conexão entre esta leitura de Le Goff e a de Ferro, em livro publicado quase dez anos antes<sup>7</sup>. Afirma ele:

... em cada país permanece uma matriz da História, e essa matriz dominante marca a consciência coletiva de cada sociedade (...). Assim, neste livro, não procuro enunciar uma verdade histórica válida para todos e que seria tão absurda quanto imaginária; eu gostaria de recuperar as várias imagens desse passado tal como foi vivido pelas múltiplas sociedades de nosso mundo” (1983, p.13-14).

Perseguindo este objetivo, Ferro passa a analisar, neste livro já clássico, casos de ensino de História, através de vários veículos, inclusive livros didáticos, em treze países dos cinco continentes.

Podemos inferir que aquilo que Le Goff chama de “psicologia coletiva” ou “opinião pública” de uma sociedade sobre seu passado, é quase a mesma coisa que Ferro define como sendo a “consciência coletiva”. Ambos parecem concordar com a idéia de que há um ponto de vista hegemônico sobre o passado que pode ser identificado em cada sociedade, e que é traduzido por Ferro como “matriz dominante da História” (ou história oficial) e, por Le Goff, como cultura histórica. Para o que nos interessa, neste momento, importa reter o lugar que ambos reservam ao livro didático como veículo a partir do qual se torna possível compreender tal fenômeno. Ferro, inclusive, apoiado na afirmação croceana de que “a História coloca mais os problemas do seu tempo do que os da época que se propõe a estudar” (1983, p.12-13), aprofunda a discussão sobre como o ensino de História e o livro didático podem ser instrumentos de controle do passado para o domínio e legitimação do presente. Por sua vez, Le Goff faz outra consideração extremamente relevante acerca da função que podemos atribuir ao livro didático:

---

<sup>7</sup> O livro de Marc Ferro teve sua primeira edição, na França, em 1981. O de Jacques Le Goff foi publicado, primeiramente, em 1990, na Itália, pela editora Giulio Einaudi.

... a História, mesmo que só o consiga vagamente, é uma ciência e depende de um saber profissionalmente adquirido. (...) A História já tem a sorte ou a infelicidade (única entre todas as ciências?) de poder ser feita convenientemente pelos amadores. De fato, ela tem necessidade de vulgarização...” (1992, p.50).

O ensino de História e o manual didático ainda são indispensáveis em nossa sociedade para se atingir o objetivo da vulgarização do conhecimento histórico, em que pese o alcance cada vez mais significativo das *mass-media* e outros veículos neste setor. Ou, como afirma Gimeno Sacristán (*apud* MUNAKATA, 2007, p.138), os livros didáticos, como “instrumentos culturais de primeira ordem”, ao lado dos meios de comunicação de massa, constroem uma “base para a criação de um consenso cultural mínimo que assegure a vertebração social”, “a integração da comunidade”.

Compreendemos, assim como estes autores, a importância dos livros didáticos e procuraremos demonstrar como, nos casos que estudamos, eles têm sido veículos importantes de uma determinada cultura histórica, aquela produzida no seio dos Institutos Históricos, que se tornou hegemônica na sociedade paraibana desde as obras de Maximiano Machado e Irineu Ferreira Pinto, produzidas entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Cultura histórica essa marcada por pressupostos que as autoras dos livros didáticos que analisamos se encarregaram de reproduzir, especialmente quanto ao tratamento dado ao período holandês. Procuramos demonstrar, também, que os materiais em estudo expressam ainda as condições históricas da época em que foram elaborados, bem como o alinhamento político e teórico das autoras naquele momento marcado pela ditadura militar no Brasil e pelo lugar reservado à História pelo regime, o que pode ser percebido, inclusive, a partir da análise das reformas educacionais que então se processaram. A afirmação de Ernest Lavissee de que o papel do ensino de História deveria ser o de inculcar nos alunos valores que os levassem a “amar e compreender a Pátria” (*apud* Le Goff, 1992, p.75-76) parece aplicar-se perfeitamente ao que o país vivia naquele momento. Tal como ocorrera na época em que Machado e Pinto escreveram e que discutiremos no próximo capítulo.

\*\*\*\*\*

## **2.1. A Ditadura Militar no Brasil e as Reformas do Ensino**

A seleção que fizemos das obras a serem analisadas, pautou-se no fato das mesmas terem sido, como já dissemos anteriormente, das primeiras a serem escritas, exclusivamente sobre a história da Paraíba, com fim didático. Outra característica comum às autoras, além de

serem professoras de História e sócias do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, é que seus trabalhos foram elaborados durante a década de 1970, período marcado pelos silêncios impostos pela Ditadura Militar, através de vários Atos Institucionais, principalmente o AI-5, e que atingiram diretamente a produção intelectual. O Regime Militar brasileiro não permitia análises políticas mais aprofundadas, e muito menos contestação, o que teve um enorme impacto não só sobre a atuação dos políticos e dos movimentos sociais, mas também sobre a produção de artistas e intelectuais, historiadores aqui incluídos.

### 2.1.1 O Contexto Histórico

O período da Ditadura Militar, que se estendeu de 1964 a 1985, caracterizou-se, em termos gerais, pela falta de democracia, pela supressão de direitos constitucionais, a censura, e a perseguição política e repressão aos opositores do regime. A crise política se arrastava desde a renúncia de Jânio Quadros, em 1961<sup>8</sup>. O vice de Jânio, João Goulart, assumiu a presidência num clima político adverso e teve seu governo (1961-1964) marcado pela abertura às organizações sociais. Assim, estudantes, movimentos populares e trabalhadores ganharam espaço, causando a preocupação aos segmentos conservadores como, por exemplo, empresários, banqueiros, setores tradicionais da Igreja Católica, militares e classe média, que temiam uma guinada do Brasil para o lado socialista. Vale lembrar, que neste período, o mundo vivia o auge da Guerra Fria<sup>9</sup>. O estilo populista<sup>10</sup> e de esquerda do Governo João Goulart, gerou preocupação nos EUA que, junto com as classes conservadoras brasileiras, temiam um golpe comunista.

Os partidos de oposição, como a União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Social Democrático (PSD), acusavam Jango de estar planejando um golpe de esquerda e de

---

<sup>8</sup> Para melhor aprofundamento acerca da conjuntura que levou ao golpe militar e à instalação e consolidação da ditadura no Brasil, consultar: OLIVEIRA, Eliezer. *As Forças Armadas : Política e Ideologia no Brasil*, Rio de Janeiro: Vozes, 1976; ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Rio de Janeiro: Vozes, 1964 e SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo Branco-1930-1964*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

<sup>9</sup> Designação atribuída ao período histórico de disputas estratégicas e conflitos indiretos entre os Estados Unidos e a União Soviética, que se estendeu entre o final da Segunda Guerra Mundial (1945) e a extinção da União Soviética (1991). Para Hobsbawm, tal estado de beligerância é considerado como uma espécie de III guerra mundial camuflada, já que as potências, que dominaram o cenário internacional da segunda metade do século XX, não detonaram seus mísseis atômicos, mas levaram suas disputas, em todos os campos e níveis, a todos os cantos do globo. Sobre este tema, consultar: HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Extremos: o breve século XX-1914-1991*. Trad. Marcos Santa Rita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995 (cap. 8).

<sup>10</sup> Em obra clássica sobre o tema, Francisco Weffort (*O Populismo na Política Brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, p. 61) afirma que o populismo foi, ao mesmo tempo, um “estilo de governo” e uma “política de massas”. Enquanto estilo de governo marcou o processo político brasileiro de 1945 a 1964, como forma de democratização do Estado e das relações políticas e sociais. Enquanto política de massas buscava conduzir as demandas populares através de manipulação política.

ser o responsável pela carestia e pelo desabastecimento que o Brasil enfrentava. No dia 13 de março de 1964, João Goulart realizou um grande comício na Central do Brasil (Rio de Janeiro), onde defendeu as Reformas de Base. Neste plano, Jango prometia mudanças radicais na estrutura agrária, econômica e educacional do país. Seis dias depois, em 19 de março, os conservadores organizaram uma manifestação contra as intenções de João Goulart. Foi a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, que reuniu milhares de pessoas pelas ruas do centro da cidade de São Paulo.

O clima de crise política e as tensões sociais aumentavam a cada dia. Em 31 de março de 1964, tropas de Minas Gerais e São Paulo saíram às ruas e, para evitar uma guerra civil, Jango deixou o país refugiando-se no Uruguai. Os militares tomaram o poder. Em 9 de abril foi decretado o Ato Institucional n.1 (AI-1) que cassou mandatos políticos de opositores ao regime militar e tirou a estabilidade de funcionários públicos.

O Estado que se constituiu a partir do Golpe de 64 (o Estado de Segurança nacional) estabeleceu-se sobre dois pilares: a defesa da segurança interna e um modelo econômico a ela associado, cujas premissas de desenvolvimento nacional repousam na entrada do capital estrangeiro no país. O Estado de Segurança Nacional encontra seu arcabouço ideológico na Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento. Segundo esta, a segurança do país encontrava-se ameaçada pela infiltração comunista no seio da sociedade brasileira (...). Desta forma, o Estado armou-se por uma série de instrumentos de controle sobre a sociedade, impondo um clima de medo e terror que possibilitou a implantação não só do modelo econômico baseado numa profunda exploração classista como, também, de práticas violadoras dos direitos humanos”. (CITTADINO, 1993, p.3-4).

Na Paraíba, a conjuntura não foi nada diferente com muitas perseguições e proibições, enfim um clima de tensão no cenário político e econômico, bem como na sociedade como um todo. Ainda segundo Cittadino o estado populista foi desmantelado e os setores organizados da sociedade civil desmobilizados. Neste momento de transição, Pedro Gondim era governador do Estado. Em 1956 havia sido eleito vice-governador, mas no período 1958-1960 assumira o governo interinamente uma vez que o titular, Flávio Ribeiro Coutinho, afastara-se por motivos de saúde. Em 1961 licenciou-se do cargo para candidatar-se e ser, em seguida, eleito governador, derrotando Janduhy Carneiro. Apesar do golpe de 1964, continuou no cargo até 1966.

No momento do golpe, a política populista que havia sustentado o governo de Pedro Gondim até então<sup>11</sup>, apresentava sinais claros de esgotamento com a perda de suas bases de apoio<sup>12</sup>. Durante os três primeiros anos do seu governo conseguiu equilibrar-se entre as pressões antagônicas dos dois grupos que lhe davam sustentação: de um lado, a mobilização popular organizada fundamentalmente em torno das lutas no campo, através das Ligas Camponesas e dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e, de outro, a reação dos grupos oligárquicos interessados em conter o avanço desses setores.

No início de 1964, quando a tensão social atingiu seus níveis mais elevados com o registro de sangrentos conflitos no campo e a luta de classes expressou-se de forma transparente, Gondim viu-se obrigado a assumir uma posição definida frente às classes em luta e o fez com o senso pragmático de sobrevivência política: abandonou definitivamente a posição conciliatória, cedeu totalmente às pressões dos latifundiários e reprimiu vigorosamente o processo de mobilização popular então em curso (CITTADINO, 1999, p.112).

Foi esta postura que lhe garantiu, então, a permanência no cargo até o final do mandato. Ainda segundo Cittadino (1999, p.113) instituições como a Associação Paraibana de Imprensa (API) e o Centro de Educação Popular (CEPLAR) foram invadidas, tendo seus documentos destruídos e lideranças presas. Além do mais, deputados e vereadores que estivessem envolvidos com atividades e ideologias consideradas subversivas tiveram seus mandatos cassados. Um outro aspecto diz respeito ao movimento dos estudantes que foi duramente reprimido em seus vários níveis. E, também, as Ligas Camponesas foram objeto de uma repressão ainda maior. Consideradas ilegais, tiveram lideranças presas, torturadas e muitas vezes assassinadas, havendo algumas delas fugido para sobreviver.

Quando concluiu sua gestão no governo, Pedro Gondim candidatou-se e foi eleito deputado federal pelo partido governista, a ARENA. Perdeu esse mandato ao ter seus direitos

---

<sup>11</sup> Para uma análise aprofundada dos mecanismos populistas adotados por Pedro Gondim durante seu período de governo consultar: ARAÚJO, Railane Martins de. *O Governo Pedro Gondim e o Teatro do Poder na Paraíba: Imprensa, Imaginário e Representações*. (1958-1965). 2009, 140p. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal da Paraíba/UFPB. Neste trabalho a autora estuda, a partir dos marcos da Nova História Política, sobretudo do conceito de cultura política, como foram montadas na imprensa, durante o referido governo, as diversas imagens que tentaram identificar o governador como uma liderança popular.

<sup>12</sup> Sua eleição fora marcada pelo movimento de caráter popular conhecido como “queremismo”. Através dele se estabeleceu “o pacto populista entre o líder político e a massa popular que reivindicava maior espaço de atuação política” (CITTADINO, 1999, p.111). Como não dispunha de base partidária própria, Gondim contou também com o apoio dos grupos oligárquicos reunidos em torno da UDN que, naquele momento não tinha condições de apresentar um candidato da legenda e, por isso, resolveu apoiá-lo. Sobre as condições em que se processou a eleição de Pedro Gondim, bem como sobre seu governo e os que se seguiram, consultar: Monique Cittadino. *A Política Paraibana e o Estado Autoritário (1964-1986)*. In: SILVEIRA (e outros). *Estrutura de Poder na Paraíba*. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1999 (Coleção História Temática da Paraíba, v.4).

políticos cassados por dez anos, por ocasião do AI-5<sup>13</sup>. Somente os recuperou em 1979, depois da aprovação da Lei da Anistia, assinada pelo então presidente da República, o General João Batista Figueiredo.

Em análise aprofundada do governo de João Agripino<sup>14</sup> na Paraíba (1966-1971), a liderança política mais importante do estado no pós-64, que se seguiu ao de Gondim, e seu desenrolar frente ao quadro sócio-político-econômico nacional, Cittadino<sup>15</sup> aponta como o mesmo, enquanto governador, procurou alianças com os militares para administrar o Estado.

a perspectiva do novo governador, de modificar a cultura política local e de promover o desenvolvimento econômico, passava, fundamentalmente, por dois aspectos interligados: a introdução do planejamento como estratégia de ação e a montagem do governo em bases técnicas e não políticas. Sem dúvida, João Agripino demonstrava estar em perfeita sintonia com as diretrizes do Estado Autoritário que valorizavam e viam como fundamental a necessidade do planejamento governamental no que se refere à política econômica (2006, p. 156-157).

A proposta de modernização do Estado de João Agripino tivera bases firmadas ainda no governo de Gondim, mas havia uma diferença essencial entre os dois: Agripino esteve mais próximo dos princípios do governo federal, o que fez com que pudesse contar com maiores subsídios para colocar em prática a política desenvolvimentista no estado.

Ao longo dos governos militares, a tônica desenvolvimentista considerada como umas das bases fundamentais para a segurança nacional, seria mantida. Diante das novas atribuições vinculadas à política desenvolvimentista, fazia-se necessário o reaparelhamento do Estado, dotando-o de organismos capazes de atender a essas novas exigências. João Agripino, comungando dos mesmos princípios do governo federal, seria responsável, na Paraíba, por aprofundar e sistematizar o processo de modernização iniciado por Gondim... (CITTADINO, 1999, p.120).

---

<sup>13</sup> O AI-5 foi a expressão mais forte da ditadura militar e perdurou de dezembro de 1968 até 1978. Este foi um período de ações arbitrárias que tiveram efeitos duradouros. Os estudantes universitários foram às ruas e intensificaram sua luta contra o sistema por meio do lema “é proibido proibir”. A igreja também passou a interferir mais diretamente durante estes dez anos de chumbo e violência que o Brasil viveu, tendo uma ação mais expressiva na luta pelos direitos humanos. Entre as várias medidas deste ato estavam: o direito do presidente da República de decretar o recesso do Congresso Nacional, de intervir diretamente nos estados e municípios, de cassar mandados parlamentares e de suspender por dez anos os direitos políticos, entre outros. [http://www.cpdoc.fgv.br/nav\\_fatos\\_imagens/htm/fatos/AI5.htm](http://www.cpdoc.fgv.br/nav_fatos_imagens/htm/fatos/AI5.htm). Acesso: 02 de junho. 2009.

<sup>14</sup> Foi o último governador eleito pelo processo do voto direto após o golpe militar de 1964. O vice-governador, Severino Bezerra Cabral, foi cassado em 1969 e substituído, por indicação de João Agripino, por Antonio Juarez Farias.

<sup>15</sup> Este livro, que faz uma análise fundamental sobre o período da ditadura na Paraíba, resultou de tese de doutorado, defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de São Paulo.

No bojo desse processo, Agripino criou a Secretaria do Planejamento, através da qual o estado passou a ter uma participação mais ativa em vários setores da economia e da sociedade<sup>16</sup>. Outros órgãos também foram erguidos na sua administração como, por exemplo, a Secretaria de Administração, a Companhia de Industrialização da Paraíba (CINEP), a Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba (ESPEP), todos com o objetivo de melhorarem o aparelho estatal. Outra atuação dos governos militares, e de seus congêneres locais, foi tentar dinamizar a economia, que teve preferência no critério do planejamento estatal.

Apesar de algumas dificuldades, Agripino teve boa relação com os ditadores Castello Branco (1964-1967), Costa e Silva (1967-1969) e Médici (1969-1974), cujas administrações atravessaram a sua. Observou-se, nesta gestão, um surto de crescimento econômico, através do incentivo ao setor industrial e, ao mesmo tempo, aos investimentos em infra-estrutura, sem os quais este modelo econômico não se sustentaria. Assim, foram implantadas políticas voltadas para a eletrificação das cidades, além da elaboração e execução de um plano de investimentos na ampliação e modernização da rede rodoviária do estado, de significativos investimentos no setor do turismo, especialmente em hotelaria, no financiamento da produção agrícola, através da construção de silos de armazenagem, dos investimentos industriais, das construções de conjuntos habitacionais nas maiores cidades do estado, dentre outras medidas<sup>17</sup>.

Os governos seguintes, de Ernani Sátyro (1971-1975) e de Ivan Bichara (1975-1978), deram continuidade a esse processo de modernização que, no entanto, pode ser considerado como um processo conservador, pois, na verdade, as elites oligárquicas tradicionais dele se apropriaram e as faixas mais amplas da população foram excluídas dos benefícios do crescimento econômico<sup>18</sup>.

---

<sup>16</sup> É importante destacar que essa forma de intervenção do Estado brasileiro na economia ocorreu através de financiamentos obtidos no exterior, em grande parte junto a bancos privados, e simultaneamente ao maciço processo de implantação de subsidiárias de empresas multinacionais no país. De fato, se tratou da aplicação de uma política econômica alinhada aos interesses do grande capital transnacional (cf. NADER, Alexandre A. G. *Tempo e Conhecimento: Dialética da duração e fundamentos da narrativa para uma história de tempo recente/presente* (1968 –2002) da Educação Superior Brasileira. 2004. Tese de Doutorado em História/ Universidade Federal de Pernambuco, p.141).

<sup>17</sup> Sobre a operacionalização dos programas da ditadura para a implantação de conjuntos habitacionais na Paraíba, consultar: LAVIERI, João Roberto e LAVIERI, Maria Beatriz F. *Evolução urbana de João Pessoa Pós-60*. In: GONÇALVES; LAVIERI e LAVIERI; RABAY. *Op.Cit.* (p.39-66).

<sup>18</sup> Para compreensão do impacto da chamada “modernização conservadora” sobre a população camponesa e os pequenos proprietários rurais e também sobre o setor industrial local, tanto no Brasil como um todo, quanto na Paraíba em particular, consultar: GUIMARÃES NETO, Leonardo. *Introdução à Formação Econômica do Nordeste*. Da articulação comercial à integração produtiva. Recife: Massangana, 1989; CARVALHO, Inaiá Maria M. *O Nordeste e o Regime Autoritário*. São Paulo, Hucitec/SUDENE, 1987; SILVA, José Graziano da. *A Modernização Dolorosa*. Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1981; MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan. *Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba*. João Pessoa:

Finalmente, o processo de modernização conservadora do estado, à medida que tornou mais complexo o próprio aparelho do Estado, possibilitou às elites políticas e econômicas a sua perpetuação no poder. Esses grupos, dispondo agora de uma máquina estatal mais ampla e complexa e, conseqüentemente, de um maior número de cargos e empregos de um lado e, do controle de verbas federais, de outro, aprofundaram o processo de privatização do espaço público, reforçando as práticas clientelísticas que, em última instância, lhes garantiam o apoio necessário à preservação do poder (CITTADINO, 1999, p.124).

O aspecto acima apontado por Cittadino é fundamental para entendermos o que caracterizou, por exemplo, a vida universitária durante estes anos, em especial na Universidade Federal da Paraíba, sobre a qual trataremos no próximo item deste capítulo.

De acordo com Nunes, as resistências à ditadura na Paraíba se manifestaram, desde o primeiro momento, em diversos segmentos da sociedade a exemplo da “Associação Paraibana de Imprensa (API), o movimento sindical, o movimento estudantil e, principalmente, o movimento camponês, através das ligas camponesas” (2004, p.55). Porém, com o golpe, tais segmentos foram duramente reprimidos e a contestação ao regime só ressurgiu, como força política considerável, em meados da década de 1970, insuflada pela Igreja Católica que, desde o Concílio Vaticano II<sup>19</sup>, passara a se posicionar de forma diferente frente às questões sociais. Ainda de acordo com Nunes, é na Igreja que os movimentos<sup>20</sup> vão ganhar sustentação, principalmente depois da posse do Arcebispo Dom José Maria Pires que passaria, em sintonia

---

Ed.Universitária/UFPB, 1997e AMORIM, Laura Helena Baracuhy. A Economia Paraibana na Etapa da Articulação Comercial (1930-1970). In: FERNANDES, Irene R.; AMORIM, Laura H. B. *Atividades Produtivas na Paraíba*. João Pessoa: Ed.Universitária/UFPB, 1999, entre outros.

<sup>19</sup> Este Concílio realizou-se através de uma série de conferências entre 1962-1965 que foram consideradas pela Igreja Católica como o grande evento do século XX. O objetivo maior era a busca pela sua modernização, bem como pela recuperação dos cristãos que estavam afastados da mesma. O papa João XXIII convidou milhares de bispos do mundo inteiro para debates, votações e encontros no Vaticano. Vários temas foram repensados, como, por exemplo, as relações com outras igrejas cristãs e não cristãs. Após estes anos de encontros foram elaborados e promulgados 16 documentos desse concílio. Dentre as decisões mais importantes destacaram-se a aceitação do papa em dividir seu poder com outros cardeais da Igreja, e a autorização para as missas serem realizadas na língua de cada país e não mais em latim. Optou-se por uma ação evangelizadora mais ampla através do alargamento da participação dos membros da Igreja, ou seja, os leigos. Além disso, uma nova teologia foi construída, tomando por base a realidade latino-americana, marcada pela concentração de riquezas e desigualdades sociais. Assim, partiu-se do pressuposto teológico de experimentar Deus no encontro com os excluídos sociais. Pressuposto esse que se irradiava da Teologia da Libertação. Esta nova orientação aprofundou-se ainda mais após a Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano em Medellín (1968), Colômbia. Entre outras deliberações, houve uma revitalização da concepção de caridade, quando a crise econômica, política, social e ideológica tomava vulto na América Latina e o crescimento dos movimentos populares arregimentava um grande número de cristãos. Cf. SILVA, Cláudia Neves. Igreja Católica, Assistência Social e Caridade: Aproximações e Divergências. In: *Sociologias*. n.15. Porto Alegre: Jan./Jun 2006. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-45222006000100012&script=sci\\_arttext&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-45222006000100012&script=sci_arttext&tlng=pt). Acesso: 02 de jun. 2009.

<sup>20</sup> Para um panorama geral dos movimentos sociais urbanos na Paraíba, em perspectiva histórica, consultar: RABAY, Glória. Movimentos de Moradores: conflitos e disciplinamento. In: GONÇALVES; LAVIERI e LAVIERI; RABAY. *A Questão urbana na Paraíba*. João Pessoa: Editora da UFPB, 1999 (p.67-72).

com as novas orientações e com os princípios da Teologia da Libertação<sup>21</sup>, a estimular o questionamento do e a luta contra o Estado autoritário (2004, p.55).

Traçado este rápido perfil da conjuntura da época, e para que possamos melhor compreender as mudanças causadas pela ditadura, destacaremos agora as reformas educacionais que com elas vieram à tona e que incidiram sobre o ensino de História e a elaboração de materiais didáticos.

### **2.1.2- As Reformas Educacionais da Ditadura**

Como não poderia deixar de ser, a Universidade Federal da Paraíba também sofreu o impacto do novo regime, com professores e alunos excluídos da vida universitária ou presos. O clima de repressão era imenso, “a sociedade foi colocada sob o domínio do arbítrio, da repressão e do medo, perdendo todas as garantias de respeito, por parte do estado, aos direitos mais elementares dos cidadãos” (CITTADINO, 1993, p.5).

A partir de 1968, dando início às chamadas “Reformas Universitárias”, o Estado Militar passou a intervir diretamente nas universidades objetivando o controle de um dos mais importantes focos de resistência ao regime. É claro que, assim como em toda a regra há exceção, nas universidades os militares também encontraram aliados, além dos opositores. (CITTADINO, 1993, p.7-10). Esse foi o caso, por exemplo, de que voltaremos a tratar adiante, de Vilma Monteiro, a autora de um dos livros didáticos que estudamos.

O sistema educacional da Ditadura foi marcado, em sua evolução, por dois momentos (ROMANELLI, 1978, p.196-197): 1º.) em que se implantou o regime e se traçou a política da recuperação econômica. Ao mesmo tempo em que a repressão se acentuava, ocorria também uma aceleração do ritmo do crescimento da demanda social por educação, em especial, por parte dos setores médios da sociedade que haviam apoiado o golpe de Estado. Esse agravamento da crise do sistema educacional foi a justificativa mais importante para a assinatura dos acordos entre o Ministério da Educação e Cultura do Brasil e a Agency for International Development (AID) dos Estados Unidos da América, conhecidos como Acordos MEC-USAID. Através deles o governo norte-americano prestaria assistência técnica e cooperação financeira à organização do sistema educacional brasileiro. Na verdade, aos

---

<sup>21</sup> A Teologia da Libertação entre outras coisas foi importante por lutar por uma história dos excluídos. Surgiu na América Latina, na década de 1960, e pretendia “dar nova interpretação global do Cristianismo; explicar o Cristianismo como uma práxis de libertação e (...) constituir-se, ela mesma, um guia para tal práxis. Mas, assim como, segundo essa teologia, toda realidade é política, também a libertação é um conceito político e o guia rumo à libertação deve ser um guia para a ação política”. <http://www.cleofas.com.br/virtual/texto.php>. Acesso em 02 de jun. 2009.

técnicos da AID se entregou a reorganização desse sistema, em todos os seus aspectos: níveis de ensino, ramos, funcionamento e controle do conteúdo geral do ensino através do controle de publicação e distribuição de livros técnicos e didáticos. Este último aspecto nos interessa mais de perto e a ele voltaremos oportunamente<sup>22</sup>. 2º.) em que foram implantadas medidas práticas, a curto prazo, para enfrentar a crise. Foi assim delineada a política de educação visando a adequação do sistema educacional ao modelo do desenvolvimento econômico adotado no Brasil. A reforma geral do ensino procedeu-se, fundamentalmente, através da Lei 5440 de 28/11/1968 e da Lei 5692, de 11/8/1971. Segundo Berger (1977, p.212-214)<sup>23</sup>, o sistema educacional, além, é claro, da polícia e das forças armadas, foi um instrumento de controle social que visava a garantia da “estabilidade política” e a “segurança nacional interna e externa” a médio e a longo prazo.

Em 1968 deu-se início à Reforma Universitária, através da Lei 5440 e, posteriormente, com o Decreto-Lei 464, de 11/2/1969<sup>24</sup>. Segundo Nader (2004, p.141) a reforma fez parte de um processo de dimensões inclusive internacionais, como resposta do regime à “(...) necessidade de atualizar as relações entre suas atuação na educação superior e as demandas oriundas de sua participação [do Brasil] no circuito capitalista (...)”. Esta também é a avaliação de Florestan Fernandes (*apud* ROMANELLI, p.230-231):

Sob a pressão constante de tendências modernizadoras que partiam do interior do país, dos Estados Unidos e de organismos econômicos, educacionais e culturais internacionais, e sob o desafio crescente da rebelião estudantil, a reação conservadora preferiu tomar a liderança política da ‘reforma universitária’. Iria, portanto, modernizar sem romper com as antigas tradições, nem ferir interesses conservadores. Ao mesmo tempo, iria controlar a renovação”.

Ou seja, modernização conservadora na economia, modernização conservadora na reforma educacional.

---

<sup>22</sup> Romanelli (1978, p.196-227) explicita o funcionamento e os objetivos da ajuda internacional para a educação brasileira, especialmente os Acordos MEC-USAID, que lançaram as principais bases das reformas que se seguiram e que fundamentam o Relatório da Comissão Meira Mattos, criada no final de 1967, que completou a definição da política educacional do regime.

<sup>23</sup> O livro de Manfredo Berger, *Educação e Dependência* (Rio de Janeiro; São Paulo: DIFEL, 1977), resultou da sua tese de doutorado em Ciências Sociais, defendida em 1972, na Universidade Federal de Bielefeld, República Federal Alemã. Este dado é importante para situar o contexto da escrita do trabalho que ocorreu imediatamente após a implantação da Lei 5692.

<sup>24</sup> Foi o “instrumento mais violento no combate ao ME [Movimento Estudantil] (...) com vistas a reprimir qualquer foco de resistência contra o AI-5 no âmbito das Universidades. (...) Através dele, qualquer manifestação de caráter reivindicatório, grevista ou político em geral, praticado por alunos, professores ou funcionários (...) seria punida por penas que variavam da demissão ou proibição de contratação por 5 anos, expulsão e impedimento de nova matrícula por 3 anos, ao banimento do país, no caso de estrangeiros” (CITTADINO, 1993, p.10).

Assim, a Reforma Universitária teve por modelo a estrutura norte-americana dos institutos centrais e incidiu sobre a organização do Ensino Superior, a partir de uma política de aglutinação das faculdades isoladas em universidades, que visava concentrar esforços e recursos materiais e humanos para maior racionalidade na aplicação de recursos e maior produtividade; incidiu também sobre a administração universitária, que resultou no esvaziamento da sua autonomia. Os cursos foram reformados com a adoção do sistema de créditos, com a criação do ciclo básico comum para áreas afins e do ciclo profissional, composto de cursos de curta duração e de longa duração, além da unificação do vestibular como forma de acesso<sup>25</sup>. O impacto das licenciaturas curtas sobre a formação do magistério contribuiu enormemente para a desvalorização da carreira e a proletarização do profissional da educação. Tratava-se de, como nos lembra Fonseca (1993, p.27-28),

... habilitar um grande número de professores da forma mais viável economicamente: cursos rápidos e baratos exigindo poucos investimentos para sua manutenção. Este fato fez com que os mesmos proliferassem em grande número em instituições de ensino privado, uma vez que se tornam grandes fontes de lucro para as empresas educacionais.<sup>26</sup>

As avaliações de alguns autores por nós consultados, e que escreveram em diferentes momentos (Berger em 1972; Romanelli em 1978 e Nader em 2004)<sup>27</sup>, confluem no sentido de considerarem que a reforma universitária, fíncada nos princípios da racionalização e da modernização, na verdade teve o objetivo de, por um lado, “desideologizar e despolitizar a questão universitária, dissolvendo as tensões sociais criadas pela demanda das camadas médias que buscavam acesso à educação superior, canal para a ascensão social possível face à política econômica então adotada” (NADER, 2004, p.142) e, por outro lado, resultou em “poderoso aumento do esquema de dominação dentro e fora da Universidade” (ROMANELLI, 1978, p.233). Esse resultado nos leva a concordar com Berger que afirma que uma das características centrais do sistema educacional brasileiro é a função de controle que exerce no interesse de determinados grupos, leia-se, as classes dominantes, para evitar qualquer mudança social não desejada, tanto no passado quanto no presente (1977, p.201).

---

<sup>25</sup> O vestibular seria regulamentado posteriormente pelo Decreto 68908 de 13/7/1971.

<sup>26</sup> A autora aprofunda a análise do significado das licenciaturas curtas em geral, e do impacto da Licenciatura Curta em Estudos Sociais, que visava formar também docentes para o ensino da Educação Moral e Cívica e de Estudos Sociais, sobre o ensino de História entre as páginas 25-35 de sua obra.

<sup>27</sup> Ver também, de Helena Bomeny, “A Reforma Universitária de 1968, 25 Anos Depois” (in: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n.26, 1993) em que a autora traça um panorama competente da luta pela introdução da universidade no Brasil (que foi tardia em comparação a outros países da América Latina) e, em seguida, pela reforma do sistema universitário com destaque para o debate dos anos 1960 e a reforma de 1968.

O caso da Universidade Federal da Paraíba é emblemático quanto às transformações que ocorreram no ensino superior brasileiro após o golpe de 1964 e com a reforma universitária<sup>28</sup>. Ainda no mês de abril de 1964 o reitor Mário Moacyr Porto foi exonerado e, para o cargo, nomeado o interventor Guillard Martins Alves (professor de medicina e ex-oficial do exército) que, no mesmo ano, em julho, foi eleito pelo Conselho Universitário. Em 1967 foi ainda uma vez reconduzido ao cargo para uma gestão que se estendeu até 1971. Segundo Cittadino (1993, p.13), sua recondução foi

recebida com aplausos por diversos setores da sociedade civil paraibana. Manifestaram-se com este ânimo, através de votos de congratulações, entidades como as Câmaras Municipais de João Pessoa, Bayeux e Campina Grande, a Assembléia Legislativa do Estado e a Associação Paraibana de Imprensa.

Tendo agido conforme as orientações do regime, o reitor Guillard Alves, alijou funcionários, professores e alunos “subversivos” da instituição, substituiu dirigentes e transformou a UFPB em um laboratório experimental para a implantação das novas diretrizes para o ensino superior no Brasil.

... É importante salientar que a UFPB, além de ter sido uma das primeiras Universidades do país a implantar as diretrizes da Reforma Acadêmica, antecipando-se a outras universidades brasileiras, muito contribuiu para a sua efetivação a nível nacional, fornecendo sugestões tais como: um Primeiro Ciclo Geral de Estudos (...), a introdução da disciplina “Metodologia das Ciências” (a ser oferecida em todos os cursos) e a conceituação de ‘crédito’ (correspondente a 15 horas-aula por semestre), acatadas nacionalmente (CITTADINO, 1993, p.23).

Tanto empenho traduziu-se em um rápido processo de crescimento da instituição que se expressou na expansão da infra-estrutura (inclusive com a criação do campus universitário em João Pessoa) e no aumento exponencial do número de alunos matriculados<sup>29</sup>.

O passo seguinte das reformas do sistema educacional se deu com a Lei 5692/71, que vigorou até 1996, quando foi elaborada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Os êxitos econômicos da ditadura, traduzidos no chamado “milagre brasileiro”, derivados da aplicação de capital e de tecnologia fornecidos por empresários internacionais, colocaram o desafio interno de aumentar a produtividade do trabalho para, inclusive, atender a

<sup>28</sup> Para uma compreensão mais detalhada do processo sugerimos a leitura de Bezerra. *Op.Cit.* Para entendimento da repercussão do golpe de 64 na UFPB sugerimos a leitura do depoimento do reitor afastado, Mário Moacyr Porto, ao Jornal *A União*, publicado em *O Jogo da Verdade*. Revolução de 64, 30 Anos Depois. Organização de Nonato Guedes & outros. João Pessoa: A União, 1994 p.443-452.

<sup>29</sup> Ainda segundo Cittadino (*op.cit.*, p.20), em 1964, a UFPB tinha 1625 alunos matriculados, em 1971 este número subira para 5620.

intensificação do processo de industrialização. Buscou-se, assim, a elevação do nível educacional e cultural da massa da população e, portanto, a constituição de um sistema de educação e formação dirigido à transmissão de habilidades profissionais aos alunos (BERGER, 1977, p.272-276).

Por outro lado, o ensino profissionalizante também foi concebido como forma de conter a demanda para o Ensino Superior, visível nos excedentes de vestibulares, cada vez mais significativos. Tais preocupações traduziram-se, assim, na referida lei que, entre outras mudanças implantou as seguintes<sup>30</sup>: ampliação da obrigatoriedade escolar para oito anos (1º. Grau), consagrada em dois planos complementares, o primeiro vertical, com o fim dos exames de admissão e, o segundo, horizontal, com a eliminação do dualismo entre escola secundária e escola técnica e a criação de uma escola única de 1º. Grau (que, além da educação geral fundamental, deveria promover a sondagem vocacional e a iniciação para o trabalho) e de 2º. Grau (habilitação profissional)<sup>31</sup>. Toda a reestruturação estava assentada nos princípios da continuidade entre os graus de ensino (passagem gradativa do geral para o particular) e da terminalidade, compreendendo que o aluno que concluísse o 1º.Grau já deveria estar preparado para compor a força de trabalho, enquanto no 2º.Grau já alcançaria a habilitação profissional de grau médio adequada ao exercício de uma profissão (ROMANELLI, 1978, p.239).

Outra mudança significativa ocorreu na organização curricular, a partir do princípio da flexibilidade, pois foi criado um núcleo comum, de âmbito nacional, definido pelo Conselho Federal de Educação, mas também uma parte diversificada para atender às particularidades locais, aos planos dos estabelecimentos e às diferenças individuais dos alunos, a critério dos Conselhos Estaduais de Educação. Foram também definidas as matérias obrigatórias: Programas de Saúde, Educação Física, Educação Artística e Educação Moral e Cívica. Os correlatos desta última matéria obrigatória para o 2º. e 3º. graus foram respectivamente: Organização Social e Política do Brasil e Estudos dos Problemas Brasileiros<sup>32</sup>.

---

<sup>30</sup> Sobre o tema, consultar ROMANELLI, *op.cit.*, p.235-243.

<sup>31</sup> A formação profissionalizante deveria ser realizada pelas escolas em cooperação com as empresas e tendo em vista as necessidades do mercado de trabalho local e regional. Praticamente se eliminava do 2º Grau a formação geral, em especial a da área das Ciências Humanas. Fonseca (*op.cit.*, p.22) destaca as resistências da sociedade a essa concepção, inclusive entre empresários.

<sup>32</sup> A disciplina de Educação Moral e Cívica permaneceu no currículo oficial como disciplina escolar e prática educativa em todos os níveis de ensino por 24 anos, até 1993, quando foi revogada pela Lei nº 8.663, sendo estudada nas séries do antigo primeiro grau. Já a matéria de Organização Social e Política do Brasil era estudada no antigo segundo grau, junto com História e Geografia. Sobre este tema, ler: CORREIA, Wilson Francisco. A Educação Moral e Cívica do Regime Militar Brasileiro, 1964-1985: a filosofia do controle e o controle da Filosofia. In: *Eccos*. Revista Científica. v.9, n.2. São Paulo: jul/dez. 2007, p. 489-500. A respeito do tema há uma

Na verdade, a Educação Moral e Cívica, como disciplina e como prática educativa, havia sido introduzida “em todos os períodos letivos de todas as escolas e níveis educacionais, inclusive em Universidades e nos cursos de pós-graduação” (BERGER, 1977, p. 290), pelo decreto-lei 869, de 12/9/1969, com os objetivos de e nos termos da própria legislação: defender o princípio da democracia, através da preservação do espírito religioso, bem como fortalecer os valores espirituais e éticos da nacionalidade, e, ainda, fortalecer a unidade nacional e o sentimento de solidariedade, o culto à Pátria, aos seus símbolos, tradições e instituições e aos grandes vultos de sua história, além da obediência à lei. A lei 5692/71, aprofundando ainda mais o processo, incluiu a EMC e a OSPB como disciplinas escolares, reduzindo a carga horária de História e de Geografia.

... a EMC era, exatamente, a anti-educação por definição, uma vez que, ao invés de possibilitar ao educando o desenvolvimento da sua consciência de sujeito – agente da construção da sociedade e de si próprio -, procurava moldar a criança e o jovem para “servir” a um sistema dado como pronto. (...) Ainda para piorar, as disciplinas de EMC ocuparam, preferivelmente, a carga horária das disciplinas de ciências sociais, vale dizer: da História, da Geografia, da Sociologia e da Filosofia. Ou seja: além de inocular, na educação, o veneno da acomodação, a ditadura retirava, na mesma medida, o antídoto da **crítica** [destaque no original] (NEVES, 2000, p.32-33).

Este contexto, caracterizado pelo endurecimento do regime e por seu projeto de educação, marcou profundamente o ensino de História. Este foi diretamente atingido, no que se refere à formação dos professores, pela criação da Licenciatura Curta em Estudos Sociais; no que se refere à existência da História como disciplina escolar, pela criação da Área de Estudos Sociais (disciplina nas quatro primeiras séries do 1º.grau) e pela transformação da Educação Moral e Cívica (e suas correlatas para o ensino de 2º. e de 3º.graus) em disciplina escolar, com carga horária definida a partir da redução das de História e Geografia e; no que se refere ao conteúdo, pela controle e pela censura que se manifestaram, então, em todos os níveis e práticas, dentro e fora da escola, e também nos objetivos educacionais que alimentam a legislação, notadamente a intenção de formar cidadãos ordeiros e passivos, preparados para o mercado de trabalho. O controle e a censura da ditadura impactaram também, e diretamente, sobre a produção historiográfica da época, inclusive sobre a produção de livros didáticos. As escolas, acompanhadas de perto pelos agentes do MEC, adotaram livros conservadores, de discípulos do regime que, inclusive, podiam contar com financiamentos públicos para sua

publicação. Foi nesse contexto que os livros que estudamos foram produzidos, publicados e adotados pelas escolas da Paraíba.

\*\*\*\*\*

## 2.2. A historiografia didática na década de 1970

O historiador José Roberto do Amaral Lapa, em meados dos anos 1970<sup>33</sup>, fazia um balanço da historiografia brasileira à época e chamava a atenção para o que caracterizava como sendo uma “situação de crise”. Crise essa que se expressava não apenas na defasagem conceitual e terminológica da História em relação às demais ciências humanas no Brasil, mas fundamentalmente pelo processo de “desinstitucionalização” do seu ensino que fora promovido pelas reformas educacionais da ditadura. Considerava, ainda, que nem mesmo a multiplicação dos cursos de pós-graduação, que abririam caminho para a qualificação da pesquisa histórica no Brasil, mas que ocorrera “empurrada” pela massificação dos cursos de graduação, poderia ser considerado um indicador favorável. Isso porque, o que havia ocorrido, de fato, fora uma “inchação mercantilizada do ensino particular, estimulada pelas concessões da orientação política” do regime (1981, p.9). Mais adiante na sua argumentação, ressaltava o impasse da história do Brasil diante dessa reforma educacional, mas, ao mesmo tempo, parecia contradizer a afirmação da Introdução e tentava se mostrar esperançoso quanto a alguma possibilidade de avanço na área da História:

... A nova política educacional do Governo voltada para a integração do estudante na problemática do desenvolvimento em que se empenha a nação, bem como nas aspirações de segurança interna do sistema, acabou por minimizar o ensino da História, diluindo-o no elenco das Ciências Humanas voltadas para a realidade brasileira, com novos rótulos ainda não de todo definidos.

Estancou-se repentinamente o contínuo crescimento e multiplicação dos Cursos de História de nível universitário, como também se iniciou um processo de regressão, com inúmeras Faculdades de Filosofia encerrando os seus Cursos de História, enquanto outras novas instituições que são criadas não incluem em sua estrutura o estudo da História em termos de cursos orgânicos.

Pode-se conjecturar que, ao nível universitário, a reforma permita que a quantidade ceda lugar à qualidade, isto é, a descompartimentação das Ciências Humanas – agora institucionalizada – que chega com tanto atraso ao Brasil ofereça ao historiador, como aos demais cientistas sociais, uma linguagem comum, um maior intercâmbio de idéias, técnicas e métodos, um diálogo permanente e um concurso integrador. (1981, p.64-65).

---

<sup>33</sup> Estamos utilizando a segunda edição (Petrópolis: Vozes, 1981), mas a primeira data de 1976. Nesta nova edição, embora o corpo do livro não tenha sido modificado, o autor acrescentaria uma segunda “Introdução”, e um “Apêndice” constituído pela correspondência trocada com alguns historiadores que haviam tecido críticas à obra: Clóvis Moura, Francisco Iglesias e Nilo Odália. Esta correspondência é importante por elucidar diferentes concepções do termo “historiografia” naquele momento.

Ou seja, para Lapa, a perspectiva de se construir a interdisciplinaridade com as outras ciências humanas – no sentido do que Fernand Braudel defendera no seu famoso artigo de 1958, intitulado “A Longa Duração” – poderia ser vista como uma possibilidade de avanço da historiografia brasileira decorrente da nova concepção de ensino por áreas de estudos, no caso, Estudos Sociais.

No entanto, apontava também outros aspectos negativos, dentre os quais, destacava a diminuição do interesse por obras de História, já que a diluição do seu conteúdo resultara na multiplicação, em espaço de tempo curtíssimo, de inúmeros livros sobre os chamados “estudos brasileiros” que tratavam da história do Brasil superficialmente, no estilo de reportagem. Outro problema sério, segundo ele, dizia respeito à “volta ao conceito que a História sofreu, há algum tempo atrás, quando era tida e havida, entre nós, como disciplina secundária, mera coletora ou descritora de fatos” (1981, p.65), marginal, portanto, e relegada aos “cronistas oficiais” ou “profissionais do ócio”. Para Lapa, a repressão do regime em relação aos alunos, professores, obras e cursos de História expressava a “constante reacionária” presente no conteúdo do conhecimento histórico disseminado na sociedade. Um conhecimento comprometido com as elites e que precisava ser combatido para “dar passagem à multidão dos despossuídos que a História oficial jogou à margem do seu caminho” (1981, p.216), o que deveria ser feito, inclusive, modificando os instrumentos usados para a reprodução social desse conhecimento<sup>34</sup>, ou seja, os livros dos historiadores e, inferimos, inclusive os didáticos. Essa posição explica porque nos alongamos tanto na apreciação desse trabalho de Lapa que diagnostica, com precisão, a situação da História no Brasil àquela época e nos ajuda a entender em que campo os livros didáticos que analisaremos se situam. Ou seja, no campo da “constante reacionária” a que o autor se refere e que julgava necessário combater.

A partir do período da ditadura os livros didáticos assumiram uma centralidade indiscutível no processo de ensino e aprendizagem da História. Sintonizado com os currículos, “o livro didático de História (...) tornou-se o canal privilegiado para a difusão e imposição de uma história excludente, reprodutora por excelência da memória oficial da

---

<sup>34</sup> Margarida M. D.Oliveira diagnostica, ainda nos anos 2000, a partir da análise de vários textos e experiências, a persistência deste ensino tradicional associado ao factualismo e à perspectiva das elites. Ver especialmente a Introdução de *O Direito ao Passado*. Uma discussão necessária à formação do profissional de História. 2003. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco/UFPE.

nação” (FONSECA, 1993, p.141). Os novos programas curriculares que foram implementados ganharam força por meio do livro didático.

... os programas de ensino da década de 70 foram implementados ancorados pelos livros didáticos, elaborados de acordo com as concepções, a sequenciação, os objetivos e os temas definidos nos programas. Segundo depoimentos de vários professores, diretores e técnicos que trabalhavam no período, houve uma acomodação em torno do livro, tornando-o um instrumento que assume a forma do currículo e a forma do saber em sala de aula. Havia, segundo os professores, uma ‘verdadeira ditadura’ do programa e do livro didático de História (FONSECA, 1993, p.120).

Se o núcleo comum das disciplinas para cada nível e série, definido pelo Conselho Federal de Educação, foi a base da elaboração dos guias curriculares pelas Secretarias de Educação dos estados, estes, por sua vez, acabaram sendo vistos, pelas editoras de livros didáticos, como o guia integral para compô-los. “Observa-se, então, uma ‘cartelização do livro’, ou seja, com honrosas exceções, os livros mantinham uma estrutura quase idêntica, independentemente da editora ou do autor em questão” (CAIMI, 2002, p.40).<sup>35</sup>

A política do regime em relação aos livros didáticos começou a ser definida com a criação, em 1966, da Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED), órgão de gerenciamento do livro didático, que centralizou as decisões mais importantes sobre a política do setor, cabendo ao MEC apenas responsabilidades de edição. A COLTED gerenciava o Programa Nacional do Livro Didático (PNL) que visava a distribuição gratuita às escolas e oferecia descontos de preços às universidades<sup>36</sup>, além da realização de treinamentos de professores, editores e profissionais da indústria editorial. Tais iniciativas foram amplamente

<sup>35</sup> Para uma discussão sobre o livro didático como mercadoria e, portanto, como negócio da indústria cultural que se desenvolve no Brasil durante e imediatamente após o período da ditadura, bem como sobre a política de incentivos à esta indústria no país a partir da Constituição de 1967, consultar: Flávia E. Caimi (*op.cit.*, p.40-42), Selva G. Fonseca (*op.cit.*, p.137-139) e Décio Gatti Jr. (*A Escrita Escolar da História. Livro didático e ensino no Brasil – 1970-1990*, Bauru: Edusc, 2004, especialmente o capítulo2, p.157-193).

<sup>36</sup> A COLTED funcionou até 1971, quando foi absorvida pelo Instituto Nacional do Livro (INL) e o programa de distribuição gratuita e generalizada do livro didático foi extinto, embora isso não tenha significado o fim dos subsídios à indústria editorial. Esta não foi a primeira experiência do Estado brasileiro no sentido de regulamentar a produção e o uso do livro didático no sistema escolar. Durante o Estado Novo, na gestão do ministro Gustavo Capanema, em 1937, foi criado o Instituto Nacional do Livro, com o objetivo de propagar obras educativas. Em seguida o Decreto-Lei 1006, de 30/11/1938, criava a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD) com a finalidade de “fiscalizar a produção, sugerir mudanças, indicar obras e examinar a entrega desse material” (cf. MARIANO, Nayana R. C. *A Representação dos Índios nos Livros Didáticos de História*. 2006. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Federal da Paraíba/UFPB. p.30-31). Para maiores esclarecimentos consultar ainda: Flávia E. Caimi (*op.cit.*, p.36-38), Margarida M. D. Oliveira (*op.cit.*, p.109-112) e José Alberto Baldissera (*O Livro Didático de História: uma visão crítica*. Porto Alegre: Evangraf, 1994, p.17-20).

desenvolvidas a partir de 1967 quando, no contexto dos Acordos Mec-USAID, firmados entre 1964-1969, foi assinado o Acordo MEC-SNEL (Sindicato Nacional dos Editores de Livros)-USAID de Cooperação para Publicações Técnicas, Científicas e Educacionais.

Por esse acordo, seriam colocados, no prazo de 3 anos, a contar de 1967, 51 milhões de livros nas escolas. Ao MEC e ao SNEL, incumbiriam apenas responsabilidades de execução, mas, aos técnicos da USAID, todo o controle, desde os detalhes técnicos de fabricação do livro (...) até os detalhes de maior importância como: elaboração, ilustração, editoração e distribuição de livros, além da orientação das editoras brasileiras no processo de compra de direitos autorais de editores não-brasileiros, vale dizer, americanos (ROMANELLI, 1978, p.213).

É importante destacar, a exemplo do que faz Maria Inês Stamatto (2008, p.144), que este período, marcado pelo tecnicismo que, como já vimos, era um dos fundamentos de toda a política educacional do regime, provocou alterações significativas nos livros didáticos, evidentes fundamentalmente em seus aspectos técnicos: novas cores, novos formatos, sugestões de filmes ao final dos capítulos, dentre outras do mesmo tipo. Inclusive, vários autores dos períodos anteriores, notadamente “aqueles mais convencionais”, foram mantidos em circulação após suas obras passarem por um processo de “modernização” (da editoração e do formato). O livro didático de história, mesmo “moderno e colorido” vinha, assim, como diz Lapa, contribuir para a “constante reacionária” observada no período.

A centralidade, a que já nos referimos, do livro didático no processo de ensino-aprendizagem da História que perdura até os nossos dias, só pode ser compreendida como parte do processo de desqualificação do docente que foi levado a cabo pelo regime militar através das reformas educacionais<sup>37</sup>.

Apesar dessa centralidade, no entanto, só há pouco tempo que os livros didáticos vieram a receber a devida atenção dos cientistas sociais como objeto de pesquisa. José Ricardo Oriá Fernandes<sup>38</sup> entende que ele se constitui, hoje, como elemento essencial para a investigação científica no âmbito da história da educação (2005, p.122). Segundo o raciocínio desse autor pode ser estabelecida uma periodização dos estudos acadêmicos sobre o tema nas últimas

---

<sup>37</sup> Também sobre a questão da centralidade do livro didático no ensino de história consultar as obras já indicadas de Flávia E. Caimi, Selva G. Fonseca e Décio Gatti Jr.

<sup>38</sup> O autor menciona uma ampla bibliografia que expressa esse novo lugar do livro didático como objeto de investigação.

décadas: 1) Anos 1960: o livro didático era denunciado como uma correia de transmissão da dominação, onde as abordagens eram vistas como portadoras e veiculadoras de um sistema de valores, de uma ideologia e de uma cultura<sup>39</sup> e; 2) Anos 1980: em parte devido à influência da história cultural, ele passa a ser abordado como um objeto cultural e novos aspectos passaram a ser discutidos, especialmente as questões relativas ao seu uso e apropriação por alunos e professores, as práticas de leitura, a relação entre livros didáticos e a formação dos professores, o perfil sociológico dos autores que os elaboram, o papel ativo das mulheres na elaboração e difusão dos saberes escolares (caso das autoras que estudamos), entre inúmeros outros (2005, p.124).

Para o que interessa, em nosso estudo, gostaríamos de destacar que os livros didáticos que analisaremos a seguir se enquadram plenamente neste esforço produzido pelo regime militar para reafirmar uma “pedagogia do civismo e da nacionalidade”, cujos princípios são bem anteriores. Remontam ao período autoritário do Estado Novo e, recuando mais ainda no tempo, ao século XIX quando foram instituídos os primeiros esforços para a produção e o ensino de uma história nacional, logo após a emancipação política. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado em 1838<sup>40</sup>, foi a instituição responsável pela constituição da matriz disciplinar da História e, através do trabalho de seus sócios<sup>41</sup>, da produção das primeiras obras de cunho histórico-educacional que hoje se constituem em fontes para a história da educação brasileira. Por este motivo Fernandes (2005, p.127) o vê como um lugar de memória da educação nacional. Além disso,

O papel exercido pelo IHGB e seus congêneres nas províncias do Império, seja na difusão de uma escrita da história, seja na divulgação de fatos e personagens, criou o que se convencionou chamar de uma “pedagogia do cidadão”. O ensino, além de proporcionar os conhecimentos necessários à instrução do aluno, deveria se preocupar com os valores cívicos e patrióticos, necessários à formação do cidadão, de acordo com os interesses do estado nacional” (FERNANDES, 2005, p.130).

---

<sup>39</sup> A obra que fundamentou esta perspectiva foi *Mentiras que parecem Verdades*, de Umberto Eco e Mariza Bonazzi que teve traduções em vários países. No Brasil, o livro de Maria de Lourdes Deiró Nosella, *As Belas Mentiras: a ideologia subjacente aos textos didáticos*, ainda é referência obrigatória para quem estuda o tema (cf. FERNANDES, *op.cit.*, p.123-124).

<sup>40</sup> Aprofundaremos a discussão sobre este tema no último capítulo de nosso trabalho.

<sup>41</sup> Também foram realizadas traduções de autores franceses, algumas simplificadas, para serem adotadas em escolas brasileiras. Dentre os primeiros livros de história produzidos por autores nacionais estão: *Resumo da História Universal* (1839) de João Júlio Godofredo Luís Frank; *Episódios da História Pátria contados à Infância* (1860) do Cônego Fernandes Pinheiro; *História Antiga e Idade Média* (1861) de Justiniano José da Rocha; *Lições de História do Brasil* (1861) de Joaquim Manoel de Macedo, entre outros. (Cf. STAMATTO, 2008, p.140).

Ou seja, a “pedagogia do cidadão”, na perspectiva da “pedagogia do civismo e da nacionalidade”, é um traço que une os interesses do estado nacional em instituição do século XIX e os do estado nacional autoritário, representados pelo regime militar, do século XX no Brasil. A produção historiográfica, inclusive didática, o ensino de história, enfim, o trabalho dos historiadores, apesar das resistências e críticas que muitos levantaram em vários momentos, foi fundamental para a consolidação desses interesses em cada período. Neste sentido, compreendemos que as obras de Carmem Coêlho e Vilma Monteiro são emblemáticas em todos os campos de sua atuação como historiadoras, no magistério e como autoras de livros didáticos. Refletem a concepção de história que alimentou a criação do IHGB e do IHGP e que ainda era hegemônica na Paraíba nos anos 1970. E esta concepção expressa nitidamente as preocupações com a “pedagogia cidadã” que interessava ao regime.

\*\*\*\*\*

### **2.3. Os Livros Didáticos de História da Paraíba**

Todas as questões acima apontadas são importantes para entendermos um pouco do contexto histórico e historiográfico em que as autoras que selecionamos escreveram os seus livros didáticos de história da Paraíba. Da mesma forma, consideramos pertinente para um entendimento mais contextualizado das obras, e da forma como nelas é abordada a temática do “domínio holandês” no Brasil, apresentarmos, antes, alguns dados biográficos de suas autoras. Este exercício, que não se propõe a ser uma biografia completa das mesmas, até porque este não é o objetivo do nosso trabalho, procura evidenciar que, em que pese as óbvias diferenças que explicam as singularidades individuais, as autoras, que partilharam posições sociais, políticas e institucionais semelhantes, produziram obras que expressam claramente seu compromisso com a ordem estabelecida e com a historiografia oficial representada pela produção do IHGP.

#### **2.3.1- As Autoras**

Carmem Coêlho de Miranda Freire, D.Carmita como era conhecida por colegas e alunos, nasceu em João Pessoa, em 12 de janeiro de 1912, e faleceu a 2 de abril de 2003. Era filha de José Vieira Coêlho e Maria Emerentina Gouvêa Coêlho. Foi casada com o comerciante Lourival de Miranda Freire, também já falecido. Fez o curso primário e o secundário no Colégio Nossa Senhora das Neves, em João Pessoa, diplomando-se professora em novembro de 1931. Iniciou suas atividades no magistério, como professora do jardim de infância. Em 1933 foi designada para lecionar no Grupo Escolar Isabel Maria das Neves, onde

trabalhou durante sete anos, deixando-o para assumir a cadeira de História Geral no Liceu Paraibano, para onde foi nomeada em 1940. Nesse mesmo ano passou a integrar o quadro de professores do Colégio Nossa Senhora de Lourdes e, em 1954, passou a ser professora catedrática de História do Brasil, no Liceu. Ali também foi fundadora do Curso Noturno, no qual ensinou durante dez anos como voluntária. Antes, em 1952, a convite do Inspetor Seccional do Ministério da Educação e Cultura da Paraíba, compôs a banca examinadora que selecionava professores candidatos à Faculdade de Filosofia de João Pessoa. Em 1962, após 28 anos consagrados ao magistério, aposentou-se<sup>42</sup>.

De formação cristã, irmã do arcebispo de Olinda e Recife, D. Carlos Gouveia Coêlho, que também foi sócio-efetivo do IHGP, tendo como tio-bisavô o Padre Meira, a professora Carmem dedicou-se também a atividades sócio-religiosas. Foi uma das fundadoras e a primeira presidente do Núcleo Noelista da Paraíba<sup>43</sup>, uma organização cultural e religiosa internacional. O Movimento Noelista, também conhecido como Noel, grupo leigo oriundo da Igreja Católica nasceu na França, em 1894, a partir de uma revista chamada *Le Noel*. O movimento tinha como objetivo fundar núcleos em várias cidades e em diferentes países. No Brasil, as noelistas de Recife, instaladas desde 1914, foram as pioneiras de todo o movimento de apostolado social. Realizavam ações como o catecismo nas escolas públicas, discutindo assuntos de formação moral e promovendo a páscoa dos militares e dos presos. O Noel chegou à Paraíba em agosto de 1931 e dedicava-se, fundamentalmente, à recristianização do meio feminino e realização de campanhas assistencialistas. As noelistas faziam parte da elite social, católica e urbana, que tinha acesso a bons livros e a uma educação formal, o que as distinguia da maioria das mulheres da época. Essa distinção deixava de fora do movimento, como não poderia deixar de ser, as mulheres das camadas sociais economicamente desfavorecidas, como as operárias das fábricas, as empregadas do comércio, as donas de casa pobres, dentre outras.

A boa formação escolar era, aliás, requisito de inclusão no movimento, além de penetração no mundo social e nos círculos femininos da alta sociedade. A grande maioria delas era composta por professoras da Escola Normal, formadoras de opinião ou apenas

---

<sup>42</sup> Tais informações estão disponíveis no sítio eletrônico do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, [www.ihgp.net](http://www.ihgp.net). Acesso: 10 de jan. 2009.

<sup>43</sup> Sobre este tema, consultar a dissertação defendida, em 2007, junto ao Programa de Pós-Graduação em História, de autoria de Simone da Silva Costa intitulada de *Mulheres em Defesa da Ordem: um estudo do Núcleo Noelista da Paraíba (1930-1945)*. A autora trata, com riqueza de detalhes e análise acurada, a formação e a atuação do Núcleo Noelista da Paraíba, sua relação com a Igreja, assim como sua contribuição para a demarcação do que seria o perfil ideal da “mulher paraibana” nas décadas de 1930 e 1940. Discute, ainda, a participação política do Núcleo tanto no cenário da ditadura do Estado Novo quanto no do processo de redemocratização que se seguiu.

religiosas que se dedicavam aos assuntos da Igreja (COSTA, 2007, p.14). Carmem Coêlho, portanto, cumpria todos esses requisitos e, até por suas vinculações familiares, tornou-se uma ativa militante do cristianismo católico da época. Além da atuação no Movimento Noelista, também colaborou com a fundação da Instituição das Domésticas de Santa Zita e da Casa de Santa Zita, voltadas para a aprendizagem profissional de formação cristã, visando à promoção social da empregada doméstica. Seu vínculo com a militância do cristianismo católico é evidenciado ainda pelo fato de ter participado, em 1934, do Congresso Eucarístico Internacional, na Argentina. Recebeu, como reconhecimento pelos trabalhos sociais que desenvolveu ao longo de sua vida, o título de Cidadã Pessoaense Benemérita, em 4 de maio de 1984.

Dentre suas atividades intelectuais, Carmem Coêlho foi também sócia fundadora do Instituto Paraibano de Genealogia e Heráldica<sup>44</sup>, tendo realizado várias viagens à Europa com o objetivo de aprimorar seus conhecimentos de História e Genealogia. Em 1984, recebeu a Comenda do Mérito Cultural “José Maria dos Santos”, outorgada pelo IHGP.

Ingressou no Instituto Histórico e Geográfico Paraibano em 17 de agosto de 1976, apresentando o trabalho sobre a vida e a obra de Leonardo Antunes de Meira Henriques, o Padre Meira, e ocupando a cadeira que fora de seu irmão, o Arcebispo D.Carlos Coêlho. Foi recepcionada pelo historiador Lauro Pires Xavier. A proposta de sua inclusão nos quadros do IHGP teve o parecer favorável do professor Afonso Pereira, seu colega do Lyceu, que sobre ela escreveu:

A História tem sido a sua vida, e quem aluno ou colega seu não lhe gravou as lições, de rígido processo de comunicação didática, dominadora (não se ofendam os deuses!), dos assuntos da Província, nas lides de fronteiras ou nos choques das influências dos donos da riqueza e do poder<sup>45</sup>.

Suas primeiras publicações, realizadas entre 1933 e 1937, foram reportagens do Núcleo Noelista no jornal *A Imprensa*, do qual seu irmão Carlos Coêlho era editor-responsável à época. Publicou, entre outras, as seguintes obras: *Notas Genealógicas das Famílias Gouvêa, Meira Henriques, Albuquerque Maranhão e Vieira Coêlho* [1971], que lhe

---

<sup>44</sup> Fundado em 19 de novembro de 1967 e, desde então, funcionando nas dependências do IHGP, com um quadro de sócios efetivos e outro de correspondentes. Tem por lema a divisa *Fontes Colamus Nostros* (Cultivemos nossas Origens). Entre os trinta e seis intelectuais que assinaram sua ata de fundação encontra-se, além de Carmem Coêlho, também Vilma dos S. C. Monteiro. Informações extraídas de: RAMOS, Adatao. Síntese Histórica do Instituto Paraibano de Genealogia e Heráldica. In: *Revista do IPGH*. Ano I, n.1. João Pessoa: 1991 (p.7-12).

<sup>45</sup> O parecer do relator Afonso Pereira da Silva, datado de 22 de novembro de 1975, consta da documentação do processo eleitoral de Carmem Coelho para o IHGP. Consultar: IHGP:A7G1P41-DS/SE(C). Arquivo do IHGP.

valeu críticas muito positivas por parte dos intelectuais da terra<sup>46</sup>; *A Mansão da Praça Bela Vista* [1972]; *Diná* [1975]; *Cifrado 110* (peça teatral) [1979]; *Notas Históricas sobre a Cidade de Santa Rita* [1977]; *As Ruas onde Morei: 1918-1950* [1978] e *História da Paraíba para uso didático* (dois volumes reunidos num só) [1978], que analisaremos a seguir no que se refere ao tratamento que a autora dá ao tema das “invasões holandesas” no Brasil.

Vilma dos Santos Cardoso Monteiro<sup>47</sup>, ou Dra. Vilma, como gostava de ser chamada, nasceu no Ceará, educou-se em São Paulo e morreu em João Pessoa, vítima de um aneurisma cerebral, no ano de 1979, depois de ter vivido na cidade por mais de vinte anos. Na Paraíba casou-se com Nélio Monteiro, com quem teve quatro filhos. Fez seu curso superior no Instituto Sedes Sapientiae da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, onde obteve os títulos de Bacharel e Licenciada em História e Geografia, na década de 1950. Em sua documentação no arquivo do IHGP consta a informação, na proposta de admissão de sócia-efetiva, assinada por Humberto Carneiro da Cunha Nóbrega, Deusdedit de Vasconcelos Leitão, Olivina Olívia Carneiro da Cunha e José Leal Ramos, de que era doutora em Ciências Históricas, por defesa da tese “Importância da Arqueologia em Ciências Históricas”. No entanto, na mesma pasta, há um outro documento, na verdade, anotações manuscritas, que informa que este foi o título do trabalho pelo qual se tornou especialista. Não nos foi possível esclarecer a dúvida. O certo é que, em meados da década de 1950, como nos informa Mariz, ela se estabeleceu na Paraíba:

Cearense de nascimento, por transferência dos seus educou-se em São Paulo, onde fez na Pontifícia Universidade Católica os cursos simples e de extensão que lhe deram primazia em História (...). Perdera seu pai, precisava de trabalho e da independência. Então, indicada por um mestre paulista a José Américo, veio ensinar em nossa universidade (1970, p.170-172).

---

<sup>46</sup> Consultar a pasta da autora no Arquivo do IHGP, mencionada acima.

<sup>47</sup> Foi bastante difícil levantar os dados biográficos da autora. Consultamos, sem muito sucesso, os seguintes acervos: IHGP, Biblioteca Central da UFPB e o arquivo do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes/UFPB. Na sua pasta no arquivo do IHGP [Consultar: IHGP:A7G2P54-DS/SE(V/2)] não há *curriculum vitae* ou qualquer outro tipo de documentação pessoal, mas apenas os documentos relativos à sua indicação e posse como membro do Instituto e alguns apontamentos manuscritos que nos indicaram os poucos dados que mencionamos. A pesquisa bibliográfica também não revelou informações significativas. O artigo intitulado “A Doutora Vilma”, de autoria de Celso Mariz, escrito por ocasião da sua morte e publicado na RIHGP, n.22, de 1970 embora não aponte praticamente nada da sua biografia, refere-se ao fato de que o livro didático *Pequena História da Paraíba*, que analisaremos a seguir, foi uma obra incompleta, que teve a redação interrompida pela morte da autora. Algumas outras informações foram obtidas junto a ex-colegas e a ex-alunos, mas não foram usadas neste trabalho por não termos obtido autorização dos informantes.

Entre os anos de 1955-1975 foi docente do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFPB, lecionando História Antiga e História Medieval no curso de Licenciatura em História. Também foi a primeira professora de História da Paraíba daquela instituição. Sua carreira na UFPB foi marcada, ainda, pelo lugar que ocupou na gestão de Guillardo Martins Alves, que foi, em 1964, após o golpe militar, nomeado interventor da instituição. Ainda naquele ano, como já vimos, Guillardo Alves foi eleito reitor pelo Conselho Universitário (CONSUNI) e, em 1967, foi reconduzido ao cargo que ocupou até julho de 1971. “Refletindo o processo político mais amplo, esses sete anos de Reitorado foram marcados por perseguições e triagens ideológicas” (CITTADINO, 1993, p.14) que acabaram resultando, entre outras medidas, na decisão de, em janeiro de 1969, cerca de quarenta dias após a decretação do AI-5 (13/12/1968) que “fechara” o regime, exonerar o então “Coordenador do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Prof. Paulo Reis, designando para o seu lugar a Profa. Vilma Cardoso Monteiro” (1993, p.15). O ato foi imediatamente comunicado, através de ofício emitido pelo Serviço de Segurança e Informação da Reitoria da UFPB, datado de 1/2/1969, assinado pelo reitor, ao General Vinitius Notare, comandante da Guarnição Federal, em nome da fidelidade “aos ideais e à continuidade do processo revolucionário”<sup>48</sup>.

Participando da 2<sup>a</sup>. Sessão Ordinária do CONSUNI, realizada no dia 13/3/1969, do qual se tornara membro devido ao cargo que passara a ocupar na administração universitária, Vilma Monteiro foi um dos conselheiros que aprovaram, por unanimidade, e em consonância com o Decreto-Lei 477, de 27/2/1969, a punição a diversos alunos e ex-alunos da UFPB. “As punições variavam do impedimento da matrícula por um ou dois anos à impossibilidade definitiva de matrícula nas diversas unidades da UFPB” (CITTADINO, 1993, p.19)<sup>49</sup>. É importante destacar que esse alinhamento de Vilma Monteiro com o regime militar no interior da UFPB é considerado por aqueles que conviveram com ela como um dos aspectos mais marcantes de sua biografia.

Cerca de pouco mais de um ano antes de assumir o cargo de interventora do IFCH, exatamente a 6 de outubro de 1967, tendo por patrono Francisco Lima, Vilma Monteiro fora empossada como sócia-efetiva do IHGP, ocupando a cadeira número 30. Em sua posse foi saudada por seu colega de departamento na UFPB, José Pedro Nicodemos. Nesta ocasião a nova sócia apresentou um discurso (RIHGP, 16, 1968, p.80-96) em que faz referências ao fato de ter estudado e exercido o magistério em vários lugares do país, entre o Piauí e o Rio

---

<sup>48</sup> O referido ofício encontra-se reproduzido, como anexo 1, na obra de Cittadino (1993).

<sup>49</sup> O processo que deu origem e concluiu a punição também se encontra reproduzido na obra de Cittadino (1993) como seu anexo 2.

Grande do Sul. O discurso foi intitulado “Fatos da História da Fortaleza de Santa Catarina”, tema que já investigava desde 1964 e que resultaria na redação da obra *História da Fortaleza de Santa Catarina*, publicada em 1972, que pode ser considerada a sua principal contribuição à historiografia paraibana<sup>50</sup>. A historiadora foi também responsável pelo levantamento de informações sobre a fortaleza que embasou o projeto de sua restauração, fato que só viria a ocorrer nos anos 1980, encaminhado ao ministro Aurélio de Lyra Tavares, pelo Exército brasileiro na segunda metade da década de 1960.

### 2.3.2 O “domínio holandês” nos livros didáticos de história da Paraíba

Como já foi dito anteriormente, ainda no século XIX foram elaborados, no Brasil, os primeiros compêndios escolares<sup>51</sup> para o ensino de história, por iniciativa do IHGB, interessado na disseminação de uma visão ancorada no apego ao sentimento nacional e à história pátria. Segundo José Veríssimo, escrevendo entre o final do século XIX e o início do século XX, o país necessitava da publicação de compêndios de melhor qualidade porque os existentes eram “despidos de qualquer merecimento didático. São pesados, indigestos e mal escritos, além de não tratarem da Pátria” (*apud* PINHEIRO, 2002, p.114). Já no período republicano e seguindo os ideais do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (que, de certa forma, eram semelhantes aos do IHGB, mas traduzidos para a dimensão local), houve toda uma discussão sobre a instrução pública no estado da Paraíba<sup>52</sup>. De acordo com Pinheiro, em seu governo (1912-1915), o presidente:

---

<sup>50</sup> Sua produção intelectual girou, em grande parte, e após o golpe de 1964, em torno da história militar e particularmente da Fortaleza de Cabedelo, sobre o qual publicou, além dos trabalhos já mencionados, o artigo “A Fortaleza de Santa Catarina em Quatro Séculos”. In: *Revista da Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras da UFPB*. João Pessoa: Imprensa Universitária/UFPB1964. Sobre o mesmo assunto há registros, ainda, de ter realizado as seguintes conferências: Fortaleza de Santa Catarina, monumento militar de importância (1967), A Fortaleza de Santa Catarina na Defesa do Brasil Colonial (1970) e Sistema de Defesa no Brasil Colonial (1970) [Fonte: documentação do arquivo do IHGP]. Outras obras publicadas: “Notas sobre a Arqueologia”. In: *Revista da Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras da UFPB*. João Pessoa: 1955; Profetas e Messias na América do Sul. *Revista da Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras da UFPB*. João Pessoa: 1956; Ensaio sobre a Cultura Creto-Micênica. *Revista da Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras da UFPB*. João Pessoa: 1958; 1º. Centenário da 1ª. Batalha de Tuiutí. In: *Revista Symposium*. Recife: Universidade Católica de Pernambuco, 1967; Caxias, o Homem e a Liderança. In: *Revista de Assuntos Militares e Estudos Brasileiros do Ministério da Guerra*. n.641 (s/local, ano); Dois Documentos Holandeses Inverídicos. In: *Revista Campus*. n.4, UFPB, 1973; Conceito de Cultura. In: *Paraíba Cultural IV e V*. João Pessoa: SEC-PB, 1973 e Os Índios Cariri e a Formação do Sertanejo Paraibano. In: *RIHGP*. n.30, 1974.

<sup>51</sup> De acordo com Moraes, a partir da década de 1920, o termo livro didático passou a ser mais utilizado que o de compêndio, principalmente nos textos comerciais (2007, p.264).

<sup>52</sup> No livro, essencial para a nossa análise, fruto de sua tese de doutoramento defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação/Unicamp, Antônio Carlos Ferreira Pinheiro, professor da Universidade Federal da Paraíba, discute a organização e o funcionamento da instrução pública na Paraíba, no período de 1849 a 1949, abordando aspectos como os conteúdos ensinados nas escolas locais no período imperial, o tipo de compêndios que eram utilizados, a questão da relação entre o ensino de história e as tentativas de se promover o sentimento nacional entre os paraibanos, dentre outros aspectos. Para obter maiores detalhes, consultar: PINHEIRO,

Castro Pinto adquiriu livros escolares e distribuiu-os gratuitamente nas escolas públicas. Ao mesmo tempo, encarregou “o provector e talentoso Dr. Manoel Tavares Cavalcanti de confeccionar o Epítome da História da Parahyba destinada à instrução primária” (2002, p.118).

Esta foi a primeira obra didática produzida por autor ligado à Paraíba, publicada em 1914 e adotada nas escolas primárias da rede pública, contendo 110 páginas sem ilustrações, e 41 capítulos ao todo. Nesta, por sua vez, apresenta-se toda a estrutura para o estudo da história paraibana, das origens até o governo de Castro Pinto.

Anos mais tarde, ainda sob a ótica de exaltação aos vultos mais importantes da Pátria, em 1922, um outro livro produzido por autora paraibana, Eudésia Vieira, *Pontos de História do Brasil* foi publicado, e com destino ao ensino primário público, adotado na Paraíba. Também de acordo com Pinheiro:

Sua obra, *Pontos de História do Brasil* pode ser considerada um marco na história do livro didático na Paraíba, por apresentar características do que hoje denominamos “livro didático” e por fugir dos padrões dos compêndios clássicos (2002, p.167).

É um livro de 176 páginas que abrange o período do descobrimento da América até a revolução de 1930. Diferente da *Epítome*, este tinha o propósito de apresentar a História da Paraíba associada à do Brasil. Tais obras faziam parte do esforço que os governos local e nacional ainda faziam, no início do século XX no sentido de, através da educação, fortalecer o sentimento de nacionalidade entre as crianças brasileiras. Além dos compêndios escolares, “as aulas de história e geografia constituíram-se (...) em espaços privilegiados para a difusão de idéias que pudessem contribuir para a construção do “Estado-nação” (2002, p.168)<sup>53</sup>.

É importante citar estes dois livros porque eles são os primeiros antecessores da produção da década de 1970.

Carmem Coelho de Miranda Freire publicou sua *História da Paraíba* em 1974, livro de síntese histórica escrito, como já dissemos, em plena efervescência do regime militar. Para

---

Antônio Carlos Ferreira. *Da Era das Cadeiras Isoladas à Era dos Grupos Escolares na Paraíba*. Campinas, SP: Autores Associados; São Paulo: Universidade São Francisco, 2002. Para uma discussão específica acerca das relações entre escola e o universo do trabalho na Paraíba nesta época, ver: Lúcia de Fátima Guerra Ferreira. Educação e Trabalho na Paraíba: a Escola de Aprendizes e Artífices. In: *Saeculum*. Revista de História. n.3. João Pessoa: DH/UFPB, Jan/Dez 1997 (p.69-79) e a dissertação de Mestrado em História de Guaraciane Mendonça de Lima. *O Collégio de Educandos Artífices (1865-1874): a infância desvalida da Parahyba do Norte*. 2008. Universidade Federal da Paraíba.

<sup>53</sup> Para uma discussão mais cuidadosa sobre a história como disciplina escolar, em especial no século XIX, consultar o artigo de Marcelo de Souza Magalhães, “História e Cidadania. Por que ensinar história hoje?” (in: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (orgs.). *Ensino de História*. Conceitos, Temáticas e Metodologia. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003, p.168-184).

nossa análise usamos sua quarta edição, de 1982, que já contém um prefácio que havia sido escrito por José Leal<sup>54</sup>, em 1976. Nele chama a atenção exatamente para a falta, até então, de compêndios especializados e organizados “sob critérios de pureza da linguagem e exata interpretação dos fatos decorridos no decurso que medeiam entre a colonização da então capitania Real da Paraíba e os dias correntes” (p.7). Aqui fica claro que o autor considera a obra de Carmem Coelho<sup>55</sup> uma grande preciosidade que segue os padrões da escola metódica, da história factual, da idéia de conhecimento verdadeiro. Ainda diz que a autora “investiga e expõe os acontecimentos sob os melhores critérios da moderna didática” (p.7).

O prefácio de José Leal ainda enaltece a estirpe da família da autora, dando ênfase ao fato de que foram “professores eméritos, destacando a sua genitora a professora Emerentina de Gouveia Coelho”. Sobre a importância e o objetivo do livro diz:

Presta serviço benemérito à mocidade sequiosa dos conhecimentos de cronologia de sua terra, e assim recebe um livro que constitui um primor de composição, uma vez que, nutrido o sentimento de verdade, seus capítulos curtos e sintéticos representam, em última análise, a condensação de conhecimentos de um passado de que todos – todos os paraibanos devemos mais nos envaidecer, nos orgulhar mesmo... o volume desta obra sem equivalente na bibliografia conterrânea surge no momento exato em que a classe estudantil busca afanosamente nas livrarias o compendio destinado a ajudá-lo na preparação de tarefas dos cursos, com a circunstância de ter sido elaborada por um mestre de largo tirocínio na cátedra do velho Liceu Paraibano, que tem sido, através do século, a forja onde tem plantado os melhores espíritos da nossa elite intelectual (p.8).

O autor não se acanha em tecer vários elogios ao trabalho de dona Carmita, como a ela se refere, enumerando sempre a veracidade das informações que, segundo ele, a obra contempla, bem como a clareza do seu texto.

“Duas Palavras” é o título da apresentação que a autora faz de si, e da sua obra, ao leitor. Inicia fazendo um elogio ao conhecimento humano, ressaltando que só o homem “possui consciência de objetivos e, em virtude deles, age, atua” (p.9). Destaca o papel do historiador

---

<sup>54</sup> Tal autor foi sócio do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, ingressando em 10 de março de 1946. Nasceu na fazenda Ponta da Serra, São João do Cariri, no dia 16 de julho de 1891. Era filho de Antônio Claudino Leal e Inácia Ramos Leal; em 1920 casou-se com Ester Romero Leal, nascendo desse casamento os filhos: Homero, Péricles, Maria das Dores, Maria da Penha, Achilles e Milcíades. José Leal faleceu em João Pessoa no dia 25 de outubro de 1976. São de sua autoria: *A Imprensa na Paraíba*, 1941; *Este Pedaco do Nordeste*, 1943; *O Primeiro Decênio da API: como surgiu e tem se desenvolvido essa entidade*, 1943; *Itinerário da História, da Colonização da Paraíba aos nossos dias*, 1945; *Reencontro da Vila*, 1961; *Itinerário da História: Imagem da Paraíba entre 1518 e 1965*, 1965; *Família Costa Ramos*, 1968; *Acidentes Geográficos da Paraíba*, 1970; *Assim eram as coisas...*, 1970; *Vale da Travessia*, 1971; *Dicionário Bibliográfico Paraibano*, 1980. Deixou inédito: *Índice corográfico e administrativo da Paraíba*; *Ronda da Província*; *Noções de Corografia e História*; *Imagens Desfeitas*. Para maiores detalhes, consultar o sítio eletrônico do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. Acesso: 20 de jul. 2009.

<sup>55</sup> Embora seus contemporâneos a chamassem, como já dissemos antes, D.Carmita, como autora do livro didático ficou conhecida como Carmem Coelho, e a sua obra como “a história da Paraíba de Carmem Coelho”.

que, segundo a mesma, tem a missão de “decifrar no tempo os signos acumulados por gerações inteiras e que, uma vez descobertos servirão não só para justificar os rumos tomados por uma determinada nação” (p.9). Declara não pretender apresentar um texto completo de história da Paraíba, mas esperar que muitas de suas explicações possam contribuir para o conhecimento histórico. Assim diz:

Sem ter, de modo algum, a pretensão de oferecer um diagnóstico completo da “História da Paraíba”, seguem aí alguns “signos decifrados” da nossa história, signos já de caráter dogmático.

Desse modo, procurando, na medida do possível, dar um caráter didático às explicações do período em questão, ofereço o presente volume a todos aqueles que se interessam ou desejam iniciar as suas pesquisas num dos principais trechos da história da nação brasileira – “História da Paraíba” (p. 9).

Para Sousa, com o qual concordamos, tanto no prefácio, como na apresentação pessoal da autora, a concepção que se evidencia e que se percebe é marcada por “uma história oficial, como a construção da história pátria e a idéia de verdade em história, a partir da preocupação com a exata interpretação dos fatos” (2008, p.41).

Entre as várias fontes consultadas pela autora é importante destacar que estão as obras de Maximiano Lopes Machado e Irineu Ferreira Pinto. Apenas o livro do Frei Vicente Salvador *História do Brasil* (1624), dentre as que consultou, não foi produzido por autor vinculado ao IHGB ou ao IHGP. Na sua maioria, as referências são quase todas de autores pertencentes à agremiação paraibana<sup>56</sup>, exceto a obra de Gilberto Freyre, *Novo Mundo nos Trópicos*, que pertenceu ao instituto pernambucano.

Os capítulos da obra estão assim organizados: os aspectos que antecederam à colonização portuguesa, o meio físico e geográfico, apontando por regiões e pelos limites; as vilas, dando destaque às de Pilar, Sousa, Campina Grande, São João do Cariri, Pombal e Areia; a administração, marcada pelas ações dos primeiros capitães-mores ou governadores, enfatizando nomes como João Tavares, Frutuoso Barbosa, André de Albuquerque Maranhão e Feliciano Coelho de Carvalho<sup>57</sup>, as ordens religiosas dos jesuítas, franciscanos, beneditinos e

<sup>56</sup> Consultou as seguintes obras dos autores do IHGP: TAVARES, João Lira. *A Parahyba*. v.11. Paraíba: Imprensa Oficial, 1910; MARIZ, Celso. *Apanhados Históricos da Paraíba*. Paraíba: Imprensa Oficial, 1912; MEDEIROS, Coriolano de. *Dicionário Corográfico do Estado da Paraíba*. 2ed. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1912; CAVALCANTI, Manuel Tavares. *Epítome de história da Paraíba*. Paraíba: Imprensa Oficial, 1914; MARIZ, Celso. *Evolução Econômica da Paraíba*. João Pessoa: 1939; LEAL, José. *Itinerário da História, Imagem da Paraíba entre 1518 e 1965*. João Pessoa: Gráfica Comercial, 1965; JOFFILY, Irineu. *Notas sobre a Parahyba*. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1982 e ALMEIDA, Horácio. *História da Paraíba*. Tomo I, parte primeira. João Pessoa: Imprensa Universitária, 1996.

<sup>57</sup> Estes nomes já estão presentes tanto no livro do Maximiano Lopes Machado, a *História da Província da Paraíba*, do capítulo primeiro ao quinto, onde discute a conquista e colonização da Paraíba, bem como no

carmelitas; os índios e sua divisão em Tabajara e Potiguara, além dos Tapuias, Cariris e etc; o período holandês, nosso foco de análise, que destacaremos com mais detalhe abaixo. Retrata, ainda, a conquista para o interior, com a ação dos bandeirantes, e faz uma descrição das mudanças que ocorreram na cidade de Filipéia de Nossa Senhora das Neves (hoje João Pessoa) desde sua fundação em 1585; aborda, ainda, aspectos econômicos apresentando dados relativos à produção do pau-brasil, do açúcar, algodão, gado e do tráfico de escravos. Quanto aos aspectos sociais da capitania entre os séculos XVII e XVIII, analisa o papel do catolicismo e das Igrejas e as “classes sociais” existentes, que ela identifica como sendo: “a senhorial, do campo, cuja riqueza se apoiava na terra, a classe clerical, a nobreza intitulada, a senhorial urbana, a dos trabalhadores livres e os escravos”. (FREIRE, 1982, p. 70). Ingressa na apresentação do século XIX, perpassando todo o Império, mas dando destaque especial à Revolução de 1817 na Paraíba, sustentando-se, para isso, diretamente na obra de Irineu Pinto que dedicou quase cem páginas para esta questão. Em ambas as obras, separadas por cerca de sessenta anos se considerarmos as datas de suas publicações, ressalta-se os feitos heróicos e republicanos dos paraibanos que participaram da revolta, mas, sem dúvida alguma, o foco da atenção é todo voltado para a figura de José Peregrino de Carvalho. Irineu Pinto traz uma série de documentos que retratam a carreira militar de Peregrino, mostrando, inclusive, as diversas possibilidades que ele teve de estudar fora da Paraíba e do Brasil (PINTO, 1977, p.247). A seguir, Carmem Coelho levanta, também, questões sobre a República na Paraíba, a Revolução de 30, a Segunda República, quando finaliza, renunciando ao enfoque cronológico adotado até então, para tratar de alguns temas mais específicos como as questões sobre a instrução, professores, escolas, artes, letras, folclore, turismo, jornais, dentre outros.

Possui uma parte bem interessante que é o apêndice, onde apresenta tabelas com os nomes dos presidentes do Tribunal de Justiça da Paraíba, num total de 23 entre 1930 e 1978; além de relações de prefeitos, vereadores e juntas governativas, destacando um total de noventa e três, governadores e interventores. Apresenta também uma relação dos municípios que existiam, à época, no estado.

O cerne desta parte, no entanto, está no texto em que tece críticas à obra *Revolta e Revolução - 50 Anos Depois*, de autoria do ex-deputado José Joffily. Nela, o autor fazia referências a ela como tendo participado de movimentos de rua a favor do presidente João Pessoa, a exemplo de passeatas, bem como que sua genitora, a professora Maria Emerentina,

---

primeiro capítulo das *Datas e Notas para a História da Paraíba* de Irineu Pinto, que cobre todo o século XVI, também referente ao contato e à colonização. Para uma melhor compreensão de passagens onde os autores discutem a participação desses personagens, consultar as duas obras nos capítulos apontados.

teria conduzido e/ou influenciado suas alunas e outras colegas de profissão, a recitar quadrinhas de cunho liberal em ambientes públicos. Indignada com o que considera uma visão parcial à qual falta verdade, Carmem Coelho afirma que tais “acusações” derivam da antipatia que o autor nutria em relação ao presidente João Pessoa. A mesma, que fora liberal e aliada do presidente, trata de elaborar sua defesa para as tais acusações de José Joffily, por quem demonstra inegável aversão. Para tanto, busca e apresenta depoimentos de pessoas que viveram na época, como o Sr. José Bethamio Ferreira e a Sra. Georgina Sobreira que confirmam a não participação da mesma, bem como de sua mãe, nos episódios narrados por José Joffily.

Ao fim e ao cabo, Carmem Coelho deixa claro um compromisso com a historiografia tradicional e monumental da Paraíba. Tal compromisso é bem perceptível não só no prefácio da obra, na apresentação que ela mesma faz, e nas páginas do texto, mas também nas imagens contidas no livro. Sousa (2008) chama atenção para este aspecto, pois as imagens se associam às características da tradição do IHGP, de história oficial positivista ou tradicional. O autor se refere a elas como a expressão preeminente dessa história factual e monumental que apresenta uma “idéia de verdade”, ou seja, de uma interpretação exata dos acontecimentos. Ainda vai além, quando afirma que tais fotos apenas servem de ilustração e não como elementos que ajudam à interpretação do texto, e que são sempre associadas a grandes personagens ou instituições.

Com certeza, tanto o olhar de quem escolhe as imagens como o lugar que aparecem na obra tem significados, produzem sentidos, o que significa dizer que elas contribuem para a construção, elaboração de uma certa noção de história e, mais especificamente, de história da Paraíba (SOUSA, 2008, p.41-42)

Um outro aspecto importante, também apontado por Sousa (2008) e que merece ser destacado, diz respeito ao uso das ilustrações ser, em grande parte, influenciado pelo período em que a obra foi escrita, o da ditadura militar. Daí, então, a seleção que a autora fez em torno de figuras associadas a monumentos e a pessoas da vida político-administrativa e religiosa local. Como exemplo está a imagem da capa: o busto de João Pessoa e, no final do livro, um repertório fotográfico de pessoas consideradas importantes, a exemplo do jornalista Arthur Achilles, do prefeito Walfredo Guedes Pereira, de seu próprio irmão, o bispo Carlos de Gouveia Coelho, além de sua mãe, a professora Maria Emerentina de Gouvêa Coelho, que merece o destaque reservado a poucos no livro, com fotografia que ocupa a página inteira.

A autora ainda utiliza o recurso a várias listas, a que já nos referimos, de nomes de pessoas, cidades, professores importantes que serviriam para facilitar o aprendizado dos alunos. Percebe-se, dessa forma, que a preocupação em fixar nomes de personagens é reiterada não só no texto, mas também sob a forma de repertórios a serem decorados pelos alunos e de imagens a serem fixadas e constantemente lembradas. Aprender História, assim, se resumia à identificação de nomes, datas e fatos, aos quais a autora reserva grande parte do seu livro, procurando fazê-lo bem didaticamente, de forma simples, direta e clara, de forma a conduzir o aluno a reter aquilo que era considerado fundamental para a formação do patriota. Este, como já discutimos anteriormente neste capítulo, se tornou o objetivo claro da disciplina de História e das outras criadas pela ditadura militar, a exemplo da Educação Moral e Cívica e da Organização Social e Política do Brasil, que tiveram seus conteúdos reduzidos a uma perspectiva laudatória e comemorativa, em especial quanto às datas cívicas e folclóricas e também à consagração dos heróis da Pátria e das pessoas importantes. No caso da Paraíba, tais heróis fundamentais foram extremamente destacados na obra de Carmem Coelho, a começar por André Vidal de Negreiros, no século XVII, e depois, por Peregrino de Carvalho, no século XIX, entre inúmeros outros.

Ainda com relação às imagens, há de considerar também vários outros problemas como: a não identificação ou identificação errada de algumas delas, na verdade, fotografias, a exemplo da que consta na página 37 em que o Convento de Santo Antônio é identificado como Convento de São Francisco, ou a ilustração da página 26, extraída do livro do Frei João José de Santa Teresa<sup>58</sup>, inspirada em tela de Frans Post, que não aparece corretamente identificada. Aliás, nenhuma das fotos tem a indicação de autoria ou do acervo de onde foram extraídas, o que revela um descuido enorme em relação à parte gráfica da obra e às normas de referência para trabalhos científicos, mas também no que se refere ao próprio ofício da história que exige acuidade e clareza em relação às fontes. Fato que não deveria ser desconsiderado por alguém que manifestava preocupação, inúmeras vezes reiterada, com a “verdade” dos fatos. No total são oito imagens no corpo do texto sem qualquer referência às suas fontes.

De todos os conteúdos que apresenta, a que já nos referimos acima, cabe a nós a análise de um: a ocupação holandesa. Neste capítulo, o sétimo, com onze páginas, e no que concerne ao período holandês, expõe apenas uma foto da capela do Engenho Santo André

---

<sup>58</sup> A referência da obra, que é rara, é: SANTA TERESA, Frei João José de. *Istoria delle guerre del regno del Brasile: accadute tra la corona di Portogallo, e la Republica di Olanda / composta... dal P. F. Gio.: Gioseppe di S. Teresa...* - In Roma [Itália]: Nella Stamperia degl'Eredi del Corbelletti, 1698.

onde, segundo ela, foram travadas batalhas contra os holandeses. Não data a foto, não cita a referência, coloca a gravura com esta descrição, mas não analisa as lutas de separação entre os brasileiros e os holandeses.

Apresenta a história dos holandeses mostrando, de início, os antecedentes da ocupação e a influência que a União Ibérica teve sobre a invasão flamenga na área que, na época, era chamada de Norte do Brasil, hoje Nordeste. No período das invasões holandesas, o Brasil estava dividido em capitanias e em regiões, Norte e Sul apenas. Todas as outras partes das regiões brasileiras foram subdivididas para facilitar a compreensão dos alunos com relação aos estados da nação, bem como com relação ao deslocamento das fronteiras do Brasil. A autora também ressalta o poder de Filipe II e considera, como o fato mais importante do período, a sucessão do reinado de Portugal, que acabou por ficar nas mãos daquele monarca que, segundo ela, “comprou a nobreza [portuguesa] a preço alto” (p.48) já que, com morte do rei de Portugal, Dom Sebastião, Filipe II era o parente mais próximo. Este, bastante “ambicioso” não mediu esforços para se tornar o rei de Portugal e da Espanha. Maximiano Machado destaca, com bastante ênfase, a União Ibérica, recuperando os detalhes relativos à morte do rei de Portugal, D.Sebastião, na batalha de Alcácer-Quibir, na África e à crise sucessória que se seguiu até a união das coroas de Portugal e Espanha sob o comando de Filipe II. Por sua vez, Irineu Pinto nas suas *Datas e Notas* não dá detalhes deste episódio.

Apresenta, a seguir, como se deram os ataques na Bahia (em 1624) que, segundo ela, apenas serviram para que os holandeses se restabelessem dos conflitos e levassem consigo índios para serem educados na Europa e que, mais tarde, seriam peças importantes nas novas investidas em Pernambuco e na Paraíba. Sobre o ataque que ocorreu na Paraíba, antes menciona superficialmente a conquista de Recife, em 1630, e que “Matias de Albuquerque, o governador de Pernambuco, vendo que nada podia fazer contra os holandeses, incendiou os armazéns do porto do Recife” (1982, p.49). Sobre a conquista do Recife, Machado ressalta:

No dia 9 de fevereiro de 1630 chegou uma caravela do Cabo-Verde, expedida pelo respectivo governador, João Pereira Corte-Real, a dar aviso de que a esquadra inimiga por alli passara com destino á Pernambuco. Mathias d’Albuquerque não se deteve, mandou tocar á postos, e fez concentrar em Olinda as milícias do interior, municinando-as e preparando-as para a defesa (1977, p.147).

O texto ressalta as discussões relativas aos aspectos sociais e administrativos dando destaque para os governadores que a Paraíba teve ao longo do período da ocupação, entre eles: Servais Carpentier, Ippo Eyssens, Elias Herckmans, Daniel Aberti, Gisbert de With e Paulo de Lince. Reitera a visão típica do positivismo que exalta e glorifica os nomes dos

grandes homens, dos heróis, a exemplo do que diz a respeito de Antônio de Albuquerque, o Capitão-Mor da Paraíba à época da ocupação holandesa: “pode-se dizer que Antônio Albuquerque foi o herói contra as invasões holandesas na Paraíba, se destacando com bravura e dignidade” (FREIRE, 1982, p.54). Machado, embora não destaque em excesso o nome de Antônio de Albuquerque como faz Freire, reconhece, no mesmo, as qualidades de administrador e chefe militar na Paraíba por ter cuidado, com todo o zelo possível, da defesa da terra antes dos primeiros ataques holandeses que começaram ainda no ano de 1630: “não perdeu tempo [Antônio de Albuquerque] do muito que consumiam os holandeses em manter-se no Recife para fortificar a Parahyba” (1977, p.152). Pinto (1977), por sua vez, destaca como Antônio de Albuquerque, depois da ocupação da cidade em janeiro de 1635, seguiu para o Recife com seus soldados e muitos moradores que não quiseram se sujeitar ao domínio holandês. No que se refere aos aspectos sociais, a autora aborda que a capitania ficou dividida em dois grupos: o de homens livres e o de escravos. “Os homens livres eram os holandeses, portugueses e brasileiros e os escravos eram considerados de procedência brasileira (filhos de escravos) ou africana: negros, mulatos e mamelucos” (p.56). Esta divisão chama a atenção para uma questão: o papel dos indígenas. A autora não teve a preocupação de mencioná-los, de perceber como se comportaram durante este período das invasões holandesas, mas dedica um outro capítulo do livro aos indígenas, onde apresenta alguns dos participantes, especificamente Felipe Camarão e Pedro Poti, ressaltando que este último foi para a Holanda e lá obteve educação. O fato de dedicar um capítulo aos indígenas revela sua filiação a Maximiano Machado que lhes dá lugar central na história da Paraíba. A autora aponta para as duas “raças” de índios que aqui viviam: os “tupis e cariris ou tapuias. Os tupis se dividiam em tabajaras e potiguares, que por sinal eram inimigos” (FREIRE, 1982, p.43). Diz que os potiguares eram superiores com relação à população e que não viviam em terras distantes do litoral. Os demais, cariris ou tapuias, habitavam outras localidades, como as regiões onde estão localizadas, hoje, as cidades de São João do Cariri, Campina Grande, Rio do Peixe, Piancó, Sabugi, dentre outras. Na página 45 a autora repete a afirmação que, desde o século XIX, com a fundação do IHGB e a obra de Varnhagen, se constituiria como a verdade acerca da formação do povo brasileiro, ou seja, a de que a união desses três elementos (branco, preto e índio) criou o que ela chama “raça brasileira” e que, pela primeira vez, elas se comportaram como tal, na guerra contra os holandeses.

No que se refere ao aspecto administrativo, faz uma breve síntese dos administradores holandeses, que citamos acima, e de suas trajetórias à frente da administração da capitania, e tal como Machado e Pinto, também aponta Elias Herckmans (terceiro diretor “holandês” da

Paraíba, entre 1636-1639) como sendo um dos mais ilustres dos governadores, destacando-se por ter escrito a crônica intitulada *Descrição Geral da Capitania da Paraíba*<sup>59</sup>, na verdade, um relatório enviado à Companhia das Índias Ocidentais descrevendo as terras, a natureza, os povos indígenas que nelas viviam e a cidade da Felipéia de Nossa Senhora das Neves.

Por fim, as datas que Carmem Coelho utiliza na sua obra são aquelas selecionadas por Pinto, entre as páginas 43 e 62, nas suas *Datas e Notas*, já que ele mapeou toda uma cronologia para a história da Paraíba que, por sua vez, é praticamente a mesma de Machado como, por exemplo: 1630 → quando ocorre a rendição de Pernambuco frente aos holandeses sobre a qual Carmem Coelho não apresenta nenhuma discussão mais aprofundada; 1634 → a conquista da Paraíba, em que todas as narrativas concordam em relação às datas e à descrição das três tentativas de invasão, ou seja, a primeira em 1631, a segunda em fevereiro de 1634 e a rendição final em dezembro de 1634; 1645 → libertação da Paraíba do jugo holandês; 1648 e 1649 → batalhas do Montes dos Guararapes; 1654 → rendição final na Campina da Taborda. Todas estas datas e movimentos também foram citados por Irineu Pinto.

\*\*\*\*\*

Vilma dos Santos Cardoso Monteiro teve seu livro, *Pequena História da Paraíba*, publicado em 1975, exatos setenta anos após a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. A edição se inicia com a apresentação de uma série de trabalhos publicados pela autora totalizando onze produções. A edição é apresentada ao leitor, em três páginas, com o título “Como se fosse um prefácio”, escrito por Iveraldo Lucena da Costa. O mesmo afirma que não pretende elaborar um prefácio, prefere utilizar o termo depoimento, devido à forte vinculação que teve com a autora, pois fora seu orientando na Universidade Federal da Paraíba e um grande admirador de suas atitudes e de sua personalidade. Dá um grande destaque aos estudos que a mesma realizou sobre a história da Paraíba, em especial, ao trabalho dedicado à Fortaleza de Santa Catarina. Assim diz: “tudo o que fosse relacionado com a Paraíba era de seu interesse; pesquisou e estudou aspectos de nossa história dos primeiros tempos e ajudou a fazer a contemporânea” (p.11). Ainda nos dá uma informação muito importante, a de que Vilma Monteiro falecera quando escrevia essa obra, a *Pequena História*, que ela acreditava que se transformaria em um manual de referência para os estudos

---

<sup>59</sup> Datado de 1639, com o título original *Generale Beschrijvinge van de Capitanie Paraíba*. Foi editado pela primeira vez na *Crônica de Utrecht* (1879). A primeira edição em português data de 1886. *Descrição Geral da Capitania da Parahyba*. In: *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*. Recife, IAHGP. 5(31), outubro, 1886.

da Paraíba, mas que não chegou a ver acabado. Lucena fala dos detalhes que compartilhou com a autora, aborda as emoções da mesma e seu entusiasmo com a escrita do livro: “conhecíamos em detalhes, a motivação e o plano da obra... [Vilma] tomou a si, sem encomenda, a tarefa de escrever um livro em linguagem simples, objetiva e o mais completo possível” (p.11).

De acordo com Lucena, embora o livro não tivesse sido concluído, isso não era um impedimento para a leitura e compreensão do mesmo, nem para o reconhecimento da sua contribuição para a história da Paraíba, pois a sua qualidade era inegável. Para ele, um dos pontos fortes da obra era justamente o seu didatismo: “além do valor intrínseco da informação histórica, a forma didática de sua elaboração concede-lhe especial interesse e importância” (p.12).

Uma questão importante para a qual chama a atenção é o fato do livro não possuir gravuras, gráficos, apêndices, justamente porque ela não conseguira concluir o trabalho, mas destaca que a seleção desses materiais estava em andamento. No entanto, após a sua morte, os resultados desse esforço não haviam sido localizados nos arquivos da autora.

Este “Como se fosse um prefácio” é, na verdade, um inventário do carinho e amizade que Iveraldo Lucena da Costa tinha pela autora: “gostaria de não ter sido preciso escrever esse quase prefácio nas circunstâncias em que faço, porém isso me dá a oportunidade de manifestar o meu reconhecimento pessoal” (p.13).

Em maio de 1979, José Américo de Almeida fez uma apresentação pessoal da obra, que é outra parte interessante da mesma. Sobre Vilma, afirma que: “exercia todos os cargos que lhe foram confiados com firmeza e eficiência” (p.15). O mesmo se julga também grande admirador da autora e da forma como ela conduzia seus trabalhos. Diz que, enquanto governador da Paraíba (1951-1956), teve a oportunidade de trazer importantes nomes para a escala educacional: “entre esses elementos figurou a professora Vilma dos Santos Cardoso Monteiro, cearense que exercia sua profissão em São Paulo, e que se afirmou na Paraíba” (p.15). E sobre a importância desta obra como livro didático diz: “é sua experiência dessa matéria que professou na nossa Universidade. Se não tem maior fôlego, vale pelo didático como um livro feito para estudantes” (p.16-17).

Na sua apresentação, a autora aponta que seu esforço pela elaboração de um trabalho didático, a que ela chama de “emergencial” devido à carência deste tipo de materiais na Paraíba, foi bastante grande e que, como se tratava de uma obra desta natureza, procurou não se alongar em notas relativas as fontes (p.21). Sua compreensão acerca de como se deveria, e

com quais objetivos, produzir uma obra desta natureza está expressa claramente nesta passagem que se segue:

Entendo que a verdadeira Ciência Histórica deva procurar o máximo de objetividade; assim, a História da Paraíba não deve ser estudada com desvinculação da História do Brasil. Se ainda não tem todas as suas incógnitas decifradas, sendo a elucidação de seus elementos um permanente motivo de pesquisa, deve também objetivar dois pontos: corrigir erros e colocar-se no contexto da História nacional, no lugar certo. Sem exageros ou fantasia, mas também procurando eliminar a profunda omissão que vem sofrendo (p.22).

A sua compreensão do que fosse a história “verdadeira”, pautada pela “objetividade”, fica bastante explícita na forma como seleciona e aborda os conteúdos tratados no livro: a causalidade linear, a preocupação com a cronologia, a seleção de eventos em que sobressaem as ações das elites (econômicas e políticas), a reprodução de um panteão de heróis que já fora estabelecido nas primeiras histórias da Paraíba (a de Maximiano Machado e a de Irineu Pinto, além da de Irineu Joffily, *Notas sobre a Parahyba*). Por outro lado, assim como Machado constantemente alertará em seu livro escrito no final do século XIX, e sobre o qual trataremos no último capítulo deste trabalho, Vilma Monteiro continua a chamar a atenção para a necessidade de se considerar que a História da Paraíba também é importante para se entender a História do Brasil. Ou seja, que a história da Paraíba deveria se impor e ter seu lugar de relevo na historiografia nacional.

Estruturalmente o livro está dividido em dez unidades que exploram a história local, desde a fase pré-colonial até a restauração da ocupação holandesa, e que, por sua morte prematura, não chegou ao fim. Com relação à bibliografia utilizada, ela aponta ao final de cada capítulo, por meio de notas, citando cronistas como o do *Sumário das Armadas*, Duarte Coelho, Elias Herckmans, e também, autores clássicos da historiografia e da literatura local e nacional, como: Maximiano Lopes Machado, Irineu Ferreira Pinto, Joaquim Veríssimo, Eduardo Prado, José Alencar, José Antônio Gonsalves de Mello. Utiliza, ainda, o Almanaque do Estado, tratados, dicionários, revistas, além de sua própria obra sobre a Fortaleza de Santa Catarina.

O livro, em todas as partes, vem seguido de um roteiro de aprendizado, uma espécie de resumo no início e no fim do capítulo, que deixa clara a intenção de indicar ao leitor aquilo que é tratado e também aquilo que é considerado mais importante em cada capítulo e que, portanto, deve ser fixado. Começa com uma discussão sobre a Paraíba Pré-Colonial, apoiando-se no papel das populações indígenas, na geografia da Paraíba e passa para a

conquista ressaltando que, para a mesma, foram necessários quatro ataques até a rendição final, reforçando a abordagem tantas vezes enfatizada na historiografia paraibana, a partir da obra de Maximiano Machado, que privilegia a bravura, a resistência, a persistência dos homens da terra, tanto os nativos, quanto aqueles que viriam a fundar a Paraíba, os conquistadores. As notas ao fim de cada capítulo são explicativas e com indicações de leitura. Dá uma grande dimensão ao papel econômico que teve o açúcar, desde as suas origens até o momento de sua crise no século XVII, enaltecendo-o como fonte de riqueza e destacando suas regiões mais importantes, bem como a fiscalização por parte da Coroa em torno dele e quais os efeitos que a monocultura sofreu.

Seu livro é escrito com dez unidades sendo, da cinco até a nove, dedicadas ao capítulo das invasões holandesas, como já dissemos. A autora aprofunda aspectos dessa permanência na Paraíba, pois o leque de sua discussão é bem maior que o de Carmem Coelho. Ressalta as tentativas holandesas e a conquista com mais detalhes, caracterizando a administração, a economia e, em seguida, a expulsão. Também não trabalha com a questão cultural, mesmo sabendo da sua importância. Vejamos o que diz: “as únicas heranças válidas dos holandeses, na Paraíba, resumem-se no plano histórico, através de relatórios e outros escritos, que informam sobre os costumes dos índios, os engenhos, as plantas e a geografia urbana e rural” (MONTEIRO, 1975, p.111).

Na quinta unidade apresenta os objetivos da Holanda em relação às terras da Capitania da Paraíba, explicita como se deu a execução dos seus planos e como se formou a direção geral, por meio da Companhia das Índias Ocidentais. Apoiando-se em Irineu Pinto destaca os episódios relacionados à presença da esquadra holandesa na Baía da Traição como um dos momentos importantes da ocupação, embora anterior a ela: “o primeiro contato efetivo que a Paraíba registrou, com os holandeses em guerra com o Brasil, data de 1625, quando uma armada fundeou nas proximidades da Baía da Traição<sup>60</sup>” (p.89). Como se vê, também seguindo Irineu Pinto que afirmara que “[em 1625] fundeou na Bahia da Traição a esquadra holandesa que deixara a cidade da Bahia, sob o commando do Almirante Bondervyn Hendrikszoon para fazer aguada e apanhar mantimentos” (1977, p.38), Vilma Monteiro não analisa a importância desses acontecimentos para o processo que se seguiu. Trata-se apenas de mais uma data a ser fixada.

---

<sup>60</sup> A Baía da Traição serviu para os holandeses se recuperarem da primeira tentativa de invasão à Bahia, em 1625, e para levarem consigo vários indígenas (entre eles Pedro Poty) que, mais tarde, seriam peças fundamentais para a efetivação da conquista.

A autora traça caminhos bem interessantes, construindo roteiros para deixar mais clara as discussões que vai fazer. De forma bem didática apresenta todo o percurso que antecedeu as invasões até o momento da consolidação final dos ataques, que culminaram em 1634.

Já na unidade seis, o eixo da discussão é o aspecto administrativo. Ela divide esta etapa em seis períodos, que vão de 1630 a 1654, alegando, apoiada em Mário Neme, que sempre houve “carência de autoridade política, conflitos de jurisdição, carência de autoridade moral, predominância do espírito de lucro e deficiência de estrutura jurídico-política” (NEME apud MONTEIRO, p.98). Fala da mudança do nome da cidade para Frederica e da sua libertação em dois de setembro de 1645; tópico, aliás, constante em Pinto e em Machado. Ainda sobre a administração aponta dados relativos à população, aos conventos e ao seu funcionamento, ao papel que teve cada um dos governadores durante os vinte anos da ocupação, e, finalmente, destaca as formas da administração holandesa, baseadas nas câmaras dos escabinos e nos escoltetos.

Na unidade sete aponta para as questões econômicas, mostrando as três “classes”, a dos capitães de comércio, a dos luso-brasileiros e a dos holandeses, demonstrando as fontes de renda com a cultura canavieira e com os dízimos dos rendimentos do açúcar. Fato curioso é que Machado (1977) também chama atenção para esta questão e aponta nas páginas 186 para os gastos com tais rendimentos. Sobre os fatores que interferiram na economia local afirma que as principais foram: “baixa do valor do açúcar, carência de capitais, alto preço do braço escravo, epidemias e inundações e guerrilhas” (p.121). Ainda com relação à economia apresenta dados, e nesta parte também deduzimos que a autora se sustenta nas obras de Machado e Pinto, pois se trata dos mesmos citados pelos autores, como as fontes de renda, os problemas de capital e da produção açucareira. A diferença é que ela os apresenta sob a forma de quadro e por anos, organizadamente.

A unidade dedicada às lutas de libertação é a mais forte de seu texto, porque traça esquemas que resumem todo o processo, como os fatores que levam à sua eclosão, a posição de Portugal, as principais vitórias da insurreição, os líderes.

Na unidade nove, tal como em Carmem Coelho, faz todo um discurso de apologia à figura de André Vidal de Negreiros, como sendo o herói da restauração. Confirmando sua vinculação com os ideais do IHGP, enaltece este herói, além de João Fernandes Vieira, Francisco Barreto, Antonio Filipe Camarão, Henrique Dias, Martins Soares Moreno, Antonio Dias Cardoso e Francisco Figueiroa (p.127). Particularmente, no caso de André Vidal, na

unidade que o discute, menciona as fontes, entre elas, Vanhargen, Southey e Frei Manuel Calado usando citações dos mesmos que expressam a sua heroificação.

Ao fim e ao cabo, as duas autoras têm muita coisa em comum, como a utilização das fontes de Maximiano Lopes Machado e Irineu Ferreira Pinto, além de mapearem e escreverem livros que buscavam se firmar como guias didáticos para serem seguidos e também por exaltarem a idéia de que haviam produzido a história “verdadeira” da Paraíba. Também têm em comum, como já afirmamos, o fato de terem sido contemporâneas, vivendo e escrevendo na época da ditadura, como sócias do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. De fato, cada uma, mesmo com tanto em comum, também teve suas peculiaridades. Por exemplo, Vilma Monteiro, professora universitária, com formação específica em História, aprofunda mais os seus textos, explicita as fontes, preocupa-se com a cronologia, procura construir instrumentos didáticos como os “resumos” que antecedem e concluem cada capítulo.

Trata-se de obras importantes da historiografia didática da década de 1970 na Paraíba, até porque foram as únicas a serem escritas à época. Ou seja, o lugar social a que foram vinculadas diz muito sobre a maneira como escreveram seus livros, já que foram sócias do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. Além disso, a história de vida de ambas, o clima da época em que produziram, a década de 1970 sobre a qual já tecemos detalhes, marcada pela censura e pelo autoritarismo, se expressam claramente em suas obras.

Conhecendo um pouco da trajetória destas autoras, procuraremos, mais adiante, responder quem são esses autores que as influenciaram, buscaremos perceber e detalhar como escreveram e quais são as discussões mais importantes em seus textos. Que vinculações tiveram ao escrever suas obras? Porque Maximiano Machado e Irineu Pinto podem ser considerados os elaboradores das idéias-força da historiografia paraibana sobre o período holandês?

\*\*\*\*\*

### **III. INSTITUTOS HISTÓRICOS: o Lugar Social de Maximiano Lopes Machado e Irineu Ferreira Pinto**

Antes de apresentarmos os nossos autores, suas vidas e obras, um dos objetivos deste capítulo, bem como os lugares sociais em que desenvolveram seus trabalhos de historiadores, consideramos que seja oportuna uma discussão sobre o conceito de biografia e a construção do gênero biográfico no campo do conhecimento histórico, a partir de um diálogo com o que Michel de Certeau (2000) propõe quanto à idéia de “lugar social”. Tal reflexão é importante, pois tanto Machado quanto Pinto se inserem nos ideais das instituições que ajudaram a construir e a que estiveram vinculados, os institutos históricos, que se transformaram no “repositório das tradições, glória, e saber histórico locais” (Guimarães 1996, p.95).

Por outro lado, a importância de entender este lugar social dos autores também tem forte correlação com as suas biografias. Assim, procuramos levantar informações referentes às suas vidas e obras, buscando apresentar as suas trajetórias pessoais e intelectuais. São dados relativos às suas origens, estudos, carreiras, inspirações que tiveram em suas formações intelectuais, atividades políticas, como se recrutaram para o conhecimento histórico e como se tornaram membros dos institutos históricos; que atividades desenvolveram enquanto sócios, a importância das suas produções nas revistas, jornais, nos livros e quais autores foram referenciados por eles, sobre que temas investigaram enquanto representantes legítimos da produção historiográfica institucionalizada nos Institutos Históricos de seu tempo e qual o lugar que ocupam na memória social contemporânea.

Também nesta etapa do trabalho discutiremos a circunstâncias e as características da institucionalização dos lugares da produção do saber e da cultura historiográficos no Brasil no século XIX, com destaque para o Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, ao qual Maximiano Lopes Machado era vinculado, e para o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, casa de Irineu Ferreira Pinto.

#### **3.1. Lugar Social, biografia e gênero biográfico.**

Segundo Certeau, toda produção historiográfica está vinculada a um “lugar social”, compreendido como “um lugar de produção sócio-econômico, político e cultural [o que] implica um meio de elaboração circunscrito por determinações próprias” (2007, p.66). Assim, tal produção “está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões que lhes serão propostas, se

organizam” (2007, p.66-67). É a partir desta compreensão que empreendemos a análise das obras Machado e Pinto. Procuramos, inclusive, identificar tais topografias de interesse nas obras dos dois, a partir das abordagens que dão ao período holandês e que desenvolveremos no próximo capítulo.

Além disso, Certeau considera a produção do conhecimento histórico pelo historiador como uma complexa “operação historiográfica”:

encarar a história como uma operação será tentar, de maneira necessariamente limitada, compreendê-la como a relação entre um *lugar* (um recrutamento, um meio, uma profissão, etc), *procedimentos* de análise (uma disciplina) e a construção de um *texto* (uma literatura). É admitir que ela faz parte da “realidade” da qual trata, e que essa realidade pode ser apropriada “enquanto atividade humana”, “enquanto prática”. Nesta perspectiva, gostaria de mostrar que a operação histórica se refere à combinação de um *lugar* social, de *práticas* “científicas” e de uma *escrita*. (CERTEAU, 2000, p.66) [destaques do autor].

Portanto, nosso desafio é compreender não apenas o lugar social de nossos autores, mas também seus procedimentos de análise, isto é, suas práticas “científicas” e sua escrita. Cabe-nos questionar que tipo de operação histórica realizaram entre as últimas décadas do século XIX (caso de Machado) e as primeiras do século XX (caso de Pinto). Como qualificá-la em função daqueles momentos históricos e em sua particularidade?

As motivações de ambos, diferentes segundo os momentos em que viveram, compõem seu lugar social que é, de fato, determinante na condução de seus escritos. Assim, podemos identificar, nos textos de Maximiano Lopes Machado, as idéias liberais, frutos não apenas de uma oportunidade de formação intelectual superior, como bacharel em Ciências Jurídicas, mas também da sua experiência profissional e política como promotor público de Olinda, juiz em Areia e deputado pelo Partido Liberal na Paraíba e, depois, em Pernambuco e de ter participado energicamente da Revolução Praieira de 1848. Por sua vez, Irineu Pinto, de origens sociais mais modestas, galgou o reconhecimento da sociedade paraibana, inclusive das camadas intelectuais, a partir da sua dedicação às atividades culturais, como poeta e historiador, e também graças ao seu vínculo orgânico com o IHGP.

A sociedade em que viveram teve peso determinante sobre sua produção como historiadores, pois a dinâmica da mesma, as interpretações, os sentidos e as representações foram se configurando de novas formas; pois todos sabemos que a realidade não é fixa e acabada, está em constante mutação. Assim afirma Certeau: “uma mudança da sociedade permite ao historiador um afastamento com relação àquilo que se torna, globalmente, um

passado” (2000, p.75). Desta forma, concordamos, suas obras expressam a natureza deste afastamento. Afinal, por que se revisita o passado? Com quais perguntas? De acordo com o tempo, o “lugar social” é também aquilo que se permite e o que se proíbe numa sociedade, tornando possíveis certas pesquisas, bem como impossibilitando outras, aspecto que já apontamos no capítulo anterior em relação à censura e à interdição durante o regime militar brasileiro. Por isto, “a articulação da história com um lugar é a condição de uma análise da sociedade” (CERTEAU, 2000, p.77). Procuramos, assim, entender as circunstâncias dos dois autores, de forma a situar sua contribuição para a conformação da historiografia do IHGP, em especial quanto ao período holandês, pois concordamos com Gonçalves que diz:

A historiografia produzida pelo IHGP tornou-se, ao longo do século 20, a “história oficial” da Paraíba e foi responsável, ao lado dos poderes públicos e dos meios de comunicação, pela divulgação de uma cultura histórica centrada no mito da existência de um ser humano, diferente e especial por ter nascido no território paraibano (2007, p.26).

Assim como a autora, entendemos que Maximiano Lopes Machado e Irineu Ferreira Pinto são os principais vértices da historiografia paraibana e, por isso, suas obras são guias, ainda hoje, seguidas por muitos historiadores/pesquisadores que se debruçam sobre a história da Paraíba.

Antes de passarmos aos nossos autores, gostaríamos ainda de fazer um breve comentário sobre o conceito de biografia e sua construção como gênero historiográfico. Embora este não seja o foco central do nosso trabalho, consideramos a questão importante porque nos dá a possibilidade de entendermos muitas outras que envolvem os autores, bem como suas convicções. Bourdieu entende que

a história de vida é uma dessas noções do senso comum que entraram como contrabando no universo científico; inicialmente, sem muito alarde, entre os etnólogos, depois, mais recentemente, com estardalhaço, entre os sociólogos. Falar de história de vida é pelo menos pressupor – e isso não é pouco - que a vida é uma história e que, como no título de Maupassant, “*Uma vida*”, uma vida é inseparavelmente o conjunto dos acontecimentos de uma existência individual concebida como uma história e o relato dessa história (1986, p.183).

Desta forma, a história de vida que nossos autores tiveram diz muito de como elaboraram seus textos e, então, é importante conhecê-las para que possamos entender as perspectivas de cada um. Francisco de Sales Gaudêncio nos alerta, com relação ao gênero biográfico, que, na historiografia brasileira mais recente, esta preocupação teve um salto

significativo, principalmente através das abordagens mais sofisticadas. Por outro lado, estudos biográficos, cada vez mais, têm sido elaborados, sem grande preocupação teórica e metodológica, por “historiadores diletantes, jornalistas ou pelo menos renomados homens de imprensa” (2007, p.14). No que se refere ao ofício do historiador, propriamente dito, ele nos alerta também que,

além de ser uma importante vertente da história cultural e das sensibilidades, a biografia pode ser também uma espécie de micro-história que contém em si mesma um forte caráter pluridisciplinar, na medida em que pode incorporar o concurso da sociologia, da antropologia, da literatura e da própria história (idem, p.49).

Enfim, não estamos interessados em colocar nossos autores, como já foi feito em outras oportunidades pela historiografia local, na galeria de “homens ilustres”, mas buscar, em suas vidas, elementos que nos revelem seus entendimentos e ideologias acerca de seu tempo e acerca da história conhecimento que produziram. Gaudêncio ainda ressalta, como um desafio colocado para nós também, que é possível “através de um biografado, reconstituir uma época, uma mentalidade, uma cultura” (idem, p.15). Ainda sobre a importância que o gênero biográfico vem ocupando nas discussões históricas<sup>61</sup>, enfatiza que através dele é possível:

Entender um pouco do meio em que viveu, de sua participação efetiva ou sua omissão nas principais ocorrências que marcaram sua época. Por fim, saber dos limites e possibilidades que norteavam a vida de um homem comum no século 19, os caminhos e os recursos que pudessem projetá-lo social e politicamente, frente às adversidades de um período em que o país se consolidava como Estado-Nação (idem, p. 25).

Sabendo que tais considerações são importantes no desenvolvimento do nosso trabalho, trataremos agora de apresentar alguns elementos biográficos dos nossos autores. Não é a nossa pretensão, como já foi dito, elaborar biografias, mas ressaltar um pouco da trajetória que tiveram, até porque, como afirma, mais uma vez Gaudêncio,

toda biografia a rigor, é uma interpretação, uma tentativa. Nesse mister, o historiador depende da sua própria capacidade de reconstrução, de sua vigilância sobre valores e juízos e, com isso, sua responsabilidade cresce. (idem, p.35).

\*\*\*\*\*

---

<sup>61</sup> Francisco de Sales Gaudêncio realiza neste livro, originalmente sua tese de doutoramento em História/ Universidade de São Paulo, um estudo biográfico de Joaquim José Henrique da Silva, paraibano de Areia, que viveu no século XIX, entre 1820 e 1889, contemporâneo de Maximiano Lopes Machado e, como ele, também deputado pelo Partido Liberal à Assembléia Provincial da Paraíba. Seu trabalho é dividido em quatro capítulos, nos quais analisa a questão do gênero biográfico na historiografia, o biografado e as sombras da sua memória, o cenário em que o personagem viveu e, por fim, suas contribuições para a educação.

## 3.2. Os Autores

### 3.2.1. Maximiano Lopes Machado

Reconhecido como autor da primeira obra de história da Paraíba, e como um dos mais representativos e influentes de seus historiadores, Maximiano Lopes Machado nasceu na capital da Província da Paraíba do Norte, em 7 de agosto de 1821, e faleceu em 11 de fevereiro de 1895, no Recife. Filho do comerciante português Manoel Lopes Machado e de Anna Joaquina de Albuquerque Machado, foi diplomado bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, em 1844, na Faculdade de Direito de Olinda, nomeado promotor público de Olinda e, depois, juiz municipal de Areia (1847), onde também ocupou o cargo de delegado de polícia. Foi ainda, sempre pelo Partido Liberal<sup>62</sup>, deputado provincial na Paraíba, em várias legislaturas<sup>63</sup>. Segundo Luiz Hugo Guimarães (s/d, p. 8), “era um político nato, tanto que logo assumiu a Chefia do Partido Liberal”, que havia sido fundado, em 1838, em Areia.

Por ocasião da eclosão da Revolução Praieira<sup>64</sup>, em 1848, foi mais que um simpatizante, pois se envolveu diretamente nos acontecimentos, sobre os quais, inclusive,

---

<sup>62</sup> De acordo com Silveira (1999, p.46-47), no processo de emancipação política do Brasil, incluindo o Primeiro Reinado, houve permanentes choques entre três correntes políticas: “a recolonizadora (caramuru), constituída por (...) adeptos da ordem metropolitana, em defesa do absolutismo monárquico; a federalista (...) que abrigava elementos defensores de um regime republicano e um poder descentralizado; a nacionalista, empunhada por grande parte dos grandes proprietários de terras, adeptos de um liberalismo moderado, monárquico-constitucional”. Esta última corrente foi hegemônica. Havia, ainda as tendências dos radicais federalistas, ou liberais exaltados. “Os radicais, nessa época do processo político brasileiro, constituíam uma corrente liberal adepta de reformas sociais avançadas (...). Fundamentavam-se ideologicamente no jacobinismo francês e Rousseau era um dos seus principais teóricos (...) Defendiam ampla autonomia para as províncias” (*ibidem*).

<sup>63</sup> Areia era uma das cabeças de comarca da província da Parahyba do Norte e, com exceção feita às legislaturas de 1884-1885 e 1886-1887, sempre elegeu parlamentares para representá-la na Assembléia Provincial (GAUDÊNCIO, 2007, p.115). De acordo com Celso Mariz (*Memória da Assembléia Legislativa*. João Pessoa: A União, 1987, p.36-37, p.41-43), desde a 5ª. Legislatura (1844-1845) já se apresentava um aumento considerável de letrados, padres e bacharéis como deputados. Os últimos começavam a sair da Faculdade de Direito de Olinda e, dentre eles, estava Maximiano Machado que foi deputado na Assembléia Provincial na 6a. (1846-1847) e na 7ª. (1848-1849) legislaturas, quando os Liberais constituíram a totalidade dos eleitos. Já em sua primeira legislatura, Machado destacou-se por sua atuação, vindo a tornar-se um dos membros mais importantes do partido nos anos seguintes. Depois de 1848, e já anistiado por sua participação na Praieira, mudou-se para Campina Grande onde chefiou o partido local. Voltou à Assembléia nas 12ª. (1858-1859) e 13ª. (1860-1861) legislaturas e, em 1862, se retirou para Pernambuco, mas não da política, pois lá também foi várias vezes eleito deputado na Assembléia Provincial.

<sup>64</sup> Segundo Marson, “A Revolução Praieira (1848-1850) assinalou o clímax de um confronto entre grupos liberais (praieiros) e conservadores (guabirus) pelo domínio político da província de Pernambuco”. Embora a disputa acirrada entre ambas as forças políticas possa ser remontada ao período 1842-1848, quando o “Partido da Praia” (Partido Nacional de Pernambuco), que reunia “políticos de variada origem engajados num projeto nacional preocupado em ampliar a representação dos cidadãos no Parlamento” (2007, p.223), conquistou os principais cargos eletivos provinciais, foi entre os anos de 1848-1850 que ela assumiu a forma de verdadeira guerra civil, sustentada por senhores de engenho liberais e seus dependentes, depois que o ministério do Visconde de Olinda designou o conservador Herculano Pena para presidir Pernambuco (setembro de 1848). Em sua última etapa, depois da derrota do exército liberal no Recife (fevereiro de 1849), parte dos revoltosos dirigiu-se à Paraíba (Antônio Borges da Fonseca, um dos líderes do movimento, era natural da terra), tendo recebido o apoio de várias lideranças políticas locais. A vila de Areia foi o epicentro do movimento na Província. Entre março de 1849 e o início de 1850 (no sul da Província de Pernambuco) as forças imperiais retomaram o controle

escreveria o livro *Quadro da Revolta Praieira na Província da Paraíba* editado no Recife em 1854<sup>65</sup>. Esta foi a primeira obra de história escrita por Machado e, como o título indica, nela esboça as características dessa revolução na Paraíba, especialmente quanto ao curso dos acontecimentos em Areia. Trata-se de uma narrativa apaixonada das ocorrências do movimento, em que o autor “desanca desde o Imperador D. Pedro II ao presidente da Província, João Antônio de Vasconcelos, revolvendo fatos de antes e depois da queda do gabinete de 29 de setembro de 1848” (GUIMARÃES L. H, s/d, p.7).

A posição de Maximiano Machado, nesta obra, expressava a posição política de um liberal. No Segundo Império, os partidos Liberal e Conservador se revezavam no poder, tanto nas províncias e municípios, quanto na administração central, ou seja, na presidência do Conselho de Ministros que era designada pelo Imperador. O ministro-presidente, a quem cabia o governo do Império, o fazia em nome de todo o Gabinete que o representava junto ao Parlamento (PINHEIRO, 2002, p.59). Como afirma Rosa Godoy Silveira:

Daí em diante, de modo geral, a vida político-partidária provincial seguiu as pegadas das conjunturas nacionais. Ou seja, Ministério (gabinete) Conservador – Presidência de província conservadora, Deputação provincial à Assembléia Geral conservadora, Assembléia Provincial conservadora. Se o gabinete passasse a ser liberal, trocava-se as maiorias em cada instância executiva e legislativa do poder: seriam liberais também. Esse processo se iniciava com a dissolução do gabinete pelo Imperador, a nomeação de novos presidentes de província e a dissolução das Câmaras legislativas, assegurando maiorias da mesma cor partidária ministerial, mediante controle das eleições” (1999, p.48).

Dentre as principais bandeiras políticas do Partido Liberal, sustentada na idéia da ampliação da representação política no Parlamento, estava também a da “descentralização”, que foi exposta no programa do Partido publicado em 1869. Pretendia-se garantir, “ao elemento municipal a vida e ação, de que carece, garantindo o direito e promovendo o exercício da iniciativa individual, animando e fortalecendo o espírito de associação e restringindo o mais possível a interferência da autoridade” (*apud* PINHEIRO, 2007, p.59)<sup>66</sup>. A alternância entre liberais e conservadores no comando político do país – entre 1840, com o

---

da situação. A Revolução Praieira marcou o início de um período de hegemonia conservadora que perduraria por quinze anos.

<sup>65</sup> Alguns autores afirmam que a primeira edição dessa obra teria ocorrido em 1851. Esse é o caso tanto de Machado (2003, p.104) quanto dos responsáveis pela segunda edição, realizada pela Editora da UFPB, em 1983. No entanto, nesta mesma edição, é reproduzida a capa da primeira em que aparece a data de 1854.

<sup>66</sup> Para o entendimento da concepção liberal no âmbito da educação consultar a obra de Antonio Carlos Ferreira Pinheiro (*op.cit.* p.56-70).

início do Segundo Reinado e 1889, quando ocorreu a proclamação da República, houve 36 gabinetes diferentes – teve forte influência no andamento da vida política local, não só em Pernambuco e na Paraíba, mas em todo o Império. Como afirma Gaudêncio,

A sucessão dos ‘governos de gabinete’ (...) e a atuação majoritária de um ou outro [partido], no âmbito da Câmara dos Deputados, davam o ritmo na constituição da Assembléia Legislativa paraibana e, da mesma forma, na condução da sua administração, com as sucessivas trocas no executivo provincial (...) competência do Poder Central, que escolhia e nomeava os presidentes provinciais<sup>67</sup>, figuras muitas vezes estranhas aos interesses regionais (...) com sérias conseqüências para o bom desempenho da administração das províncias em geral (2007, p.93-94).

As convicções políticas do autor também estão claras em várias passagens desta obra que foi elaborada quando, procurado pela justiça por ter participado da Praieira, estava refugiado pelos sertões da Paraíba e do Rio Grande do Norte. A tensão em que vivia nesta época pode ser percebida no trecho a seguir, extraído da dedicatória que faz da obra ao Dr. Urbano Sabino Pessoa de Mello, o primeiro intelectual a escrever sobre a revolta Praieira de Pernambuco:

Embora falto de recursos, peregrinando pelos sertões de alheias províncias para escapar das garras dos abutres desse detestavel governo, o único allivio que sentia o meu coração era, quando escrevia os presentes factos, na esperança de um dia publica-los, para que não ficassem em olvido as malversações do presidente da Parahyba João Antonio de Vasconcellos, - digno emulo dos que mais teem assolado as *miseras províncias do norte* da nossa malfada patria.

Talvez que a minha condição – de proscripto – me fizesse escapar da memória muitos factos que, por sua natureza, merecessem ter especial menção; mas nem por isso, eu vo-lo asseguro, deixam os descriptos de ser menos verdadeiros, e reaes (MACHADO, 1983, s/p). [destaque nosso]

Evidencia-se, nesta passagem, um tema recorrente nas obras de Machado e que revela algo da topografia de seus interesses: a crítica ao governo central, ao qual atribuía a situação de abandono e “miséria” das Províncias do Norte. Na verdade, neste período, a situação destas províncias e da Paraíba, em particular, era bastante crítica do ponto de vista econômico e social, com a ocorrência de secas e epidemias que provocaram importante impacto demográfico. A estagnação econômica do setor açucareiro já remontava há longo tempo e a “agro-exportação algodoeira não equilibrava a vida econômica, pois ambos os produtos eram extremamente dependentes das oscilações dos mercados internacionais” (SILVEIRA, 1999,

<sup>67</sup> Entre 1824 e 1889 foram nomeadas, sem contar as juntas governativas ou governos provisórios, 58 diferentes pessoas para ocupar o cargo de Presidente da Província da Paraíba do Norte (cf. GAUDÊNCIO, 2007, p.96).

p.49). Por outro lado, desde os anos 1830, fora se constituindo a hegemonia cafeeira no centro-sul do país, com intenso apoio do Estado imperial. A crise das províncias do Norte tinha, é claro, repercussões significativas no que se refere ao poder das suas oligarquias que disputavam, em especial após a emancipação política do Brasil, o controle das esferas do poder central com outros segmentos das elites nacionais. Ainda em seu discurso é possível perceber que Machado associa a situação das Províncias do Norte à sua própria, de perseguido e proscrito. O perseguidor é o mesmo: o Estado imperial.

Na Introdução da obra continuava a defender a fidelidade da sua reconstituição dos acontecimentos:

... como *testemunha ocular* que fomos, [de] todos os fatos que tiveram logar na cidade d'Arêa da Província da Parahyba; tanto na ocasião em que se ella converteu em campo de batalha, como pouco depois em que ella foi, pela força e pelo querer dos vencedores, transformada em paiz conquistado (...).

Levar, pois, todos estes factos ao conhecimento do publico, e narra-los com *escrupulosa exactidão* é fazer, em nosso pensar, um verdadeiro serviço ao paiz (MACHADO, 1983, s/d) [destaques nossos]

Considerando a “escrupulosa exactidão” um objetivo a ser perseguido, Machado reafirma sua convicção de que essa é tarefa daqueles que foram testemunha ocular dos acontecimentos e que, portanto, mais do que os outros, estariam aptos a expor a verdade dos fatos.

Após anos como deputado provincial na Assembléia Legislativa da Paraíba Machado mudou-se para o Recife, onde havia passado grande parte da sua infância e juventude, para exercer intensa atividade cultural, profissional e política. De acordo com João de Lyra Tavares, na apresentação da *História da Província da Paraíba*, foi professor na Escola Normal, nomeado por concurso (em 1864); advogado no fórum e jornalista na imprensa, atuando no jornal *Diário Novo*. Ainda em 1864, já bastante conhecido na sociedade recifense, tornou-se deputado provincial em Pernambuco, em cuja Assembléia permaneceu durante as legislaturas de 1864-65, 1866-67, 1868-69, 1870-71 e 1878-79. Machado foi um dos primeiros deputados da Assembléia Provincial de Pernambuco a defender a abolição dos escravos, com a devida indenização dos seus proprietários.

Em 1869, quando o deputado Araújo Beltrão, com applausos imensos, levantou no parlamento pernambucano a questão abolicionista propondo a concessão de um crédito de 20:000\$000 para alforria de escravos, foi o historiador parahybano [Machado] quem primeiro succedeu-lhe na tribuna daquela camara para declarar-se pela causa dos captivos. E, até o fim da

gloriosa campanha, não teve ella paladino mais ardoroso nem mais devotado (in: MACHADO, 1977, p.V).

Neste período foi, também, recrutado definitivamente para a história, com a sua entrada no IAGP, “onde brilhou com seus trabalhos históricos e com sua eloquência de orador, cargo que exerceu por vários anos” (GUIMARÃES, L. H, s/d, p. 8-9).

Celso Mariz (1909) enaltece a segunda obra de Maximiano Lopes Machado, também dedicada à sua terra natal, *A Paraíba e o Atlas do Doutor Cândido Mendes* (1871), escrito quando ainda exercia a profissão de professor na Escola Normal do Recife. Tratava-se de uma crítica ao *Atlas do Império do Brasil*, de autoria de Cândido Mendes, que havia sido publicado no Rio de Janeiro, em 1870. A constatação, naquele trabalho, de equívocos sobre a Paraíba levou-o a se debruçar na tentativa de corrigi-los. Trata-se de livro que expressa a preocupação da geografia da época, constituindo-se, em sua maior parte, pelo esforço de recuperar, com exatidão, os pontos e coordenadas para delimitar e caracterizar o território da Paraíba. Este esforço correspondia, de alguma forma, a uma das principais diretrizes do IHGB no sentido de se desenvolver ações para se “delinear e conhecer a configuração do território brasileiro” (MACHADO, M.L. 2003, p. 110). Neste livro, como em todas as suas obras, não perde a oportunidade de criticar o governo imperial.

Na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*, Maximiano Machado teve postumamente publicadas as seguintes obras<sup>68</sup>:

- *RIHGP* 1, 1909: História da Paraíba;
- *RIHGP* 4, 1912: Capitania de Itamaracá e,
- *RIHGP* 17, 1970: Cartas de Maximiano Lopes Machado a Irineu Joffily (sênior).

Não nos foi possível fazer o mesmo em relação à *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco* devido ao fato de que a consulta àquele acervo está restrita apenas aos seus sócios desde meados do ano de 2007 e, nos demais que nos foi possível investigar, inexistente a coleção completa da referida revista e, por outro lado, em nenhum dos exemplares que foram compulsados havia publicações de Machado. No entanto, é possível rastrear duas outras publicações citadas em obras por nós consultadas, como a de Luiz Hugo Guimarães (s/d, p.16-17):

---

<sup>68</sup> Informações disponíveis no *Índice da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*. Ano LXXXII. João Pessoa: 1995.

- *RIAHGP* XLVI, 1967: Esboço Biográfico do Conselheiro e Senador do Império Antônio Pinto Chichorro da Gama (ensaio de 1887); e,
- Introdução à *História da Revolução de Pernambuco em 1817*, de Francisco Muniz Tavares (1883)<sup>69</sup>.

### 3.2.2. Irineu Ferreira Pinto

Irineu Ferreira Pinto nasceu na cidade da Parahyba do Norte, hoje João Pessoa, em 7 de abril de 1881 e faleceu em 27 de março de 1918<sup>70</sup>. Era filho de Bernardina Pereira de Alencar e de Francisco Ferreira Pinto<sup>71</sup>. Iniciou seus estudos em Barreiras, atual cidade de Bayeux, onde fora morar com a tia e a avó paternas em virtude do falecimento do pai e de um novo casamento de sua mãe, que não agradou aos familiares. Sua irmã, Alexandrina, teve o mesmo destino, indo morar com outra irmã do pai falecido.

Concluídos os estudos primários, Irineu Pinto foi estudar no Lyceu Paraibano que, na época, era o principal colégio da Paraíba. Diferentemente de Machado, entretanto, Irineu Pinto não teve a oportunidade de cursar o ensino superior. Segundo seus biógrafos, a sua vontade era estudar Direito, mas em virtude de uma situação financeira precária não conseguiu realizá-la. Piragibe Pinto, seu filho, destaca que o mesmo era um jovem divertido, namorador, simpático e que gostava de escrever textos para as moças que conhecia. Casou-se com Marcionila Augusta de Figueredo, em 1905, o mesmo ano da fundação do IHGP e, desta relação, teve três filhos, inclusive o próprio Piragibe, que se formou em Medicina e construiu uma biografia do pai, publicada em comemoração ao centenário do seu nascimento.

A falta do título de bacharel, no entanto, não impediu sua inserção nos círculos culturais de sua época, pois, ao longo de sua vida ocupou cargos prestigiosos, dentre eles, o de

---

<sup>69</sup> Para uma análise crítica dessa Introdução, consultar o Prefácio de autoria de José Octávio (de Arruda Mello) para a segunda edição de *A História da Província da Paraíba*, de Maximiano Lopes Machado (João Pessoa, Editora Universitária/UFPB, 1977, p.25-26).

<sup>70</sup> O nosso esboço biográfico de Irineu Ferreira Pinto está amplamente ancorado no ótimo trabalho de levantamento de informações, realizado por Luiz Hugo Guimarães, em diferentes tipos de documentos e publicações bastante dispersos (*Irineu Ferreira Pinto*. João Pessoa: A União, s/d. Coleção Historiadores Paraibanos). Nos foi impossível localizar outros dados além dos que foram por ele coletados. Ver também: PINTO, Piragibe. *Irineu Pinto: sua vida e sua obra*. s/d.

<sup>71</sup> Segundo nos informa L.H. Guimarães, o pai de Irineu só o reconheceu como filho por ocasião do seu batismo, em 17 de dezembro de 1882, dezoito meses depois do nascimento. Sobre as origens de sua mãe não há outros detalhes, a não ser os nomes de seus pais, Raymundo do Rego Barros (uma das maiores, mais antigas e poderosas famílias da Paraíba) e Jesuína Pereira de Alencar Barros. Francisco Ferreira Pinto pertencia a uma numerosa família conhecida, desde meados do século XIX, como os Paranás. O apelido fora inicialmente dado a Joaquim Ferreira Pinto, tio de Irineu, dono de uma firma de panificação onde todos os irmãos trabalhavam (incluindo quatro moças) e que se tornara, após a morte do pai, responsável pelo sustento da enorme família. Ficou conhecido como Quinca Paraná em referência a um grande navio cargueiro que aportava no porto da Paraíba naquela época.

secretário do IHGP. É considerado um dos mais influentes historiadores da Paraíba no século XX, em especial devido à sua maior obra, a *Datas e Notas para a História da Paraíba*, publicada, pela primeira vez, entre 1908 (volume 1) e 1916 (volume 2).

Tendo vivido entre 1881 e 1918, Irineu Pinto produziu sua obra e desenvolveu as atividades intelectuais que perpetuaram sua memória na história local, durante as décadas iniciais da implantação do regime republicano no Brasil. Época que a historiografia chamou de “República Velha, Oligárquica, ou do café-com-leite” (1889-1930), marcada pela “política dos governadores”, arquitetada durante o governo do presidente Campos Sales (1898-1902), que objetivava superar o quadro de crises que marcou o início da República no Brasil. Crise essa expressa nas disputas em torno dos princípios do federalismo que, por um lado, favoreceu o mandonismo local das elites proprietárias de terra (que dominavam a política desde o período colonial) e, por outro lado, acentuou as disparidades econômicas entre os estados da federação (com ampla vantagem para os estados do sul, especialmente São Paulo, enriquecido pela consolidação da economia cafeeira e pelo início do processo de expansão industrial). A “política dos governadores” constituiu-se

no elo que vinculava os poderes estaduais ao poder central, passando pelos poderes locais. Articulavam-se, assim, as várias instâncias do poder através de um esquema de compromissos mútuos entre a União e os Estados, e entre estes e os municípios (...). [Na Paraíba] os grupos dominantes locais se compõem e recompõem, preservando, assim, seu poder, embora subordinando-se a nível nacional ao predomínio das oligarquias do Sudeste (GURJÃO, 1999, p.55-57).

Este quadro manifestou-se, na vida política local, em acirradas disputas político-eleitorais que resultaram no predomínio daquelas facções oligárquicas que conseguiram estabelecer maior correlação de forças, através da agregação do maior número de parentelas que, nessa época, eram identificadas pelo político de maior destaque, o chefe do partido. Eliete Gurjão (1999, p.59-63) estabelece uma periodização pela qual se pode compreender a dinâmica da formação destas facções oligárquicas, através das coligações partidárias dominantes na política paraibana entre 1892<sup>72</sup> e 1915, quando se consolidaria o domínio de

---

<sup>72</sup> Venâncio Neiva (1889-1891) foi o primeiro presidente republicano da Paraíba, embora reconhecidamente monarquista. Sua nomeação derivou de indicação feita por seus irmãos gerais que tinham prestígio junto ao Marechal Deodoro da Fonseca. Estruturou a oligarquia venancista durante seus dois anos de governo, utilizando a máquina do Estado para favorecer seus familiares e alijar os opositores. Com a ascensão de Floriano Peixoto, foi substituído pelo militar Álvaro Machado (sobrinho de Maximiano Machado), o segundo presidente da Paraíba, cuja oligarquia estendeu-se por vinte anos, até a sua morte, em 1912. Este demonstrou grande habilidade no jogo da política oligárquica tendo, inclusive, conseguido conciliar-se com antigos venancistas que

uma nova facção: a Epitacista. Assim, estabelece quatro sub-períodos: **1892-1908**, dominado pelo Partido Republicano da Paraíba (os Alvaristas), chefiado por Álvaro Machado, que tinha, por oposição, o Partido Autonomista (os Venancistas), chefiado por Venâncio Neiva; **1908-1912**, dominado pelo Partido Republicano Conservador da Paraíba (Alvaristas + Venancistas), com oposição do Partido Democrático (dissidentes e velhos liberais inconformados); **1912-1915**, em que ocorre a transição do domínio Alvarista para o Epitacista<sup>73</sup> e, a partir de **1915**, dominado pelo Partido Republicano Conservador Paraibano (os Epitacistas), tendo, na oposição, a coligação do Partido Republicano Conservador da Paraíba (os Walfredistas), liderada por Walfredo Leal.

A montagem deste quadro é importante para situarmos não só a vida de Irineu Pinto, mas também os primeiros passos do IHGP, criado em 1905, sob os auspícios do “alvarismo” e, pelo menos na primeira década de seu funcionamento, bastante ligado a ele.

Irineu Pinto, aos dezenove anos de idade, tornou-se funcionário público da Secretaria do Estado (1900) e, em seguida, dos Correios da República (1903). Foi sócio fundador do IHGP e também seu primeiro bibliotecário (1905); depois acumulou os cargos de bibliotecário e secretário (1910-1912) e, finalmente, apenas secretário (1912-1918). Durante o governo do presidente Camilo de Hollanda (1916-1920), que era seu amigo e admirador, já no período de hegemonia do “epitacismo” foi, por um breve período, diretor do Arquivo Público do Estado.

Irineu Pinto foi também, na sua juventude, um dos fundadores do Clube Benjamin Constant que promovia grandes manifestações públicas de caráter cívico a favor da República e mantinha, como porta-vozes, o jornal *O Combate*, bem como uma revista, a *Revista Benjamin Constant*, que tinham o objetivo de divulgar as idéias positivistas. Segundo Pinheiro (2002, p.103) tanto o clube quanto os periódicos tiveram uma vida breve. No segundo mandato de Álvaro Machado na presidência do estado (1904-1905), sua política de “pacificação” da política local, através da aliança com Venâncio Neiva, possibilitou o ambiente para o fortalecimento das atividades intelectuais, o que permitiu que agremiações

---

se aglutinaram ao alvarismo. Todas essas informações foram extraídas da obra, acima referida, de Eliete Gurjão (1999).

<sup>73</sup> Epitácio Pessoa iniciou sua trajetória política como secretário geral do governo Venâncio Neiva e foi seu principal aliado no Partido Autonomista. A partir de 1912, depois do período de alianças entre venancistas e alvaristas, e também da morte dos chefes políticos das duas correntes, Epitácio Pessoa disputou o controle da política local com Walfredo Leal, com quem dividira, até então, a liderança do Partido Republicano Conservador. Em 1915, por ocasião do processo eleitoral, a ruptura entre ambos se consolidou e o partido dividiu-se em duas tendências: a epitacista e a walfredista. A vitória da facção epitacista garantiu a consolidação do seu poder, levando-o, inclusive, à Presidência da República. Até os anos 1930, Epitácio Pessoa foi a mais importante força política da Paraíba. Informações também extraídas da obra de Eliete Gurjão.

literárias e clubes como o Benjamin Constant tivessem uma maior projeção na vida da cidade. Segundo Luiz Hugo Guimarães:

O “Clube Benjamin Constant” foi fundado em 1º. de junho de 1889; dele teria participado Irineu Pinto que mais tarde teria sido seu presidente, segundo seu filho Piragibe, e J. Veiga Júnior. Esse informe não foi possível comprovar nem nas anotações de Álvaro Carvalho nem no trabalho de Eduardo Martins, que descreveram as atividades desse grêmio (s/d, p.9).

Sua participação à frente dessa agremiação é, portanto, uma incógnita, pois faltam registros mais precisos, mas o fato está mencionado pelos seus biógrafos. Ainda segundo eles, Irineu tinha, desde seus tempos de Lyceu, forte inclinação para as atividades culturais. Adorava escrever versos, ora adotando um pseudônimo (João Sacotra), ora o seu próprio nome e teria publicado, nos periódicos do Grêmio Minerva (uma sociedade literária da época) e do Clube Benjamin Constant, várias poesias. Aliás, seus poemas não parecem ter empolgado os leitores. J.Veiga Júnior, seu contemporâneo, afirma:

Recordo-me dele por essa época [final dos anos 1890] da minha meninice distante: corado, louro, rotundo, mediano de estatura e quando andava o jogo da cabeça ritmava-lhe o passo. Fazia esquina e versos às guapas morenas de seu tempo. Conquistador de bom gosto, mas mau poeta (*IHGP*, 12, p.142).

De João Sacotra Luiz Hugo Guimarães recuperou um soneto de caráter cívico, provavelmente publicado em um dos periódicos do Clube:

#### BRASIL

Magestoso torrão, pátria ditosa  
De martyres, heroes, divinizada

Escutais minha pátria, terra amada,  
Cantar a minha Lyra sonora

Singrando as águas lá se vai garbosa  
Envolta pela luz aurorisada  
Em demanda da Índia a bella armada  
Levando luzas guina gloriosa

Em todo bordo se ouve grito terra!  
E a voz do capitão-maruja-terra!  
Foi descoberta a terra Santa Cruz.

E um genio a passar, murmura gloria!  
E evolou-se as paragens da Victoria,

Ainda a murmurar Progresso e Luz!

(*apud* GUIMARÃES, L.H., s/d, p. 31)

Evidenciam-se, neste soneto, algumas idéias que também estavam presentes em seu trabalho como historiador: a celebração do amor à “pátria ditosa”, o Brasil de presente e, porque não dizer, também de futuro grandiosos, garantido pelo destino que lhe foi reservado desde o nascedouro; o martírio e o heroísmo dos homens como a medida desta grandeza divina; a idéia de que esta situação se explica pelo passado glorioso dos fundadores da pátria, os portugueses e, ainda uma vez, nos versos finais, a certeza de que o seu caminho conduz à vitória, à perfeição, consubstanciada na idéia do progresso a ser alcançado, e do saber, da luz, como um caminho para tal. O ideário positivista (de política e de ciência) e a certeza da razão iluminista combinam-se no poeta/historiador paraibano do início do século XX.

No que se refere especificamente ao IHGP, Irineu construiu uma longa folha de serviços prestados desde as primeiras discussões para a sua criação:

Nas três sessões preparatórias para elaborar o Estatuto e eleger a primeira diretoria, Irineu estava lá. Fez parte da Comissão para redigir o estatuto e foi eleito como bibliotecário para a primeira diretoria. O Instituto foi definitivamente instalado a 12 de outubro de 1905 numa sessão solene realizada na Assembléia Legislativa do Estado, instalada no velho quartel da Polícia Militar, na Praça Pedro Américo. As sessões normais do Instituto se realizavam nas dependências do Liceu Paraibano (GUIMARÃES, L.H., s/d, p. 14).

Nos primeiros anos imediatamente após a fundação do IHGP, teve uma atuação intensa, coletando documentos nos arquivos locais, propondo comissões para heroificar nomes como José Peregrino de Carvalho, eleito pelo IHGP como um dos “heróis” de 1817, bem como buscar encontrar os restos mortais de André Vidal de Negreiros, outra figura mitificada pela historiografia paraibana, sobre o qual trataremos no próximo capítulo.

Um tema bastante investigado por Irineu Pinto, assim como o fora por Maximiano Machado, foi o movimento de 1817 que ocorreu nas capitanias de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, ao qual dedicou vários artigos publicados nas revistas locais. Preocupou-se em narrar os feitos heróicos e as conquistas, especialmente, dos paraibanos, com enorme destaque a Peregrino de Carvalho. O movimento, que foi iniciado por Pernambuco nos primeiros dias de março daquele ano, logo chegou a Paraíba que, segundo o historiador paraibano Horácio de Almeida, “aderiu à revolução, não só por contágio da vizinhança, como porque participava das mesmas idéias democráticas” (1978, p.93). O tópico da inclinação dos paraibanos pela democracia e pela república se constitui como um dos eixos centrais da idéia

de paraibanidade desenvolvida pelos historiadores do IHGP sobre o qual trataremos no próximo item deste capítulo.

Foi como membro desta instituição que se dedicou a recrutar os documentos, tendo no primeiro ano do IHGP a companhia de Francisco Coutinho de Lima, que utilizou para escrever suas *Datas e Notas*, com a qual se consolidou sua preocupação com a história local. Uma de suas principais ações, pela qual ainda hoje é comemorado, relaciona-se com a sua preocupação com a situação dos documentos existentes nos arquivos da época. Sua carreira foi movida pela luta para evitar que se evadissem ou que fossem devorados pelas traças. Se, ainda no século XIX, uma das tarefas executadas pelo IHGB na construção da memória nacional fora a de coletar documentos para se escrever a história do país, na Paraíba das primeiras décadas da república, a mesma tarefa se impunha. Especialmente porque, como inúmeras vezes reclamara Maximiano Machado, durante o regime monárquico as províncias viram, com grande prejuízo para as suas histórias locais, sua documentação mais importante enviada para a Corte com a finalidade de municiar a escrita da história nacional. Assim, no início do século XX, com a necessidade de afirmar as peculiaridades dos estados vinculados à federação republicana, tornava-se imperioso reconstruir, recuperar esses acervos. Na Paraíba, o esforço central neste sentido foi desenvolvido por Irineu Pinto com resultados sempre muito elogiados. Celso Mariz expressa seu espanto diante da envergadura deste trabalho de Pinto que:

... copiou, resumindo, o que pode. Cegou e entisicou na letra miúda e na poeira dos nossos papéis velhos. Mas teve o critério de guardar assinalados, os manuscritos que foram as fontes de suas transcrições (...). Os manuscritos por onde passou a traça de Irineu se acham em cofre de ferro do nosso Instituto Histórico, onde me os foi mostrar o secretário Veiga (...). Quedei-me impotente e admirado ante a força e o préstimo de Irineu Pinto, sem saber onde foi buscar tempo e paciência para realizar o que realizou, pobre, só e sem maiores estímulos, cerceado por outros afazeres cansativos da vida. Só muito ideal e heroísmo, amor ao Estado e à arte de caçar a verdade na bruma da antiguidade dos fatos (...) Ele pode ser lembrado em qualquer lugar e a propósito de quase tudo que se escreve na Paraíba, no terreno da cronologia, até 1862 (1987, p.14-15).

Em 1913 foi enviado pelo presidente Castro Pinto, e por indicação do IHGP, em missão de estudos e pesquisas, à Lisboa. A tarefa era encontrar documentos na Torre do Tombo e no Arquivo Nacional de Portugal que contribuíssem para resolver a questão dos limites territoriais entre a Paraíba e Pernambuco que se arrastava desde o século XIX. Durante cinco meses Pinto copiou cerca de quatro mil documentos relativos à Paraíba que foram entregues à presidência do Estado em seu retorno ao Brasil. Em expediente do IHGP ficou

registrado que, em março de 1914, a instituição recebera quatro volumes de cópias desses documentos encaminhados pelo Presidente do Estado (GUIMARÃES, L.H. *op.cit.*, p.16). No entanto, a documentação, não se sabe como, acabou extraviada.

Como membro do IHGP publicou vários artigos em sua revista, além de diversos outros nos jornais *A União*, *O Norte* e *O Comércio*, todos da Paraíba. Nas revistas do IHGP publicou<sup>74</sup>:

- *RIGHP*, 1 (v.II), 1909: Datas e Notas para a História da Paraíba;
- *RIHGP*, 2, 1910: Datas e Notas para a História da Paraíba; O Cholera-morbus na Paraíba; A Igreja do Collegio; A Instrução Publica na Paraíba: apontamentos para a sua história; Sobre a “Parayba” de Lyra Tavares; Resenha dos Trabalhos Científicos do IHGP (1909-1910);
- *RIHGP* 3, 1911: Datas e Notas para a História da Paraíba; Documentos para a Biografia de Pedro Américo; Resenha dos Trabalhos Científicos do IHGP (1910-1911);
- *RIHGP* 4, 1912: Resenha dos Trabalhos Científicos do IHGP (1911-1912); A Abolição; Sobre o XVII Congresso de Americanistas; Assuntos bibliográficos; Notas para História da Ordem 3<sup>a</sup>. de Nossa Senhora do Monte do Carmo;
- *RIHGP* 5, 1922 (publicação póstuma): Heroísmo de Cabedelo; Capela de Senhor Bom Jesus;
- *RIHGP* 7, 1932 (publicações póstumas): A Bahia e o 5º Congresso Brasileiro de Geografia; Documentos para a biografia de Pedro Américo.

Irineu Ferreira Pinto acreditava que a elaboração da Revista do Instituto seria o passo decisivo para a conservação memória da Paraíba e a ela dedicou o melhor de seus esforços<sup>75</sup>, tendo inclusive composto a comissão, instalada em 1906 para iniciar os trabalhos de preparação da mesma, da qual também participava o sócio do Instituto, major Maximiano Lopes Machado (filho de Maximiano Machado). Quando da publicação do primeiro número, em 1910, Irineu se tornou o principal divulgador do periódico e também do Instituto, mantendo intercâmbio com seus congêneres nacionais e internacionais, dentre elas a Chicago Academie of Sciences, a Biblioteca Nacional de Havana, a Biblioteca Nacional de Portugal,

---

<sup>74</sup> Informações disponíveis no *Índice da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*. Ano LXXXII. João Pessoa: 1995.

<sup>75</sup> Luiz Hugo Guimarães informa que enquanto não foi possível editar a revista, “a maioria dos trabalhos apresentados era publicada nos jornais em circulação, inclusive grande parte dos discursos pronunciados nas sessões ordinárias e extraordinárias” (1988, p.30).

dentre outros. Sempre representando o IHGP, participou de eventos em todo o Brasil, a exemplo do I Congresso Nacional de História, realizado em 1914, no Rio de Janeiro.

Sua atuação também foi marcante na organização da biblioteca, atividade a que se dedicou desde 1905 quando se tornou seu primeiro bibliotecário. “Em uma resenha apresentada por ele, em 1910, foi certificado que a Biblioteca possuía cerca de 2000 volumes e 30 mapas cartográficos” (GUIMARÃES, L.H., 1988, p.36). Hoje a mesma tem o seu nome, como homenagem à essa dedicação. A cadeira de número 24 que, por ora, é ocupada por Joacil Pereira, imortalizou-se sob o seu patronato.

Irineu Ferreira Pinto faleceu aos 37 anos e sua morte causou uma comoção entre os intelectuais da capital paraibana. Mereceu do IHGP uma sessão solene em sua homenagem por ter, durante toda a sua vida, lutado pela elaboração de uma história da Paraíba, que se materializou nas obras do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e nas suas revistas, como também na produção de *Datas e Notas para a História da Paraíba*.

J. Veiga Junior, no artigo *O Viver Atribulado de Irineu Pinto* (1953), diz que o mesmo não só fora torturado em vida, devido aos desencantos e dificuldades de sua infância, mas a morte também não lhe trouxera recompensas maiores (RIHGP, v.12, 1953, p.141). O que o autor faz, de fato, é uma crítica à falta de homenagens consistentes a Irineu Pinto, a quem considerava merecedor de muito mais.

Procuramos buscar registros da memória de nossos autores na sociedade atual. Assim, encontramos o nome de Irineu Ferreira Pinto em uma escola situada no município de Bayeux, no de uma biblioteca no distrito de Várzea Nova, em Santa Rita, e no da própria biblioteca do IHGP, além de uma rua em João Pessoa (ver Anexos). Na Academia Paraibana de Letras, tornou-se patrono da cadeira 19 e a Academia de Poesia também lhe conferiu o patronato de uma cadeira, que foi fundada por sua filha Ivone Ferreira Pinto, em 1974. Já no que se refere a Maximiano Lopes Machado, não identificamos, nas nossas buscas, o uso de seu nome em escolas, logradouros, praças, monumentos ou quaisquer outros equipamentos públicos.

\*\*\*\*\*

### **3.3. A cultura historiográfica institucionalizada: o IHGB, o IAHGP e o IHGP**

Nesta parte do capítulo objetivamos apresentar o lugar privilegiado da produção historiográfica no século XIX, os Institutos Históricos, já que nossos autores alvo de investigação, como já vimos no item anterior, foram membros dos mesmos, e neles tiveram

atuação relevante: o IAGP (Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano) e o IHGP (Instituto Histórico e Geográfico Paraibano).

Durante o período regencial, mais especificamente em 1838, foi criado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro<sup>76</sup>. O órgão reuniu intelectuais<sup>77</sup> que estavam engajados na tarefa de produzir uma história do Brasil, estado nacional recém-formado<sup>78</sup> e em vias de consolidação:

(...) foi no processo de consolidação do Estado Nacional brasileiro que se viabilizou um projeto de pensar a história do Brasil de forma sistematizada (...) a fundação, em 1838, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB – aponta para a viabilidade desse projeto, um projeto nacional para uma sociedade caracterizada pelo escravo e pela existência de imensas populações indígenas (DIEHL, 1998, p. 24).

Em seguida à independência do Brasil e ao Primeiro Reinado (1822-1831) eclodiu uma série de movimentos e rebeliões, alguns de caráter separatista, que colocaram em questão a unidade territorial e política do Estado recém-formado. Um quadro de severa agitação política atingiu diferentes províncias, como foram os casos, entre outros, da Cabanagem no Pará (1831-1840), da Sabinada na Bahia (1837-1838), da Balaiada no Maranhão (1838-1841) e da Revolta Farroupilha no sul, no Rio Grande (1835-1845). Tais movimentos configuraram-

---

<sup>76</sup> Há uma significativa produção historiográfica sobre a fundação do IHGB. Para nosso trabalho consultamos, artigos em publicações especializadas, a exemplo dos importantes textos de Manoel Luiz Salgado Guimarães, Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (In: *Estudos Históricos*. v.1, n.1. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988, p.5-27) e de José Ricardo Oriá Fernandes, O Livro Didático e a Pedagogia do Cidadão: O Papel do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no Ensino de História (In: *Saeculum*. Revista de História. n.13. João Pessoa: DH/PPGH/UFPB, jul/dez 2005 p.121-131). Consultamos também os seguintes livros: SCHWARCZ, Lília Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993; SCHWARCZ, Lília Moritz. *As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998; WEHLING, Arno. *Estado, História, Memória: Varnhagen e a Construção da Identidade Nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999 e DIEHL, Astor Antônio. *A Cultura Historiográfica Brasileira: do IHGB aos anos de 1930*. Passo Fundo-RS: Ediupf, 1998.

<sup>77</sup> Foram 27 os fundadores do IHGB, dentre eles, “12 eram conselheiros de Estado – deste grupo, 7 eram também senadores - , 1 era exclusivamente senador, 3 eram professores (2 do recém-fundado Colégio D.Pedro II e 1 da Academia Militar); havia ainda outros membros ligados à burocracia estatal: desembargadores, funcionários públicos, militares, um pregador imperial (caso de Januário da Cunha Barbosa). Aparecem apenas 2 advogados (...), 1 comerciante e 1 engenheiro” (CALLARI, 2001, p.67). A maioria dos fundadores fazia parte de uma geração nascida em Portugal e transferida compulsoriamente ao Brasil por ocasião da transferência da Corte em 1808. A composição social dos membros não só do IHGB, mas também dos institutos locais que foram fundados depois dele e em conformidade com seu modelo, era “semelhante à das academias ilustradas européias, onde os sócios eram escolhidos antes de tudo por suas relações sociais, os diferentes centros produziram falas marcadamente regionais, apesar da pretensão totalizante” (SCHWARCZ, *op.cit.*, p.99).

<sup>78</sup> A promoção da independência resultou de um pacto das elites, a partir de uma homogeneidade ideológica fundamental à construção do aparelho do novo Estado: reduziu-se os conflitos entre elas, garantiu-se a cidadania aos poucos *homens bons* e manteve-se a escravidão. “Desse modo, entre tendências do liberalismo mais radical propondo república, federação e alguma soberania popular, e a tendência absolutista ultra-conservadora, o projeto vitorioso será o liberal-conservador, portanto monárquico e mantenedor da mesma dinastia de Bragança reinante em sua ex-metrópole” (GUIMARÃES, 1996, p.51) [destaque do autor].

se como sendo de oposição ao governo central que estava, então, sob o poder dos regentes já que, findado o Primeiro Reinado, de Dom Pedro I, seu filho e herdeiro, ainda não estava apto a assumir o trono do Brasil por não ter idade suficiente. Diante de avaliações de que o retorno da autoridade monárquica seria a solução para a crise, foi dado o “golpe da maioria”<sup>79</sup>, que elevou o príncipe regente, Pedro de Alcântara, ao trono do Império do Brasil como D. Pedro II e se estruturou um “Estado monárquico-liberal de feições muito próprias, portador de um poder moderador com incumbência ministerial, Conselho de Estado e Senado vitalícios, voto censitário, direito de padroado, e supremacia civil-laica incontestada” (GUIMARÃES, 1996, p.51-52). No entanto, a construção dessa unidade, afirma esse autor (p.52) só seria, de fato, concluída após o esmagamento das revoltas liberais (em São Paulo e Minas Gerais, 1842), o acordo de paz com os federalistas (no Rio Grande do Sul, 1845) e a vitória sobre os liberais-radicalistas da Praieira (em Pernambuco e Paraíba, 1848-50).

Neste quadro de agitação, marcado por disputas regionais, colocava-se, além das forças de repressão ativadas pelo regime, também “a necessidade premente de se formular uma explicação do país que mantivesse sua extensa unidade territorial e que, ao mesmo tempo, fortalecesse o processo de centralização político-administrativa do Estado monárquico” (FERNANDES, 2005, p.125). O IHGB foi, assim, acionado para este esforço, comprometendo-se com a proposta, de recuando ao período colonial, construir uma história da nação, um passado homogêneo, comum a todos os brasileiros. Essa origem comum, a ser demonstrada nas ações e obras do Instituto, fundamentaria e legitimaria a existência da nacionalidade brasileira e, portanto, o Estado centralizado personificado no governo do Imperador. Iniciava-se, assim, a moderna produção historiográfica de uma história do Brasil.

O IHGB foi estruturado de acordo com o modelo das academias ilustradas francesas, expresso na fundação do Instituto Histórico de Paris, em 1834, da qual participaram, inclusive, na sua fase inicial, alguns intelectuais brasileiros<sup>80</sup>. Como bem lembra Lília Schwarcz (1993, p.100), a arrematamento seguiria modelos afastados dos padrões científicos

---

<sup>79</sup> Golpe dado pela elite, de interesse tanto de liberais quanto de conservadores, para antecipar a maioria (de 24 anos, conforme prescrevia a constituição outorgada em 1824, para 14 anos) do príncipe regente, garantir a pacificação e, ao mesmo tempo, impedir que outras camadas da população participassem da organização do Estado brasileiro. A sagração e coroação de D. Pedro II, que concordara com toda a articulação, ocorreram a 18 de julho de 1841.

<sup>80</sup> Na verdade o Institut Historique de Paris foi fundado em 29 de dezembro de 1833, mas as sessões regulares só começaram a ocorrer em março de 1834. Eugène de Monglave, historiador de importância secundária na França, foi o personagem fundamental na luta por sua criação. Segundo Francisco Iglesias, o mesmo tinha enorme interesse pelo Brasil, para onde viajou e cuja língua aprendeu, tendo sido, inclusive, responsável pela tradução para o francês de obras como *Marília de Dirceu* de Tomás Antônio Gonzaga. Admirador de D. Pedro I traduziu e publicou na França, em 1827, vários documentos relativos à independência do Brasil, a partir de edição portuguesa de 1822 (in: *Historiadores do Brasil*. Capítulos de historiografia brasileira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte: UFMG, IPEA, 2000, p.62-63).

ou acadêmicos observados por outros estabelecimentos como os museus e as faculdades de direito e medicina. A intenção que os animava era de que, com base na história,

seria possível aprender a fórmula para não comprometer a marcha do progresso social (...) Se remetermos essas relações entre as duas entidades para um quadro mais amplo, verificaremos que a França assumiu um papel de modelo *civilizador* da vida social e intelectual; assim, construir uma imagem brasileira com base na civilização francesa não deixava de ser um projeto subjacente no contato entre as duas instituições (DIEHL, 1998, p.29) [destaque do autor]

Tendo este pano de fundo e estes objetivos, inúmeros seriam, a partir de então, os instrumentos acionados pelos membros do IHGB, para levar adiante a tarefa, a exemplo da coleta de documentos (no país e no exterior) e dos esforços para “constituir a galeria dos ‘heróis nacionais’, através do estudo, pesquisa e elaboração de biografias capazes de fornecer às gerações futuras exemplos de civismo, patriotismo e devoção à Pátria” (FERNANDES, 2005, p.126). Como já vimos no capítulo anterior, os membros do IHGB se lançariam, inclusive, à tarefa de produzir obras de cunho educacional para atingir tais objetivos.

O imperador D.Pedro II teve papel fundamental no desenvolvimento e manutenção do Instituto bem como no de outras instituições culturais brasileiras, a exemplo da Academia Imperial de Belas Artes e do Colégio Pedro II<sup>81</sup>. Essa proximidade entre o monarca e o Instituto reforçou

uma produção historiográfica que deu ênfase, sobretudo, aos aspectos político-institucionais, priorizou a figura do Estado-Nação como sujeito privilegiado do fazer histórico, através da exaltação das ações heróicas, narradas em discursos laudatórios da Pátria e legitimadores das práticas políticas do Império (FERNANDES, 2005, p.127).

Percebemos, então, que a Instituição compactuou com um projeto centralizador destacado pela casa de Bragança, representada pela figura de Pedro II. Caracterizando bem esta passagem, Schwarcz afirma que “não é à toa que nessa época tenha ficado famosa a frase proferida pelo jovem monarca brasileiro nos recintos do IHGB: ‘A Ciência sou eu’” (1998, p.131). Fica nítido um posicionamento absolutista do jovem imperador, ao se julgar como a ciência da nação, como fizera Luis XIV, na França, quando afirmara que o Estado era ele.

---

<sup>81</sup> Fernandes afirma que “a construção da identidade nacional esteve diretamente relacionada ao projeto educacional [daí se explica a preocupação do Imperador com o Colégio Pedro II e também do IHGB com os materiais didáticos] dos estados na busca de sua legitimação e inserção na história. E, neste contexto, os livros didáticos, juntamente com os museus, o ensino da história, as datas comemorativas, as efemérides nacionais e os rituais cívicos foram elementos decisivos da cultura escolar no fortalecimento do sentimento de nação” (2005, p.131).

A partir de então, o imperador passou a investir mais ativamente na vida intelectual do seu império, tendo no IHGB um local de atuação privilegiada. Sua influência à frente da instituição era enorme e, desde 1838, já havia sido escolhido para ser o seu “protetor”. Sua dedicação ao grêmio levou-o a oferecer, em 1839, uma das salas do Paço Imperial da cidade para as reuniões do instituto. Em 1853, cinco anos depois de sua fundação, as verbas do Estado já representavam 75% do orçamento geral do IHGB (DIEHL, 1998, p.28). Além disso, instituiu prêmios aos melhores trabalhos que fossem desenvolvidos juntos ao órgão. Só a partir de 1840 é que passou a ser assíduo nas reuniões, deixando de contribuir apenas financeiramente para também se tornar um sócio atuante que chegou até a presidir algumas sessões. Tratava-se de uma sociedade de corte<sup>82</sup>, o que pode ser observado nessa dependência de financiamento por parte do Imperador, bem como na adoção, em todas as atividades, de um cerimonial típico da etiqueta de corte, sempre girando em torno da presença e das ações do monarca. Sociedade de corte especializada na produção de um saber de cunho oficial (SCHWARCZ, 1993, p.100).

A preocupação do imperador dizia respeito à “consolidação de um projeto romântico, para a conformação de uma cultura ‘genuinamente nacional’ (SCHWARCZ, 1998, p.127). A entrada definitiva do jovem monarca transformou o romantismo brasileiro em projeto oficial, “em verdadeiro nacionalismo, e como tal passa a inventariar o que deveriam ser as ‘originalidades locais’” (idem, p.131). O que o imperador pretendia com o projeto romântico, segundo a autora, era buscar a identidade da nação brasileira. Eduardo Guimarães (1996, p.58-66) sustenta que o romantismo, com sua sensibilidade para a especificidade e por seu gosto passadista, foi o universo cultural em torno do qual se constituiu a nacionalidade brasileira, uma nacionalidade, aliás, projetada, “tanto no sentido de princípios ordenadores de uma construção, quanto em sentido de relação especular de um grupo com os demais a que se arroga representar” (idem, p.58). O Brasil, Estado independente, era visto, no dizer do autor, como continuidade da tradição, na qual o conceito de civilização se incluía. Nação e civilização são idéias que caracterizam o romantismo brasileiro. A civilização é reconhecida como atributo de poucos, da elite esclarecida que, garantindo a ordem, levaria as luzes às massas “ignorantes” e “bárbaras”. Realiza-se, neste projeto, a proposta de uma pedagogia do

---

<sup>82</sup> A classificação é feita por Lília Schwarcz que analisa vários aspectos dessa “sociedade de corte”, a exemplo da adoção de selos, espada e uniformes, bem como no tipo de hierarquia interna e de ritos que são instituídos. “Fazer história da pátria era antes de tudo um exercício de exaltação. Essa lógica comemorativa do instituto se efetivou não só mediante os textos produzidos e publicados na revista, como por uma prática efetiva de produção de monumentos, medalhas, hinos, lemas, símbolos e uniformes próprios ao estabelecimento. “Lembrar para comemorar, documentar para festejar” (1993, p.104).

esclarecimento, incluindo a idéia clássica da exemplaridade histórica, e o ideal romântico de busca de uma especificidade nacional. “Criou-se, assim, uma unidade da nação em que o povo é destituído da condição de agente, e visto como sendo (com)formado por forças que lhe transcenderiam em civilidade e sapiência” (idem, p.60). Mas, como lembra o autor, a ausência das noções de “povo” e de “luta de classes” nessas representações não poderia apagar a sua existência na realidade. Era, portanto, necessário justificar a ordem elitista e escravocrata que a marcava. Diz Guimarães:

A resposta viria da união do otimismo romântico produzindo imagens de grandeza da pátria imperial, com o monogenismo naturalista ou católico dominante nesse período pré-cientista. Os quais articularam uma visão tendencialmente harmônica e positiva da dominação sócio-racial branca... (idem, p.60).

A obra do IHGB expressaria esse gosto passadista pela tradição (mantendo o vínculo com a pátria lusitana, ou melhor, com a dinastia de Bragança) e também “da moderna e civilizadora vontade do saber do romantismo liberal e católico brasileiro” (idem, p.66). Portanto, a sua produção seria uma história que, plena de sentido político, legitimasse o presente e indicasse os caminhos para a nação. Diehl afirma:

... o IHGB buscava concretizar seu discurso numa totalidade, construindo a nação em sua diversidade e multiplicidade de aspectos, característica alicerçada a formas diretamente subordinadas aos princípios geográficos centrais do Rio de Janeiro, onde, em última instância, deveria ser concentrada a soma de conhecimentos acumulados sobre o Brasil (1998, p.33-34).

A centralização política deveria, portanto, ser acompanhada pela centralização do conhecimento sobre a nação. Bloquear as ações daqueles que defendiam a autonomia das Províncias ou em alguns casos até o separatismo significava, também do ponto de vista ideológico, incluir cada unidade administrativa na grande história nacional, fazendo delas parte integrada ao todo. A afirmação da gênese do passado comum era parte deste esforço.

A editoração da revista do Instituto, a partir de 1839, foi um dos mecanismos de consolidação de tais práticas. As primeiras revistas do IHGB foram dedicadas, sobretudo, à “publicação dos textos fundamentais do período colonial, como documentos do governo português, memórias e escritos, de toda natureza, de séculos anteriores, notadamente dos setecentos” (IGLESIAS, 2000, p.62). A edição da revista também foi inspirada na do modelo do Instituto da França, que fora criada em 1834. Como afirma Francisco Iglesias:

A publicação brasileira foi valorizada sobretudo pela edição de documentos básicos, mais que por estudos regionais; seguia assim uma linha de trabalho comum na Europa, como se vê com obras cujo paradigma é a *Monumenta germaniae histórica*, um dos aspectos do romantismo, muito voltado para a história, pela valorização do passado, do tradicional, como se vê em sua vertente saudosista, bem numerosa (idem, p.63).

A sua publicação deveu-se, sobretudo, ao cônego Januário da Cunha Barbosa que, além de criá-la, a dirigiu por muitos anos. Até 1864, sua publicação era feita trimestralmente<sup>83</sup>. Quanto à sua organização interna, na medida em que se firmou no cenário intelectual nacional, dividia-se em três partes distintas: 1) artigos e documentos sobre temas como eventos históricos, limites geográficos e problemas territoriais e etnografia indígena; 2) biografias de brasileiros importantes, “uma história pautada em nomes e personagens, e que se concentrava na elaboração de nobiliarquias e genealogias para as elites agrárias”, e 3) extratos das atas das sessões quinzenais (SCHWARCZ, 1993, p.109-110).

Além da revista, várias outras atividades eram promovidas pelo Instituto, a exemplo de conferências e cursos. Além disso, a partir de um esforço coordenado pela Corte, reuniu-se, em seu arquivo, um acervo documental extremamente rico, proveniente das diferentes províncias do Império, bem como começou a se organizar uma biblioteca de grande expressão, que garantia ao público da corte a consulta das suas obras. Como parte desse esforço, por exemplo, o IHGB, passou a incentivar e organizar inclusive visitas a arquivos estrangeiros. Segundo José Honório Rodrigues:

O Instituto nomeava membros honorários estrangeiros, que prometiam procurar nos arquivos e bibliotecas europeus documentos relativos ao Brasil. É o caso de Teodoro Monticelli, que de Nápoles se oferecia a pesquisar para o Instituto. Era o caso, também, de Caetano Lopes de Moura, que, pensionista de D.Pedro II, examina as bibliotecas de Paris e depois foi à Bélgica e à Holanda, enviando para o Instituto Histórico os resultados de suas pesquisas” (apud FERNANDES, 2005, p.126).

Uma das mais importantes preocupações, desde o início, foi com a identificação e localização de uma base documental que desse sustentação às pesquisas históricas e geográficas. Este movimento pode também ser observado, alguns anos depois com a criação, por exemplo, do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, extremamente marcado

---

<sup>83</sup> Para maiores detalhes acerca de seu formato, consultar: SCHWARCZ, Lília Moritz. *O Espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, especialmente o capítulo 4.

pelo sentimento nativista que se formou em torno das guerras de restauração<sup>84</sup> contra os holandeses.

Para cumprir o objetivo de se “fundar” a história nacional em algum lugar do passado colonial, em 1840 instituiu-se, sob os auspícios da monarquia, um prêmio para quem elaborasse o melhor plano de trabalho para a escrita da história do Brasil. O texto do naturalista alemão e sócio correspondente do Instituto, Carl Friedrich Philipe von Martius, foi premiado em 1847<sup>85</sup> e tinha, como idéia central, demonstrar que a nação brasileira derivava da mescla das três raças: a indígena, considerada redimível, deveria merecer estudos cuidadosos com o objetivo de ser integrada à história nacional; a branca, elemento civilizador que deveria ter sua atuação destacada; e a negra à qual Martius deu pouca atenção, vendo-a como impossibilitada de adaptação, como “fator de impedimento ao processo de civilização” (MARTIUS *apud* DIEHL, 1998, p.35). O projeto da primeira história do Brasil foi feito por Martius, mas coube a Francisco Adolpho de Varnhagen<sup>86</sup> executá-lo.

Segundo Odália, ele deve ser considerado:

o fundador de uma corrente historiográfica brasileira, ainda hoje atuante, na medida mesmo em que em Varnhagen o pensamento burguês brasileiro

<sup>84</sup> As guerras de restauração ocorreram entre 1645 e 1654, lideradas por João Fernandes Vieira e André Vidal de Negreiros, na Capitania de Pernambuco, com o objetivo de expulsarem os holandeses do Brasil. Sobre este assunto, conferir: MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda Restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. 2.ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.

<sup>85</sup> O trabalho intitulado “Como se deve escrever a história do Brasil” foi publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 6 (24), 1845, p.381-403. Martius também publicaria, em parceria com Johan Baptiste von Spix, a obra *Viagem pelo Brasil*, que resultou de viagem realizada pelo país entre 1817 e 1821, que só foi publicada, sob os auspícios do IHGB, um século depois, em 1838, por ocasião das comemorações de seu centenário de fundação. Sobre Martius e sua contribuição para historiografia brasileira consultar: IGLESIAS, *op.cit.*, p.65-72.

<sup>86</sup> Francisco Adolfo de Varnhagen nasceu em 17 de fevereiro de 1816, em São José do Ipanema, Sorocaba, no Brasil e faleceu em 29 de junho de 1878, em Viena. Filho da portuguesa Maria Flávia de Sá Magalhães e de Ludwig Wilhelm Varnhagen. Estudou no Real Colégio Militar da Luz, em Lisboa, e iniciou a carreira militar à época das Guerras Liberais, como voluntário nas tropas de D. Pedro IV de Portugal, que lutavam contra D. Miguel I de Portugal. Formou-se como engenheiro militar em 1839, na Real Academia de Fortificação. Escreveu *Notícia do Brasil*, seu primeiro trabalho de história, entre 1835 e 1838. Suas pesquisas na matéria levam-no a localizar o túmulo de Pedro Álvares Cabral na Igreja da Graça, em Santarém. Foi admitido como sócio-correspondente na Academia de Ciências de Lisboa. Teve grande participação no IHGB, a partir, de 1841, elaborando uma obra notável: a *História Geral do Brasil (1854-1857)*, que serviu de guia para os demais historiadores e escritores da história do Brasil. Foi destacado para o Paraguai (1858), tendo servido ainda na Venezuela, em Nova Granada (atual Colômbia), no Equador, no Chile, no Peru e nos Países Baixos. Aproveitou o seu contato com o exterior para coletar documentos sobre o Brasil em bibliotecas e arquivos. Recebeu em 1872 o título de Barão de Porto Seguro, sendo elevado a visconde dois anos mais tarde. Sua formação básica esteve mais associada ao campo das ciências naturais, o que não o impediu de realizar cursos relacionados à atividade de historiador. Apaixonou-se, em 1835, pela História, iniciando suas pesquisas. Exerceu cargos de representação entre 1842 e 1878 no serviço diplomático brasileiro. Para maiores detalhes sobre a vida e obra de Varnhagen, consultar: RODRIGUES, José Honório. *História e Historiografia*. Petrópolis: Vozes, 1970; DIEHL. *Op.cit.* (p.36-52); IGLESIAS. *Op.cit.* (p.72-94), além das obras de Nilo Odália (*As Formas do Mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997) e Arno Wehling (*Estado, História, Memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999), dedicadas especificamente ao autor.

encontrou o espírito que, embora falto de imaginação, conseguiu realizar uma síntese admirável dos ideais e objetivos das classes dirigentes que tomaram a seu cargo a construção da Nação ( 1997, p. 24).

A partir de 1841, quando teve a nacionalidade brasileira reconhecida, pode ingressar nos vários serviços diplomáticos brasileiros, o que facilitou o desenvolvimento de suas qualidades de erudito e de historiador. Sobre este momento de sua vida intelectual, Diehl aponta:

Varnhagen tinha uma intensa atividade, que se traduziu numa obra numerosa e variada e também de grande valor historiográfico. Erudito e historiador, buscou, constantemente, romper com suas próprias limitações, dedicando-se a outros campos de estudos e de criação literária; tecnocrata por temperamento, muitas vezes procedeu como um mestre-escola, tentando corrigir os erros do passado e apontando o que se deveria fazer no futuro (1998, p.39-40).

Chamamos atenção para a importância que teve porque seria o responsável pela “construção” da História da nação. Seus escritos foram base de pesquisa para outros historiadores que o seguiram, inclusive os autores que estudamos e que foram conhecedores de sua obra e, apesar de tecerem críticas, a utilizaram para escreverem seus textos sobre a Paraíba.

Ainda sobre a relevância que teve, Wehling considera que seus textos também foram fundamentais para a memória nacional fundamentada na moral romântica.

Podemos destacar em Varnhagen, algumas características que evidenciam a fundamentação da moral romântica em sua relação com a construção da memória, cujo papel era decisivo, para o autor, numa sociedade ainda colonial e em estado não perfeitamente consolidado (1999, p.69).

Odália ressalta que Varnhagen teve uma forte ânsia “de tudo consertar, de tudo prever e projetar, numa confiança ilimitada na capacidade do homem de conduzir sua própria história” (1997, p.32). Diehl entende que ele vive “o momento privilegiado do historiador, que aparecia revestido dos conhecimentos da sublime glória de ser orientador do processo que geraria a noção de nação” (1998, p.47). O eixo do seu esforço intelectual era, enfim, realizar na prática, aquilo que fora definido como o objetivo maior do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a construção de uma história da “nação” brasileira, o que foi realizado através da obra *História Geral do Brasil*, publicada entre 1854 e 1857.

Um dos pontos momentos-chave nessa trajetória, segundo Varnhagen, teria sido aquele das lutas separatistas contra os holandeses que se constituíram como a matriz essencial da formação da nossa identidade nacional, especialmente porque, naquele momento, ocorreu a união das três raças (brancos, negros e índios) na tentativa de expulsarem os invasores. Esta seria a idéia-chave da nacionalidade brasileira que, como já vimos, também estava presente no projeto de Martius. Para Varnhagen, no entanto, o processo dessa formação expressa a superioridade dos brancos europeus, ou seja, “as linhas da nova Nação são legadas e determinadas por uma civilização superior” (ODÁLIA, 1998, p. 45).

Confirmando estas idéias de Odália, Arno Wehling ressalva ainda que,

Tanto o projeto político regressista, como as teses do chamado “liberalismo doutrinário” e os textos historiográficos, conforme se apresentam nos primeiros anos da revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, na *Memória* de Martius e na obra principal de Varnhagen, defendiam os mesmos pontos fundamentais: a monarquia constitucional e a unidade do país; uma estrutura política centralizada compatibilizada com a descentralização administrativa; afirmação do Poder Moderador e do Conselho do Estado; o abolicionismo gradual (...). O exemplo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro é a mais concreta realização, no plano cultural, deste objetivo. (1999, p. 34-35).

Segundo Francisco Iglesias, diante da situação política então vigente, compreende-se que os traços mais notáveis da posição teórica do IHGB fossem:

o pragmatismo da história e o gosto da pesquisa. Pretende-se fazer uma história que tenha função pedagógica, orientadora dos novos para o patriotismo, com base no modelo dos antepassados. É o velho conceito de história como a mestra da vida que se cultua. Daí certa insistência em biografias de vultos tidos como exemplares (2000, p.61).

Esta preocupação pelo viés nacionalista segue uma tradição que, como já dissemos, estava sendo amplamente difundida na Europa. Os temas nacionais eram questões que, naquele momento, também mobilizavam os centros europeus. Uma vez tida em mente que a preocupação central era com a justificação da existência do Estado nacional brasileiro, o delineamento da nação brasileira passou a ser o cerne de debates durante as reuniões na instituição carioca e sua fundação e posterior desenvolvimento condizem com a viabilidade de tal projeto.

O projeto de IHGB pode ser compreendido em duplo sentido: dar conta da gênese da nação brasileira, inserindo-a, sobretudo, na tradição de

civilização e progresso, idéias tão caras ao Iluminismo. A nação deveria surgir como o desdobramento de uma civilização branca e européia nos trópicos, tarefa que exigia imensos esforços uma vez que a realidade brasileira era constituída de uma realidade diversa daquela que se tinha como modelo, a Europa (DIEHL, 1998, p.27-28).

\*\*\*\*\*

O desafio de todos os intelectuais daquele período era o de articular as diversas tradições locais nessa identidade coletiva, a nacionalidade brasileira. Mas, por outro lado, as elites provinciais e seus intelectuais também estiveram preocupados em destacar as especificidades locais, de forma a garantir-lhes a manutenção e a legitimação de seus poderes e privilégios. Desta forma, em 1862, foi criado o segundo instituto histórico do Brasil e primeiro das províncias do norte, o Instituto Archeológico e Geographico Pernambucano<sup>87</sup>, que tinha basicamente dois objetivos: a recuperação da história pátria e a comprovação da participação de Pernambuco (leia-se, de suas elites) na formação do país, o que foi colocado da seguinte forma num dos primeiros números da sua revista<sup>88</sup>:

Pernambuco que já é uma das glórias brasileiras disse em pleno parlamento que tinha uma história própria, que pela sua posição geográfica optimos dons naturaes, índole de seus filhos, brios de seus habitantes, há figurado em todas as epochas nacionais e tem fornecido sem dúvida muito assumpto para largas páginas aos annaes do Brazil (*apud* SCHWARCZ, 1993, p.118).

A data da fundação não poderia ser mais significativa, 27 de janeiro, dia do aniversário da Restauração Pernambucana, o eixo formador da identidade provincial como afirmam GUIMARÃES (1996) e MELLO (1997). Episódio que, ao sabor das necessidades de cada momento, sempre fora a maior referência para a identidade coletiva das elites locais, assentada nos princípios de que, ele fora o primeiro momento em que o nativismo pernambucano se manifestara e, em segundo lugar, porque a defesa de Pernambuco, que fora a defesa da permanência de seu vínculo com a metrópole portuguesa, se fizera “às custas das

<sup>87</sup> Para o desenvolvimento deste item do capítulo nos baseamos nos seguintes trabalhos: SCHWARCZ, Lilia M. *O Espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993; GUIMARÃES, Eduardo Henrique de Lima. *Religião, Pátria e Liberdade: a historiografia do IAGP de 1862 a 1876*. 1997. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pernambuco/UFPE; e MELLO, Evaldo Cabral. *Rubro Veio: o imaginário da restauração Pernambucana*. 2ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

<sup>88</sup> Segundo Schwarcz o trecho foi extraído da Revista do IAGP, n.5 de 1863. O mesmo trecho é mencionado por GUIMARÃES, E.H. (1996) informando que se trata de passagem do discurso de instalação do Instituto proferido por Joaquim Pires Machado Portella, publicado na revista n.1, outubro de 1863.

vidas, sangue e fazendas” da nobreza da terra, inclusive, e a despeito da falta de apoio do rei de Portugal e de seus representantes na colônia, leia-se, o governo geral.

As representações rituais públicas celebrativas de caráter cívico-religioso da Restauração Pernambucana, pertenciam, assim, ao universo da pactação com a monarquia portuguesa. Esse culto marcado pela ascendência da velha capitania da Nova Lusitânia na região, centro de um dos mais sólidos arquipélagos agro-exportadores da Colônia, manteve sua pertinência durante o longo processo de construção da Independência Nacional. Afinal, o nativismo da época fora marcado profundamente pela expulsão dos holandeses (GUIMARÃES, E.H. 1996, p.82-83).

Um dos aspectos mais ressaltados pelos estudiosos é o fato de que a produção do IAGP, ao contrário do IHGB que definia que a produzida por seus sócios era a história nacional, foi a sua dedicação à escrita de uma história local que, no entanto, acabava por incluir as de outras capitanias/províncias, seja porque tivessem, em algum momento do passado colonial, sido anexas à capitania de Pernambuco (caso da Paraíba), ou porque os eventos lá ocorridos repercutiram além das suas fronteiras, a exemplo da Restauração contra os holandeses e da Revolução de 1817. Outros temas recorrentes nas revistas do IAGP foram o da religiosidade e o do patriotismo, este amplamente associado ao nativismo; aliás, os atributos de valentia, patriotismo e abnegação, são as marcas da constituição dessa identidade pernambucana. Em seus trabalhos a província se constrói, desde o período colonial, como a vanguarda da liberdade nacional.

O tema do nativismo foi central na produção historiográfica do IAGP no século XIX. O sentimento nativista era bastante forte e a relevância da história pernambucana era, para seus membros e dirigentes, um amálgama para o destino da história do país, pois Pernambuco sempre participava ativamente do vários conflitos coloniais desde a sua criação e deveria ser um exemplo para o resto do país. O amor pelo território e pelo povo era, para os membros deste Instituto, elemento imprescindível na institucionalização da cultura histórica nativista<sup>89</sup>. Evaldo Cabral de Mello<sup>90</sup> (1997, p.107), retomando o lema da açucarocracia da Capitania de

<sup>89</sup> Estas idéias estão fundamentadas no que Mello (1997) discute no seu livro *Rubro Veio*.

<sup>90</sup> Cabral de Mello, historiador brasileiro, foi também diplomata, até se aposentar. Nos últimos anos, tem publicado livros voltados para o estudo da história nordestina, em especial sobre o litoral produtor de cana-de-açúcar. É irmão do poeta e também diplomata João Cabral de Mello Neto e primo do sociólogo Gilberto Freyre, bem como do poeta Manuel Bandeira, todos eles já falecidos. Em 1992, obteve o título de doutor em história por notório saber, pela Universidade de São Paulo. Tem tido o importante papel de ampliar a ênfase da história brasileira do Nordeste, que foi a principal parte da colônia portuguesa do Brasil e que, com as revoluções de 1817 e 1824, ambas em Pernambuco, delineou, a seu ver, uma alternativa mais democrática para o País do que a monarquia bragantina sediada no Rio de Janeiro. Daí, suas críticas ao que chama historiografia “riocentrista”, que ignoraria as peculiaridades e potencialidades do Brasil que não foram cumpridas. Além de obras sobre o período flamengo, como sócio do IAGP, tem muitos artigos publicados nas revistas da instituição, desenvolvendo

Pernambuco que havia lutado contra os holandeses na guerra da restauração, “à custa de nosso sangue, vidas e fazendas”, aprofunda a discussão sobre a cultura histórica do nativismo, apresentando uma cronologia que nos ajuda a compreender como se construiu essa idéia forte da historiografia produzida pelo IAGP:

distinguir três fases principais [do nativismo pernambucano], correspondendo a dois períodos alternados de radicalização antilusitana, acima e abaixo de uma fase de transação: o primeiro da capitulação holandesa (1654) à derrota da “nobreza da terra” na guerra dos mascates e suas seqüelas (circa 1715); a segunda, que se prolongou até os primeiros anos do século XIX, com o aparecimento dos sintomas (por exemplo, Conspiração dos Suassunas, 1801), que anunciam as “revoluções libertárias”; a terceira, que se estendeu até cerca de 1850, englobando a revolução de 1817, o movimento de Goiana (1821), a Confederação do Equador (1824) e a rebelião praieira (1848-1849) (1997, p.21).

Nesta obra, em que também se debruça sobre o projeto historiográfico do IAGP, Mello dá grande destaque à prioridade que foi dada ao período holandês como eixo dos debates para sustentar as teses do nativismo pernambucano.

Assim como no seu congênere, o IHGB, no Instituto Pernambucano, as revistas<sup>91</sup> também mereceram grande relevo, porque institucionalizaram suas produções embasadas nas discussões que propunham a personificação de Pernambuco como província que possuía sua própria história. De acordo com Schwarcz:

de fato, no grêmio pernambucano o enfoque regional era de tal forma destacado que os textos sobre o local chegam a constituir 67% do total dos artigos publicados no período que vai de 1870 a 1930. o IAGP respondia, no fundo, às aspirações políticas e culturais da província pernambucana, que pretendia manter sua hegemonia ao menos no interior da região nordestina (1993, p.118).

Os sócios fundadores do IAGP eram pertencentes, basicamente, a uma elite intelectual de grande poderio econômico na região, diretamente ligada ao latifúndio açucareiro, e por membros da igreja e alguns profissionais liberais (a exemplo de Maximiano Lopes Machado).

---

importantes reflexões sobre a formação e o desenvolvimento da cultura histórica do nativismo pernambucano que tem no período holandês sua base fundamental. Especialmente quanto a este tema consultar: *O Rubro Veio. O Imaginário da Restauração Pernambucana*. 2ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

<sup>91</sup> No IAGP, a criação da revista se deu em 1863 e assim como no IHGB, também era publicada trimestralmente. A partir de 1894, passa a ser anual, dando prioridade a temas que estabelecessem relevância para a história pernambucana e brasileira. Na verdade, o que se viu, foi pouco espaço para a originalidade dos estudos de História e Geografia, porque os discursos de datas comemorativas tinham maior destaque.

Logo nos seus primórdios, teve como presidente interino um importante fazendeiro local, Joaquim Pires Machado Portella.

De início, a manutenção da entidade ficou a cargo dos próprios sócios, além dos recursos oriundos da venda das revistas. Só em 1866, na medida em que seu trabalho foi sendo reconhecido, o governo da Província faria uma subvenção anual de 1.200\$000. Apesar de novos esforços para que esta subvenção tivesse uma regularidade, foi de maneira paulatina que isto foi ocorrendo no IAGP<sup>92</sup>.

A competência científica não era o único requisito para se pertencer aos quadros do órgão; apenas era necessário que algum dos sócios indicasse formalmente alguma pessoa. Esta foi uma especificidade deste Instituto, já que os demais, tanto o brasileiro quanto os que foram se formando mais tarde, tinham por praxe, para ingresso no quadro de sócios, a exigência de apresentação de algum trabalho acadêmico. Tratava-se de uma sociedade em que os critérios relacionais, como afirma Lília Schwarcz (1993, p.118-119), eram claramente os definidores do ingresso.

Um fato curioso no grêmio pernambucano está na sua nomenclatura como Instituto “Arqueológico”. Arqueologia entendida como a matéria que versava sobre antiguidades, mas, de fato, não havia grande interesse pelo tema, até porque, como já referimos, à época de sua criação a história colonial nativista encobria quaisquer outras discussões e “os artigos notadamente arqueológicos, concernentes à pré-história brasileira, correspondiam a apenas 2% do total de textos classificados” (idem, p.119).

É importante que se diga, seguindo a argumentação de Eduardo Guimarães que, por mais que o IAGP tivesse sido criado para, como diz Schwarcz (idem, p.118), responder às aspirações políticas e culturais da elite pernambucana, que lutava para manter a sua hegemonia ao menos no norte do país, já que, desde a independência seu poder político e econômico fora reduzido<sup>93</sup>, os membros do Instituto estavam longe de defender a causa federalista ou a causa separatista. Por mais que enaltecessem a Província de Pernambuco,

o tom do discurso político-histórico foi acima de tudo, conciliador e consoante ao ideário romântico-neoclássico brasileiro. Àquela altura o debate romântico começara a atentar para os localismos de modo ainda muito tênue, e ao fazê-lo procurava incorporá-los a uma identidade brasileira mais genérica. A pactação em torno da

---

<sup>92</sup> Sobre este assunto, consultar a obra já referida de Eduardo Guimarães.

<sup>93</sup> A autora lembra que Pernambuco “até 1820 fora responsável por 50% da renda obtida com a exportação de açúcar e algodão, [mas] vivia, desde inícios do XIX, um período de clara decadência econômica, motivada pela concorrência internacional e a consequente queda os preços de seus grandes produtos de exportação” (1993, p.118).

monarquia sediada no Rio de Janeiro, vivia seu período final de estabilidade consensualista entre liberais e conservadores, e entre o sul e o norte do Império. Nesse pacto as elites de Pernambuco tiveram importante papel construtor – o que não eliminava a existência de certas tensões (GUIMARÃES, 1996, p.81).

Chamamos atenção para este Instituto, pois nele, como já dissemos anteriormente, um de nossos autores, Maximiano Lopes Machado, teve uma participação ativa, apresentando diversos estudos, dialogando com seus consócios, escrevendo e discutindo a *História da Província da Paraíba*.

\*\*\*\*\*

Em outro período histórico, o republicano, nasceria o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, mais precisamente em 07 de setembro de 1905, sob a égide de uma comissão que se formou para programar as comemorações da independência. Seu objetivo foi, desde o início, empreender uma história da Paraíba assentada na identificação de um passado comum e de características próprias da terra, ou seja, tratava-se de realizar um empreendimento semelhante àquele de Varnhagen e do IHGB para o Brasil e do IAHGP para Pernambuco. Empreendimento este que também teria seu ponto inicial localizado no passado colonial. Emblematicamente, o discurso de saudação pela fundação do Instituto, pronunciado por João Pereira de Castro Pinto, um de seus sócios-fundadores, teve por título “A História Colonial da Paraíba”.

No que se refere aos fundadores do Instituto<sup>94</sup>, no dizer de Margarida Dias, que estudou a criação deste órgão:

em linhas gerais, tinham grandes semelhanças com os fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Também tinham, como atividade principal, cargos públicos e/ou burocráticos. Tinham formação idêntica, construída, principalmente, nos bancos escolares do Liceu Paraibano e/ou na Faculdade de Direito do Recife. Ocuparam cargos políticos-chaves na política paraibana. Foram presidentes, vice-presidentes do Estado, deputados, senadores, conselheiros municipais. Suas atividades econômicas eram tão secundárias que quase não são explicitadas nas

<sup>94</sup> Na ata de instalação do IHGP, ocorrida em 12 de outubro de 1905, nas dependências da Assembléia Legislativa do Estado, constam as assinaturas de 51 pessoas, dentre as quais estavam o Presidente do Estado, Álvaro Lopes Machado, o vice-presidente, Venâncio Augusto de Magalhães Neiva, o jornalista e pesquisador Maximiano Lopes Machado, homônimo de seu pai e Irineu Ferreira Pinto. Segundo L.H.Guimarães, “pode-se dizer que era a fina flor do mundo político e intelectual da Paraíba. Seis dessas ilustres figuras exerceram a Presidência do Estado...” (1998, p.24). Este autor publica, como anexo de sua obra, dois documentos do Arquivo “Flávio Maroja” do Instituto, o “Termo de Fundação do IHGP” e a ata da “Sessão Magna de Instalação do IHGP” (p.287-289).

respectivas biografias. Profissionalmente eram médicos, militares, jornalistas (1996, p.35-36).

Além dos sócios-fundadores, já em 1907, o IHGP contava com a participação de cerca de uma centena de sócios-correspondentes dentre os quais podemos mencionar nomes importantes da intelectualidade brasileira daquela época, a exemplo de Alfredo de Carvalho, João Capistrano de Abreu, Manoel de Oliveira Lima, José Veríssimo, Affonso Scragnole Taunay, Sylvio Romero, entre outros.

Dois anos mais tarde, em 1909, foi aprovada a Lei n.317, de 22 de outubro, proposta pelo deputado Rodrigues de Carvalho, sócio do Instituto, que considerou o IHGP entidade de utilidade pública. A mesma foi sancionada pelo presidente João Lopes Machado, também sócio da agremiação.

Como é possível perceber no transcorrer destes primeiros anos de sua fundação, o IHGP esteve organicamente vinculado às esferas políticas e administrativas do estado. A própria fundação, aliás, correspondera aos novos interesses das elites locais derivados das modificações introduzidas pelo regime republicano instaurado dezesseis anos antes. Dias afirma:

Com a proclamação da República e a reorganização do estado não mais unitário, mas composto de unidades da federação, a criação de histórias locais teve sua necessidade justificada. Os Estados se uniam não imbuídos de uma igualdade (que, sabemos, nunca existiu), mas explicitando suas diferenças ou pelo menos suas especificidades, para, através delas, justificar seus poderes ou reclamar a falta deles, mas garantindo a idéia de unidade nacional (DIAS, 1996, p.34).

Esta, aliás, não era uma situação específica da Paraíba, pelo contrário:

No final do século e início do século XX, os novos estados, sob a ótica federativa, com suas fronteiras delimitadas sobretudo pelas disputas das oligarquias locais, buscaram pela Geografia e História legitimar sua condição “independente” e suas “fronteiras naturais”. Passou-se a construir tradições específicas para os “paulistas”, os “gaúchos”, os “mineiros”, destacando as contribuições de cada região para a “grandeza” da nação (BITTENCOURT, 1992/1993, p.214).

Compreender esse quadro é importante para situar não só a criação do IHGP, mas inclusive, o processo de organização da instrução pública como um todo, pois ambos foram influenciados pela disputa, a nível regional e também nacional, em torno da questão da autonomia político-administrativa dos estados e, internamente, pela correlação de forças entre os diferentes grupos oligárquicos que, como já vimos, ao tratar da biografia de Irineu Pinto, correspondeu, na prática, à manutenção no poder daqueles que conseguiram reunir o maior

número de parentelas em torno de sua proposta. A questão da autonomia político-administrativa e a questão do controle do poder político local, por sua vez, vinculavam-se intimamente à da política orçamentária e, portanto, à definição do que seria objeto de investimento por parte do poder público. Pinheiro (2002) faz um alentado estudo na tentativa de compreender o impacto desta discussão sobre a instrução pública em geral na Paraíba tanto no período imperial quanto na fase da República Velha. A definição do que seria esta instrução estaria fundamentada nos princípios positivistas<sup>95</sup> que viriam,

a calhar perfeitamente, dadas as necessidades objetivas enfatizadas pelas elite brasileira para montar todo um discurso a favor da consolidação do estado republicano. Amar, respeitar, desejar a ordem, visando ao progresso da pátria brasileira, identificar as particularidades culturais que transformariam a grande massa comum em um “povo” específico, isto é, o “povo brasileiro”; eram esses os grandes desafios a serem vencidos não só pela elite, mas por todos os brasileiros, desde que conduzidos pelas elites. Essa grande tarefa, todavia, não caberia exclusivamente ao poder central, mas careceria do esforço de cada estado da recém-criada República (idem, p.102).

Quanto à fundação do IHGP é bom relembrar que um dos seus mais entusiasmados defensores foi o presidente do Estado, Álvaro Machado, militar e professor da Escola Militar do Rio de Janeiro, nomeado por indicação de Floriano Peixoto. Também é importante reafirmar que essa fundação deve ser compreendida como parte do esforço em construir a nacionalidade republicana brasileira, mas também, e fundamentalmente, forjar uma identidade local, a que Dias (1996) chamou “paraibanidade”, capaz de vincular a Paraíba ao ideal republicano. É a partir desta proposta que a autora realizará a sua análise dos objetivos e do papel do IHGP, no que foi publicado nos primeiros anos de existência da revista da instituição. Importante também é destacar, como faz Pinheiro, que o esforço do IHGP fazia parte do projeto maior que entendia a educação como a ação fundamental para atingir o progresso. Aliás, é importante lembrar que grande parte dos seus membros, por exemplo, participaram ativamente do processo de estruturação da instrução pública na Paraíba, como membros de comissões que propuseram reformas, como gestores órgãos responsáveis pelo

---

<sup>95</sup> Tais idéias penetram no Brasil por volta da década de 1860, mas passa a desempenhar papel importante na vida intelectual e política do Brasil nos anos finais do Império e no período republicano. Do ponto de vista da formação educacional partia-se do princípio de que a educação, sendo total e universal, promoveria a redenção do ser humano. Caberia aos grupos sociais mais esclarecidos, e às autoridades republicanas, conduzir os menos esclarecidos à essa redenção, o que significava, na verdade, a regeneração da sociedade brasileira, e seu rumo ao progresso social. Para tanto, era necessária uma ação sistemática por parte do Estado (PINHEIRO, 1996, p.100-102).

setor, como autores de compêndios escolares, dentre outras atividades (PINHEIRO, 2002, p.234).

Produzir a história local era, portanto, produzir verdades que deveriam servir para a instrução do povo. Verdades que deveriam ressaltar as características que faziam do paraibano parte específica, mas integrada ao povo brasileiro e que está presente, por exemplo, no discurso do presidente Castro Pinto, pronunciado em 1920:

No estado da Parahyba [se formou] nestes três séculos um povo que, sem sahir das qualidades fundamentaes do habitante do Nordeste, entretanto se tornou de algum modo autônomo, assumindo uma certa individualidade, dando um cunho à parte ao nosso meio social; em resumo, fazendo do parahybano uma variante psychologica definida sob a feição geral do brasileiro (...) (apud PINHEIRO, 2002, p.164).

E que idéias seriam essas? O que seria a paraibanidade? O estudo de Dias (1996) continua a ser a referência mais importante para essa discussão. A autora identifica, nos artigos publicados nos primeiros anos da revista do IHGP, os eixos centrais da fundação dessa idéia de que o nascido na Paraíba seria marcado pelas seguintes qualidades: a vocação para a paz (expressa no ato de fundação da capitania, em 1585, com o acordo firmado entre os Tabajara, na pessoa de Piragibe, e os portugueses, na pessoa de João Tavares); sua força, sua intrepidez e sua coragem (inúmeras vezes demonstradas em episódios como a resistência aos ataques dos holandeses até a capitulação de 1635, ou a participação de seus filhos, em especial, André Vidal de Negreiros, na luta pela restauração do domínio português nas capitanias do norte) e, fundamental no período em que o IHGP foi fundado, sua vocação republicana (expressa na participação dos homens da terra na Revolução de 1817, na Confederação do Equador, em 1824 e na Revolta Praieira em 1848-50, o que demonstraria que a Paraíba sempre esteve ao lado dos liberais, e dos liberais radicais, que lutavam pela implantação do regime republicano desde o início do século XIX).

Outros estudos caminharam na mesma direção, a exemplo do de Gonçalves (2007) que, estudando a formação da elite local no período colonial e identificando os vínculos estreitos entre ela e a de Pernambuco, o que faz de uma a extensão da outra que já estava enraizada naquela Capitania de donatário desde os anos 1530, procura ressaltar como o esforço da produção historiográfica do IHGP, ocorrida em contexto histórico bastante específico, procurava eliminar esta vinculação. Pelo contrário, o esforço daqueles historiadores, e entre eles podem ser enquadrados claramente os trabalhos de Maximiano

Machado e de Irineu Pinto, se dava no sentido de demonstrar que a história da Paraíba não era apenas um apêndice da história de Pernambuco:

Tomando, como principal fio condutor de sua formulação de identidade, a idéia de uma Paraíba, pátria, os historiadores do IHGP fizeram todo um enorme esforço para separar a história local da história do Brasil e, principalmente, no caso do período colonial, da história da vizinha capitania de Pernambuco. A busca da construção de uma identidade paraibana separada de Pernambuco acabou impedindo o reconhecimento e a superação da identidade das elites. Ao nos debruçarmos sobre a história do período colonial, nos é possível perceber que a idéia de “Paraíba”, no período por nós estudado [o colonial], ainda está em construção. E que coexistem, nessa etapa, identidades de âmbitos e hierarquias diversas no seio dos conquistadores e colonizadores: ser cristão e católico, ser europeu, ser súdito do rei, ser membro de um determinado grupo familiar. A construção, *a posteriori*, formulada pelo IHGP, ao contrário, parte da idéia de que, desde os primórdios, havia uma identidade construída em termos locais, em termos espaciais (...) A ‘paraibanidade’ construída pelo IHGP omite que o *negócio* é um dos principais elementos da história paraibana (p.28-29).

Embora, como nos alertam ambas as autoras, a crítica dessa historiografia ainda precise ser aprofundada, e o nosso trabalho pretende ser uma contribuição nesse sentido, a sua permanência e influência nos dias atuais são inquestionáveis; ela ocupa papel central na divulgação da história, em especial nas escolas e nos materiais didáticos e se constitui, também, como ponto de partida para a maior parte dos estudos sobre a Paraíba, em especial quanto ao período colonial e ao período imperial.

Os próprios sócios do IHGP têm plena consciência dessa importância e dessa influência. Vejamos, por exemplo, o que afirma Amaury V. de Araújo em número recente da Revista do IHGP:

A nossa Instituição se fez (...) com poucos historiadores, embora estes já agora, ou posteriormente se tornassem, as colunas mestras de nossa historiografia, e bem menos geografia, no momento desta nossa criação, como até hoje em nossa existência (2008, p.61).

Se não foram poucos em números absolutos, se tomarmos em consideração os nomes de todos aqueles que assinaram a ata da sessão que fundou o Instituto, alguns foram fundamentais para o estabelecimento daquilo que seria o modelo da historiografia paraibana até muito recentemente. No primeiro momento, a idéia era reunir, em um só lugar, “tudo” que se referia à Paraíba, já que

... o que se dizia sobre a nossa terra estava espalhado em Rocha Pita, em Frei Vicente do Salvador, em Jaboatão, em Aires Casal, em Southey, em Leopoldo

Vieira, em Varnhagen. Tudo disperso e pouco... (MARIZ, *apud* GUIMARÃES, 1998, p.11-12).

Alguns anos depois, com as publicações das obras de Maximiano Machado e de Irineu Pinto, e com a veiculação de artigos dos sócios tanto na revista quanto na imprensa local, essa situação mudaria. Estavam lançadas as bases a partir das quais a história da Paraíba passaria a ser produzida, ensinada, estudada e aprendida até os dias de hoje, como já dissemos. Uma tradição historiográfica que ainda garante ao IHGP o posto de entidade cultural mais antiga e influente na sociedade paraibana. Isso sem falar no suporte físico que ele garante aos pesquisadores, pois seu acervo é extremamente representativo. Em balanço realizado no ano de 1998, o Presidente do IHGP, Luiz Hugo Guimarães informava que, àquela época, este acervo era formado por cerca de 30 mil publicações e 32 mil documentos, higienizados e acomodados adequadamente na biblioteca, na mapoteca, na hemeroteca e no arquivo da instituição (1998, p.11).

\*\*\*\*\*

#### **IV. A HISTÓRIA DA PROVÍNCIA DA PARAÍBA E A DATA E NOTAS PARA A HISTÓRIA DA PARAÍBA: o lugar do período holandês.**

Nesta última parte destacaremos as obras de Maximiano Lopes Machado e de Irineu Pinto que selecionamos para análise, respectivamente, *História da Província da Paraíba e Datas e Notas para a História da Paraíba* e, fundamentalmente, procuraremos discutir o tratamento que ambos dão à ocupação holandesa na Paraíba, de forma a demonstrar como contribuíram para a elaboração de uma cultura histórica típica do IHGP que ainda hoje é bastante influente na sociedade local. Compreendemos tais obras como, se não as principais e mais influentes da historiografia paraibana até muito recentemente, pelos menos como duas das principais.

Neste sentido, consideramos que seja importante situar o conceito de historiografia com o qual estamos operacionalizando a nossa análise.

##### **4.1. O Lugar da Historiografia**

O termo “historiografia” tem uma longa carreira, desde o seu sentido mais antigo quando era associado às longas listagens de obras de história e seus autores, até o presente, quando o estudo historiográfico passou a ser considerado como “o estudo da história dos escritos, métodos e as respectivas controvérsias” (SILVA, 2001, p.26), devendo, portanto, ser considerado como parte da história da história.

Até o século XVIII, os estudos historiográficos estavam baseados em listas de títulos e autores organizadas por ordem cronológica segundo as publicações. Ocorre que a concepção moderna de historiografia, resultado de um amplo processo de acúmulo de pesquisas e contribuições, ultrapassou esta visão. O trabalho dos historiadores foi, desde então, se constituindo e sendo pensado, em diferentes momentos, como reconstruções/discursos/explicações da realidade. No entanto, e apesar dessas transformações, o papel da historiografia parece ter uma base comum se o compreendemos como Arruda e Tengarrinha (1999):

cabe à historiografia não uma reflexão sobre a história, enquanto conjunto da produção humana, mas, fundamentalmente, sobre o conhecimento histórico, ou seja, a reflexão sobre a produção dos historiadores ou, em termos correntes, sobre as obras históricas... a abordagem historiográfica, (...) busca a compreensão da história através das obras históricas, das visões ou teorias que as orientaram ou circunstanciaram (1999, p.11-12).

A construção de uma história da historiografia tem sido objeto de inúmeros estudos recentes, no Brasil e no exterior, como os de Rogério Forastieri da Silva (2001), H. W. Blanke (2006), entre outros, que se dedicam à pesquisa acerca dos propósitos, dos empenhos historiográficos, dos tipos e das funções dessa história da história, ou seja, tratam da historiografia em geral, bem como da sua diversidade e dos múltiplos enfoques que lhe são aplicados.

Blanke, por exemplo, aponta um tipo desta história da historiografia que é bem interessante, a “história dos historiadores”, afirmando que o retrato pessoal de cada historiador é fundamental para descrever um outro tipo que ele considera salutar, “a história das obras”, ou seja “a história da matéria é contada como a história de um gênero literário particular” (In: MALERBA, 2006, p.30). Outras possibilidades seriam a construção da “história social dos historiadores”, da história da historiografia como história social e, por fim, da história da historiografia teoricamente orientada, que seria uma tentativa de entender como a disciplina se desenvolve no interior de uma discussão metateórica, que é uma análise mais complexa “e que pode localizar e resgatar projetos fracassados” (In: MALERBA, 2006, p.32). É indispensável, segundo ele, a investigação dos modelos tradicionais para operar a crítica, ou seja, buscar fundamentos que dêem sustentação ao que os historiadores se dedicaram a escrever, e conseqüentemente, criticar. Entender as ideologias é outro aspecto importante para a apreensão de como se dá a reconstrução histórica. Enfim, a historiografia seria “a história do discurso - um discurso escrito e que se afirme verdadeiro - que os homens têm sustentado sobre seu passado” (CARBONELL, 1981, p.6)

Segundo Silva (2001) os estudos de Eduard Fueter<sup>96</sup> constituíram-se como o trabalho pioneiro desta área. Ele se propunha a analisar os historiadores e suas obras a partir da construção do Estado Nacional, usando vários critérios de periodização da história da historiografia e trabalhando com a história intelectual ou das idéias. Embora se voltasse aos modelos assentados na construção de longas listagens, tratava-se de um estudo pioneiro. Benedetto Croce, contemporâneo de Fueter, tentou fazer uma distinção entre história e historiografia. Croce defende a tese de que a “construção de uma sociedade em torno de um Estado, para além de seus aspectos materiais, se faz também por intermédio de seus intelectuais” (SILVA, 2001, p. 61).

No que se refere aos métodos para a operação da história da historiografia Mastrogregori nos apresenta uma diversidade deles que vão desde o método bibliográfico, até

---

<sup>96</sup> Eduardo Fueter (1876-1928), historiador suíço que escreveu, em 1911, uma *História da Historiografia Moderna* a partir da qual verificou-se um movimento crescente nas publicações especializadas em historiografia.

o mais erudito (mais rebuscado), filosófico, científico. Segundo ele, a história da história seria uma “tradição das lembranças”, ou seja, uma tentativa de reconstrução da história, a partir de critérios que se fundamentam naquilo que o(s) autor(es) se dedicam a estudar, e conseqüentemente, a escrever. A história da história, tida como uma perspectiva da “tradição das lembranças” é, para Mastrogregori, a tentativa de:

estudar os textos de história como elementos de um desenvolvimento histórico mais geral, amplo e variado, em que as atividades de diferente natureza também desempenhassem um papel: a isso eu chamaria, justamente, de tradição das lembranças (In: MALERBA, 2006, p.68).

Rogério Forastieri da Silva (2001)<sup>97</sup> faz uma análise sobre os estudos historiográficos gerais, do passado até às questões mais atuais, destacando desde os seus propósitos, sua diversidade, seus empenhos, os seus múltiplos enfoques até a sua consolidação. É a partir da tipologia apresentada por este autor que situamos nossa proposta de análise historiográfica, dentre aquelas que

têm como alvo um autor e o conjunto de suas obras, ou uma comparação entre autores e algumas de suas respectivas obras, que pode ter por interesse investigar, por exemplo, a forma ou estilo de escrita, ou a forma que os autores objeto de comparação vieram a tratar de determinados temas ou dentro de um mesmo período da história da historiografia comparar autores (2001, p. 22)<sup>98</sup>.

Enfim, adotamos a perspectiva que considera a historiografia como produto de um tempo. Produto esse que, ao ser analisado, revela não apenas os procedimentos da operação realizada pelos historiadores que o produziram, mas também revela a sociedade em que tais historiadores viviam. Portanto, consideramos que há, na obra dos historiadores, uma relação estabelecida com a “verdade” possível sobre uma sociedade, em um tempo passado determinado. Por esta razão, reafirmamos a posição de Carbonell: “a historiografia é um produto da história e revela com clareza a sociedade que a gerou” (apud MALERBA, 2006, p.21). É nessa perspectiva que, a seguir, nos aproximaremos das obras dos autores que

---

<sup>97</sup>SILVA, Rogério Forastieri da. *História da Historiografia*: capítulos para uma história das histórias da historiografia. São Paulo: EDUSC, 2001. Neste livro, originalmente sua tese de doutorado, além de trabalhar com os enfoques já citados acima, o autor discute também, em outro momento, como a Nova História influenciou os estudos historiográficos.

<sup>98</sup> O autor ainda aponta como tipologias para estudos historiográficos, os modelos nacionais, aqueles que possuem por alvo apresentar a historiografia de um determinado país; outros que têm por finalidade saber como um tema vem sendo tratado ao longo do tempo e aqueles que são mais gerais e amplos (SILVA. *Op.Cit.* p.22).

selecionamos para o nosso estudo sobre o período holandês, Maximiano Lopes Machado e Irineu Ferreira Pinto.

\*\*\*\*\*

## 4.2. As Obras

### 4.2.1. *A História da Província da Paraíba de Maximiano Lopes Machado*

A *História da Província da Paraíba*, a principal obra de Machado, apresenta discussões sobre vários aspectos do período colonial, dentre os quais o do domínio holandês na Paraíba. Antes da sua publicação sob a forma de livro, muitos apontamentos da mesma “foram apresentados em sessões do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano e no jornal *Gazeta do Sertão*, de Campina Grande, dirigido pelo historiador Irineu Joffily” (GUIMARÃES, L. H, s/d, p.9). A obra teve, até o momento, apenas duas edições, a primeira em 1912, pelo governo do Estado da Paraíba e, a segunda, em 1977 [fac-similar], pela Editora Universitária da Universidade Federal da Paraíba e está organizada em dois volumes, sendo o primeiro, objeto de nossa análise. Trata-se de um livro de 322 páginas que aborda os temas relacionados aos séculos XVI e XVII, estendendo-se da “descoberta” do Brasil até o fim do período holandês. É justamente entre os capítulos seis e doze que o autor faz as suas observações sobre as invasões holandesas na Paraíba, que analisaremos na última parte deste capítulo.

O autor apresenta, em notas de rodapé, as referências documentais e bibliográficas que utiliza no livro: inúmeras crônicas dos séculos XVII e XVIII, como as de Frei Jaboatão, Frei Manuel Calado, Frei Raphael de Jesus, Pierre Moreau, Gaspar Barléus, Roloux Baro, Rocha Pitta e obras de autores do século XIX como Francisco Adolfo de Varnhagen, Alexandre Herculano, Abreu e Lima, Cândido Mendes de Almeida, José Higino Pereira, entre outras. Trata-se de um livro extenso, com inúmeras notas explicativas, que não contém ilustrações, nem gráficos, listas, tabelas, ou qualquer outro recurso gráfico.

Machado foi bastante influenciado pelas idéias liberais do século XIX, século que foi um diferencial para a investigação em História, pois foi nele “que a historiografia começou a se constituir como uma disciplina autônoma” (ARÓSTEGUI, 2006, p.93). É nesse contexto historiográfico que devemos, também, situar o historiador e político Maximiano Lopes Machado. Sobre seu trabalho intelectual destaca-se o seguinte comentário de Alfredo de Carvalho, cerca de quinze anos após a sua morte:

...possuía muita actividade e uma intelligencia bem cultivada. Prestou bons serviços às letras parahybanas e ao nosso instituto [refere-se ao IAGP]. Com sua morte talvez venha a desaparecer o “Almanack da Parahyba” excellente annuario destinado a salientar a vida economica, industrial, agrícola, política, commercial e litteraria da Parahyba (1909, p. 282).

Como membro do IAGP esteve numa situação mais cômoda ao escrever a *História da Província da Paraíba*, do que na época de *Quadro da Revolta Praieira*. Neste trabalho percebe-se o esforço por aparentar maior “neutralidade”, no sentido de evitar os ataques frontais ao governo central que estavam presentes em seus outros trabalhos, embora, em certas passagens, exponha suas idéias oposicionistas com grande intensidade.

No “Prólogo” que escreveu para o livro, Maximiano Lopes Machado afirma que não basta ao historiador afirmar e reconhecer o valor das coisas, mas que é preciso prová-lo e isso se faz com “a autoridade dos documentos recebidos do passado” (1977, p.IX). Em sua definição do papel do historiador fica clara também a sua formação e a sua atuação como homem da justiça:

O historiographo ... não é o orador que procurar convencer pelo attractivo de palavras floridas, inflammado por manifestações de fogo poético. O seu fim é outro, expor os factos e sobre elles o seu juiso com critério e rectidão, como o juiz que, depois de averiguar as provas, sentencia na conformidade das leis ... (1977, p.VIII).

Para tanto, para provar o que afirma, busca informações em cartas de doações de sesmarias e mercês, em diversas cartas régias, em alvarás, muitas delas extraídas da *História Geral do Brasil* (1854) de Varnhagen. Por ter uma visão influenciada pelas posições e conquistas do positivismo histórico<sup>99</sup>, então hegemônico, considerava os documentos por ele analisados como expressão e fonte de verdade, mas tentava, ao máximo, por outro lado, a “imparcialidade”. Por outro lado, frisa as dificuldades para acessar os documentos que utilizou e, ao mesmo tempo, nomeia os acervos consultados:

Fizemos o que esteve ao nosso alcance para obtel-os ainda que com sacrificio de tempo e trabalho, e si os nossos esforço poderam ser corôados de alguns resultados nas pesquisas feitas pelas secretarias dos governos de Pernambuco, Parahyba e Thesoiraria deste Estado, outro tanto não conseguimos do archivo da S.Casa de Misericórdia e da Thesoiraria da Fazenda de Pernambuco, aqui por ter um inspector ordenado a queima dos

---

<sup>99</sup> No caso brasileiro, o positivismo ganhou conotações distintas do europeu e serviu de embasamento social-filosófico-político para vários movimentos políticos do século XIX, como a campanha abolicionista e o advento da República, discussão que retomaremos no capítulo seguinte.

papeis velhos do archivo, e alli pela limpa geral feita pela commissão do governo (1977, p.IX).

Referia-se aqui, mais uma vez, tópico que se repetiria à exaustão em toda a obra, ao fato de que o governo monárquico havia feito recolher, ao Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, tudo o que havia nas Casas de Misericórdia e secretarias das Províncias, com o intuito de se escrever a história do Brasil. A precariedade dos acervos locais remanescentes é bastante destacada por Machado, a exemplo dos cartórios dos conventos de São Francisco e do Carmo que tiveram seus documentos devastados pelo tempo e pelo abandono. Informa, no entanto que para sua obra, e essa é a sua grande novidade, pudera contar com os

importantes subsídios, adquiridos na Hollanda por deligencia do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano, e pelas atencões e gentileza do Governo de Haya em concedel-os (...) até então ignorada ou quando muito limitada à poucas linhas, segundo o suave cogitar do emérito escriptor do Rio de Janeiro [referência a Varnhagen] (1977, p.IX).

O próprio Maximiano Lopes Machado se apresenta, ainda neste prólogo, como um historiador/pesquisador voltado para esta concentração do “saber” perseguindo a exatidão, a clareza, a verdade. São estes os termos que acompanham o seu pensamento, pois acreditava, assim como a crítica que se seguiu durante a apresentação dos capítulos da obra nas sessões do IAGP e, principalmente, após a sua publicação, em 1912, que ela era *sui generis*, indispensável para as reflexões, indagações, entendimento de contextos da história paraibana. A primeira obra a ser escrita sobre a história da Paraíba. Este era o objetivo que perseguia e que também expressava a sua compreensão de como a história do Brasil deveria ser produzida, vinculando o contexto local ao contexto geral:

É só com o enfeixe das histórias parciaes que poderemos obter com exactidão este desejável resultado. Cumpre-nos agora dar as razões do methodo que seguimos na exposição dos fatos. Achamos de bom acerto lembrar, ainda que por alto, mas sem prejuizo da clareza e verdade, certos factos geraes que, parecendo a primeira vista extranhos à historia particular, a reflexão e o estudo conseguiram descobrir nelles o ponto de partida de successos reservados à narração especial, e por isso mutuamente comprehendidos como partes de um grande todo. (MACHADO, 1977, p. V).

Nesta obra, que foi elaborada antes da criação do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP) ocorrida, como já vimos, apenas em 1905, é possível identificar

características que modelariam a concepção de história local (entendida como história da Paraíba) de tal instituição: a exaltação da bravura do paraibano, o seu amor à pátria e aos ideais republicanos, a sua índole pacífica e, portanto, o seu apreço pela diplomacia. Em Machado tais características podem ser claramente identificadas, por exemplo, em sua apologia ao heroísmo de André Vidal de Negreiros, personagem fundamental para a afirmação dessa identidade paraibana.

Nas duas edições foi publicado o referido prólogo do próprio Maximiano Machado em que aborda vários temas, dentre eles como já mencionamos, as dificuldades das pesquisas, criticando a atuação de alguns historiadores, a exemplo de Varnhagen que, segundo ele, estavam apenas preocupados com a história do sul do Brasil, deixando no esquecimento as capitanias do Norte. Diz:

Infelizmente o governo geral, no regime monarchico, entendeu abafar o sentimento do amor das nossas tradições e feitos patrióticos, fazendo recolher ao archivo publico do Rio de Janeiro tudo quanto pelas secretarias das Províncias e Casas de Misericordia podesse servir ao estudo particular e completar o que faltava referir (p. III).

Nesta passagem, mais uma vez, percebemos a insatisfação de Maximiano Lopes Machado com relação às iniciativas da monarquia brasileira que havia tomado medidas que contribuíam para o esquecimento da história das províncias do Norte, a exemplo da centralização da documentação na Corte e, principalmente, com o apoio à obra de historiadores do Sul, ou seja, a Varnhagen, que haviam escrito a história daquela região como sendo a expressão da história do Brasil. Segundo ele, tais obras são “incompletas por terem concentrado no sul a narrativa e a critica histórica” (p. II). Esta posição centralizadora do império foi um forte motivo que inspirou Machado a escrever a *Província da Paraíba*, para a qual “a busca foi mais completa, por ser a sua historia mais opulenta em factos que se prendem ao movimento geral” (p. IV).

No prefácio da primeira edição, datado de janeiro de 1912, de autoria de João de Lyra Tavares<sup>100</sup>, são traçados alguns elementos da biografia do autor e também da gênese e escrita

---

<sup>100</sup> Foi sócio do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. Nasceu em Goiana (Pernambuco), a 23 de novembro de 1871. Ainda criança, fixou residência no Rio Grande do Norte, onde militou na imprensa. Destacou-se como ardoroso propagandista da Abolição. Transferindo-se para a Paraíba, foi eleito e reeleito Deputado e, por fim, Senador pelo Rio Grande do Norte. Exerceu o magistério como professor do Liceu Paraibano e da Escola Normal. Pertenceu à Guarda Nacional no posto de Tenente-Coronel. Colaborou assiduamente na imprensa, em especial em *A República*. Editou, por muitos anos, o *Almanaque do Estado da Paraíba*. Escreveu: *Apontamentos para a História Territorial da Paraíba, Pontos de História Pátria e Economia e Finanças dos Estados*. Faleceu

da obra. O prefaciador diz que se sentiu feliz em escrevê-lo já que havia sido uma das forças vivas que lutaram para que a obra fosse publicada, depois de vinte e dois anos de ter sido escrita: “sinto-me feliz ao encerrar este serviço por haver podido corresponder aos patrióticos desejos do chefe do governo, tornando efectiva a publicação da *História da Parahyba*” (In: MACHADO, 1977, p.LV). Ainda segundo Lyra Tavares, já em 1886, o Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, intercedera junto à Assembléia Provincial da Paraíba pela sua publicação. Embora tenha sido aprovada, o governo, conservador, diga-se de passagem, não o fez alegando falta de recursos. Esta atitude teria sido uma represália às posições liberais de Machado. A publicação seria, enfim, autorizada durante a gestão de João Lopes Machado, sobrinho de Maximiano, que governou a Paraíba entre 1908 e 1912.

Lyra Tavares retoma o tema da clareza, exatidão e verdade para afirmar a qualidade da obra de Machado:

Alli os factos são narrados por elle com a fidelidade de um chronista, sem exclusão dos ornatos que revestem as suas reflexões, os episódios que amenizam a narração e a descripção dos lugares e personagens que se prendem naturalmente ao assumpto principal...

... sem afastar-se da verdade histórica conhecida, move-se livremente o nosso consocio nos limites dessa verdade, inventando as circumstancias, traçando os lugares, creando os personagens, penetrando-lhes os pensamentos e pondo-lhes nos labios o dialogo; e, si nem sempre refere o que realmente se deu, o que effectivamente se passou, narra o que poderia ter acontecido, o que era verossimil que se desse, entremeiando muitas vezes a narração das circumstancias favorecidas pela tradição popular (in: MACHADO, 1912, p.XXI).

A edição de 1977, que utilizamos para nossa análise, é iniciada com um alentado e importante prefácio de 57 páginas de autoria do professor e também membro do IHGP, José Octávio (de Arruda Mello)<sup>101</sup> que destaca “o liberalismo, o radicalismo e o revisionismo”

---

no Rio de Janeiro, aos 28 de dezembro de 1930. Estas informações foram retiradas do sítio eletrônico do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, acesso em 23 de julho de 2009.

<sup>101</sup> José Octávio é professor aposentado do Departamento de História da Universidade Federal da Paraíba, membro do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba. Escreveu vários livros sobre a Paraíba. Em sua bibliografia constam centenas de artigos publicados em jornais e revistas especializadas, como as do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e da Academia Paraibana de Letras, em Anais de eventos, na Fundação Joaquim Nabuco, entre outras. É editor da Revista da UNIPÊ e secretário da comissão editorial da mesma. É também organizador de dezenas de publicações, incluindo a série *Brasil, Tempo e Cultura*, do Governo Estadual; autor de inúmeros prefácios e de obra numerosa e diversificada, destacando-se: *A Revolução Estatizada* (1982 e 1992); *O Brasil na Primeira Guerra Mundial ou Estado Novo* (1988); *História da Paraíba* (já na 6ª edição - 1994/2000); *1964: a dimensão global* (1988); *O Problema do Estado da Paraíba* (2000); *Sociedade e Poder*

presentes nesta primeira história da Paraíba. Segundo o prefaciador, Machado era tão liberal que se tornou um radical:

seja porque se houvesse batido de armas na mão pela praia, como juiz municipal em Areia, no ano de 1849, seja pelos pronunciamentos abolicionistas que emitiu na Assembleia Provincial de Pernambuco, ou ainda pela firmeza e continuidade de suas convicções republicanas e liberais, Maximiano Lopes Machado bem pode ser considerado em autêntico radical (In: MACHADO, 1977, p.15).

Ainda a respeito de seu radicalismo aponta que o mesmo se explica “também por seu temperamento (...) [um] “galo de campina, pronto para a arremetida, baixo, atarracado, o pescoço taurino, a barba compacta, os olhos flamejantes, uma postura toda ela dinâmica” (p.20). Sobressai neste prefácio esta identificação de Machado com o radicalismo, algo que está associado não apenas ao seu temperamento, mas fundamentalmente à sua posição política.

Ainda segundo ele, Maximiano Lopes Machado foi um crítico forte e “implacável de Varnhagen e Pereira da Silva, sobre a concepção historiográfica oficiosa e cortesana” de ambos (p.18). Ressalta que, apesar de ter nascido no século XIX, foi um homem do século dezoito, pois:

Quanto à Teoria da História encontrei algo de Vico pela noção de processo que distila, de Montesquieu pela concepção imanente da História e recusa à concentração do poder. Bem mais forte, porém, é a presença de Spencer, cujo evolucionismo alimentava as utopias liberais do século XIX (p.19).

Concordamos com a posição do professor José Octávio quando encontra em Maximiano Lopes Machado características destes “iluminados”. De fato, escreve seu texto de maneira sequencial, processual, apresentando os fatos esquematicamente, mas com lógica e interpretação apurada. O repúdio às decisões que eram tomadas pelo império do Brasil é evidente no seu pensamento, ou seja, tal como Montesquieu, repudiou a concentração do poder no Rio de Janeiro, capital do império. A influência spenceriana de caráter liberal é, em tese, uma das mais fortes inspirações de Machado “a par de suas frequentes alusões ao progresso e à civilização” (p.19).

Concordamos também com Octávio quando este afirma que, na historiografia paraibana, podem ser identificadas três grandes linhas interpretativas importantes e influentes ainda hoje, a saber: 1) a da cronologia documental de Irineu Ferreira Pinto; 2) a de Irineu

Joffily e, 3) a de Maximiano Machado, os dois últimos tendo sido os primeiros idealizadores desta historiografia. Em sua leitura, a principal influência sobre Joffily foi a do historiador Capistrano de Abreu e isso se evidencia no cuidado com que trata os aspectos geográficos da província e também na forma como substitui a ordenação cronológica pela ordenação temática na construção da sua narrativa; já Maximiano Machado teria sido muito influenciado por Varnhagen, pelo menos na forma, apoiada na monumentalidade, no tratamento “exaustivo, por vezes até cansativo porque minucioso” (p.30). Octávio diz que é fácil perceber “a concepção arquitetônica” elaborada por Machado, quando diz que embora repudie Varnhagen por seu oficialismo, rende-se, porém, ao seu “modelo monumental de História compacta e cronológica” (p.30). Por outro lado, dele se distancia por seu espírito crítico e por suas interpretações mais liberais e anticoloniais. Embora considere o aspecto formal o que mais aproxima Maximiano de Varnhagen, o próprio José Octávio não deixa de demonstrar que essa filiação é muito mais significativa, pois o autor paraibano faz, ao longo da sua obra, inúmeras referências ao Visconde de Porto Seguro e, principalmente, funda a história da Paraíba no mesmo marco que aquele fundou a história do Brasil: na história de Portugal, embora não se posicione em defesa da coroa portuguesa. Só depois se segue a apresentação dos povos indígenas e seu *habitat*. Outros pontos os aproximam, conforme bem o demonstra o prefaciador:

De Varnhagen também derivarão, em “História da Província da Parahyba”, a fórmula por este inaugurada em opor Vidal de Negreiros a João Fernandes Vieira, o anti-jesuitismo, a condenção da Inquisição e uma certa simpatia por Pombal... (p.31)

No que se refere à estrutura da obra, “a *História da Província da Paraíba* é simétrica, possuindo seus capítulos mais ou menos as mesmas dimensões, permitindo-se por isto mesmo, o fácil reconhecimento de cinco partes distintas ...” (p.32). São estas cinco partes: 1) conquista e colonização; 2) expansão da conquista e invasões; 3) organização político-social e administração colonial; 4) Pombal, companhia de comércio e união Paraíba- Pernambuco, sociedade colonial e, 5) a onda liberal. As três últimas ocupam o tomo II, que não é foco de nossa análise. Apesar de tanta informação, o professor diz que a obra resultou incompleta:

O acaso, porém, não lhe desfavoreceu, no sentido de que, em consonância com toda atividade política e intelectual do autor, suas últimas páginas [do volume II] resumam o liberalismo, como expressão daquela liberdade “antes confusa que nenhuma” de que o dr. Machado fez-se genuíno campeão (p. 54).

Nestas últimas páginas o autor dedica-se às idéias liberais que alimentaram a independência dos Estados Unidos da América e à sua penetração no Brasil, em especial ao seu impacto sobre homens como Manoel de Arruda Câmara e sobre aqueles que fundaram o Areópago de Itambé, que estaria na base da Revolução de 1817.

Maximiano Machado, na *História Província da Paraíba*, elabora, como já vimos, uma história geral sobre a Paraíba, fazendo um estudo embasado nas obras de vários autores, muitos dos quais foram seus contemporâneos no IAGP. Porém, aquele a quem referencia com mais freqüência é Varnhagen e, embora siga de perto o roteiro da obra daquele historiador, é também a ele que dirige a maior parte das suas críticas. Críticas estas que se concentram, primeira e substancialmente, no fato de considerar que Varnhagen escreveu uma história da colônia assentada fundamentalmente nas capitanias do Sul, e pouco ter se importado, como já vimos acima, com as do Norte. Machado entende que estas deveriam ter a sua história escrita pelo esforço dos historiadores locais, pois considerava inadmissível, por exemplo, que a uma capitania como a de Pernambuco, que sempre esteve à frente de movimentos nativistas, como a Insurreição Pernambucana, que enriqueceram sua história, não fosse reservado um lugar destaque na história do Brasil. E que movimentos como a Revolução de 1817 fossem considerados, tanto por ele quanto por Pereira da Silva, como uma “revolução improvisada”, sem grande importância. Considerava que sua obra deveria cumprir o objetivo de restabelecer a verdade histórica que esses dois autores haviam falseado (GUIMARÃES, s/d, p.17).

A *História da Província* é cronologicamente muito abrangente, no sentido de que trata de questões referentes à história da Paraíba entre séculos XVI e XVIII. No percurso de toda a obra o autor faz observações detalhadas e minuciosas, descrevendo episódios que marcaram a história local. A situação política de Portugal antes da descoberta do Brasil é um tema muito estudado, além da administração portuguesa, até chegar ao tópico das invasões holandesas e às atuações de Maurício de Nassau e de André Vidal de Negreiros, como expoentes do processo. O estudo sobre as ordens religiosas também recebeu especial atenção, juntamente com a política do Marquês de Pombal e a questão dos índios.

Existiram muitas dificuldades para a execução da obra, desde a fase da pesquisa até a sua publicação. Uma delas esteve ligada à postura radical do autor e às suas idéias liberais contrárias aos interesses da Corte, conforme já dissemos. No entanto, tais dificuldades não impediram que a obra fosse extremamente elogiada nas sessões do IAGP e IHGP, onde partes do livro foram lidas/discutidas antes da publicação.

Vários autores, a exemplo de Luis Hugo Guimarães (s/d, p.18) não apenas a consideram como a mais importante história da Paraíba, mas a Maximiano Machado, como não apenas o primeiro historiador paraibano, mas o principal deles.

#### **4.2.2. A *Datas e Notas para a História da Paraíba* de Irineu Ferreira Pinto**

As *Datas e Notas para a História da Paraíba* de Irineu Pinto foram, como já dissemos anteriormente, publicadas em dois volumes. O primeiro cobre os acontecimentos que vão de 1501 a 1820, enquanto que o segundo de 1821 a 1862, e foram lançados, respectivamente, nos anos de 1908 e 1916 e reproduzidos, em edição *fac-similar*, em 1977, pela editora da Universidade Federal da Paraíba, versão que utilizamos em nossa análise. Os livros têm o intuito de aglutinar uma exaustiva quantidade de informações e documentos relativos à Paraíba, apanhados, segundo o autor, nos arquivos deste estado, muito embora não mencione quais fossem. A sua organização interna se dá em torno do estabelecimento de uma cronologia, por séculos e anos, utilizando, para recompor o fluxo dos acontecimentos, além da documentação compulsada em suas peregrinações pelos arquivos locais, vários documentos extraídos da obra de Varnhagen e das de outros cronistas e historiadores. É importante destacar, como bem nos lembra Circe Bittencourt (1992/1993, p.208-212) que este tipo de obra se tornara freqüente preocupação dos historiadores brasileiros, em especial dentre aqueles que se dedicavam à escrita de materiais escolares, pelo menos desde a década de 1860 quando cresceu o número de compêndios de História do Brasil editados. A partir do período regencial houve um esforço por parte dos autores no “sentido de selecionar os acontecimentos considerados históricos e, principalmente, de ordená-los em períodos encadeados e coerentes” (*op.cit.*, p.209)<sup>102</sup>. Essa cronologia, continua a autora, “deveria ser estruturada por uma datação minuciosa, de ordem quantitativa ou aritmética” (*idem*).

Embora na obra de Pinto essa ordenação cronológica seja bastante acentuada, bastante marcante, ele próprio, na explicação quanto aos seus objetivos, enfatizava a preocupação com a reprodução dos documentos. E essa foi a principal qualidade anotada por seus contemporâneos à época em que o livro foi publicado, a exemplo de Theodoro d'Albuquerque:

---

<sup>102</sup> Exemplos de obras dessa natureza que Bittencourt aponta, são as de Caetano Lopes de Moura (*Epítome cronológico da história do Brasil, para uso da mocidade brasileira*, publicada em Paris em 1860), de Estácio de Sá e Menezes, na verdade um pseudônimo do cônego Fernandes Pinheiro (*História do Brasil contadas aos meninos*, de 1870), a de Joaquim Manuel de Macedo, admirador da obra “do Sr. Varnhagen, que especialmente em verificação de fatos e datas é a melhor de quantas até hoje estudado” (*Lições de história do Brasil para uso das escolas de instrução primária*, de 1875) e a de Joaquim Maria de Lacerda (*Pequena história do Brasil por perguntas e respostas para uso da infância brasileira*, de 1887), dentre outras.

[Irineu] não se arroga títulos de historiador e confessa lealmente ter sido seu intuito reunir em volume grande copia de documentos relativos à história da Parahyba, apanhados por elle com grande trabalho nos archivos do seu Estado (*RIHGP*, v.1, 1909, p.287).

Theodoro de Albuquerque diz ainda, na mesma revista, que a obra “encerra o valor de um trabalho destinado a preencher largos sulcos na história paraybana” (1909, p.292). Coroliano de Medeiros, também no primeiro volume da Revista do Instituto, diz que:

não se trata de uma história no sentido lato ou restricto do termo; não se trata da reconstrução de todo passado vivo da Parahyba, mas de uma chronologia feita com methodo, repousando sobre os dizeres de antigos documentos extraídos dos archivos públicos e religiosos e algumas vezes fornecidos pelos particulares (*RIHGP*, v.1, 1909, p.289).

Estes trechos demonstram como os próprios colegas de agremiação avaliam o trabalho de Irineu Pinto, que é o de excelente compilador, pela precisão com que localizou, mapeou e organizou os documentos encontrados nos arquivos. No entanto, eles próprios distinguem esse trabalho de compilação do ofício do historiador, ou seja, já percebiam os limites da obra nesta seara, pois entendiam que o fazer história significava ir além da reunião de dados.

Também sobre a importância da obra de Irineu, Alfredo de Carvalho faz uma apreciação no artigo *Uma História da Paraíba* também publicado no mesmo volume 1, de 1909. Na oportunidade destaca que a obra, mesmo não sendo a primeira a ser escrita especificamente sobre a Paraíba, era a primeira a ser publicada, e era tão relevante quanto a de Machado:

Um destes obreiros prestimosos acaba de se nos revelar o Sr. Irineu Ferreira Pinto, sócio fundador e bibliotecário do IHGP, dando à luz ao primeiro volume das suas *Datas e Notas para a História da Parahyba*. Infeliz e inexplicavelmente ainda inédita a excellente *História da Província da Paraíba* elaborada, com rara proeficiencia pelo saudoso dr. Maximiano Lopes Machado, (...), ainda não possuíamos publicado nenhum estudo geral sobre o passado do visinho Estado do Norte (p. 286-287).

Ainda sobre a forma como escreveram e os métodos que empregaram, Alfredo de Carvalho, na mesma revista afirma que:

Uma das prescripções elementares do methodo histórico consiste justamente no exame e na critica preliminar da idoneidade dos autores, inquirindo das fontes em que beberam e procurando sempre e de preferencia remontar até as mesmas, as mais das vezes de possível e fácil acesso (p.288).

Celso Mariz, por sua vez, considera a obra de Irineu Pinto um guia indispensável e sobre ela diz que “nem de crítica, nem de generalização, mas obra de achado, de cópia, de salvação de indícios e provas, obra contra o tempo, o carruncho e a poeira, os maiores inimigos da documentação” (*RIHGP*, vol.13. p.27).

Desta forma, percebemos que os autores que escreveram em 1909 formavam um unísono no sentido de destacar Irineu Pinto como salvador, coletor, guardião dos documentos. Completando esta hipótese Medeiros afirma: “se o estylo da obra é por vezes pobre e desalinhado tem a compensação de uma sinceridade indiscutível que mais preocupou o autor, voltado mais à verdade do que a fantazia das phrases sonoras” (*RIHGP*, 1909, p.289-290). Observando os materiais das revistas percebe-se a clara exaltação a Irineu Pinto.

Sobre a organização da narrativa na obra propriamente dita é importante destacar que se faz com base na seleção e transcrição de documentos oficiais, enfatizando as ações e os interesses das camadas dirigentes e das classes dominantes; trata-se, portanto, de uma ampla documentação que se circunscreve à elite da sociedade paraibana. Como exemplo, pode ser destacada a enorme atenção dada aos cargos e às comendas. Suas escolhas, enquanto historiador, o levaram para determinados acontecimentos e personagens que serão recorrentes na historiografia local a partir de então.

Em *Datas e Notas para a História da Paraíba* Pinto expressa, assim como Machado, as influências do século XIX, o século do historicismo. Partindo do pressuposto de que se escreve história “com documentos”, conforme entendiam os metódicos, Pinto define o seu percurso. Não deixa claros quais os critérios utilizados para selecioná-los, nem em quais arquivos encontrou aqueles que reproduz no livro. Sabe-se que, além dos arquivos paraibanos, em especial o arquivo do estado, fizera uma viagem a Portugal (em 1913) onde copiou, de próprio punho, quase quatro mil documentos relativos à Paraíba em toda a sua história. Seu primeiro volume, no entanto, foi escrito a partir da documentação salva do arquivo do estado, antes da sua visita a Europa.

A primeira edição, assim como ocorreu com a obra de Machado, também não foi facilmente publicada, o que só acabou ocorrendo com o apoio do IHGP, como aponta matéria do jornal *A União*, de 24 de janeiro de 1909:

Foi assim que o Instituto, favorecido pela lei orçamentária vigente do estado, em luminoso parecer de 15 de março de 1908, estas deu dever interpor o seu juízo favorável no sentido de ter o indispensável auxílio público a publicação de que vemos falando (in: *RIHGP*, n.1, 1909, p. 296).

Aliás, a repercussão da publicação na imprensa da época foi bastante positiva. O jornal *O Norte*, de 16 de janeiro de 1909, aponta que “constante de cerca de 400 páginas, formato grande, nitidamente impresso na “Imprensa Oficial”, o livro alludido deixa logo no espírito de quem o relanceia magnífica impressão” (in: *RIHGP*, n.1, 1909, p. 297). Já o jornal *Estado da Parahyba*, de 17 de janeiro de 1909, destaca a expressividade de Irineu Pinto: “um dos moços mais salientes de nosso meio litterario, mas de uma modéstia excessiva, recomenda-se a justa admiração de nossa sociedade, que faz justiça à sua competência” (in: *RIHGP*. n.1, 1909, p. 299).

Em Pernambuco a notícia também chegava com o mesmo teor que circulava na Paraíba. Também, em janeiro de 1909, o jornal *O Pernambuco* destaca em termos bastante elogiosos:

o seu autor vem reviver o passado de sua terra, investigando-lhe o principio de sua formação, os accidentes de sua história, costumes, luctas, e pondo principalmente em destaque os serviços dos seus grandes homens e o seu papel na formação da nacionalidade a que pertence (in: *RIHGP*. n.1, 1909, p.301).

Este trecho reflete, como inúmeras vezes já destacamos, o tipo de cultura histórica hegemônica na época, aqui representada pela crítica jornalística, assentada na valorização da particularidade dos povos e nos “accidentes” de sua história, mas especialmente na ação dos “grandes homens” e no reconhecimento de que a formação da nacionalidade derivou dessa ação. Irineu Pinto, segundo a crítica, preenchia todos esses requisitos.

A opinião sobre a qualidade da obra de Irineu Pinto atravessou o século XX, embora o elogio se assente sobre critérios diferentes. Na orelha da edição da UFPB, de 1977, a historiadora e hoje sócia do IHGP, Rosa Maria Godoy Silveira diz que o livro: “revela-se de um valor inestimável pela massa de dados que fornece sobre a História Paraibana, ainda e quase não totalmente trabalhada no conjunto da História nacional, e pela abertura que pode sugerir a pesquisa de caráter mais interpretativo”.

Este comentário é importante, porque sabemos que a obra abre um grande leque de investigação acerca de muitos temas da história paraibana, já que boa parte dela reproduz documentos de difícil acesso aos pesquisadores, tendo alguns, inclusive, desaparecido devorados pelo tempo, pelas traças e pelo descaso dos responsáveis.

José Pedro Nicodemos<sup>103</sup>, o prefaciador da obra na edição de 1977, traça para o livro de Irineu, o mesmo percurso que José Octávio traçou para o de Machado, no que se refere às influências recebidas do final do século XIX. Também faz um esboço de sua biografia, cujos elementos já recuperamos anteriormente. Com relação aos fatos que apresenta, Nicodemos diz que Irineu não os interpreta, pois “Fica na observação material do fato. Não tenta a operação analítica. Nele não se completa o processo historiográfico. Pára na heurística... na investigação factual” (1977, p.11).

Somos obrigados a concordar com Nicodemos, pois nos parece evidente que o processo historiográfico não se completou na obra de Pinto, pois se nele existe uma árdua preocupação com a cronologia e com a ordenação dos fatos, o mesmo não ocorre com a interpretação. Algo que é possível encontrar na obra de Maximiano Machado. O que mais enfatizou, foi a observação e organização dos materiais, deixando de lado a operação analítica dos mesmos, ou seja, parou na investigação factual e procurou conservá-los, organizando-os cronologicamente. Seu empenho maior foi mesmo a conservação dos documentos, pois entendia que, dessa forma, garantiria a conservação da história-conhecimento, o que caracteriza o pensamento e a prática dos historiadores metódicos. Sua obra também sofreu a crítica, ao nosso ver indevida, do historiador José Honório Rodrigues, que a julgou “acanhada”. Diz ele em *Historiografia e Bibliografia do Domínio Holandês no Brasil*, obra de 1949, que as *Datas e Notas*

não mereciam figurar nesta bibliografia não fora o desejo de apresentar os estudos regionais. Trabalho acanhado, limita-se a repetir o que se encontra nas obras impressas de historiadores nem sempre autorizados, utilizando-se, apenas, de um documento novo (*apud* GUIMARÃES, s/d, p.24).

---

<sup>103</sup> José Pedro Nicodemos também foi membro do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. Nasceu na cidade de Ribeirão, Pernambuco, no dia 1º de agosto de 1916, e faleceu em João Pessoa a 14 de março de 2002. Ocupou a cadeira 10 que teve, como patrono, Oscar de Castro, sendo seu fundador. Foi membro do Conselho Estadual de Educação da Paraíba e do Conselho Universitário da UFPB, por três mandatos. Esteve presente em vários congressos sobre História e Literatura, como participante ou como integrante das Comissões Organizadoras. Publicou os seguintes trabalhos: *O Direito Escrito e o Direito Consuetudinário*; *O Liberalismo francês e a Revolução de 1817*; *Aspectos ideológicos da Colonização Lusa*; *Estudos de História*; *À margem da Lei do Ventre Livre*; *Participação da Paraíba na Guerra do Paraguai*; *Antecipações liberais na Paraíba* (Trabalho a convite da Comissão do Sesquicentenário da Independência UFPE/SUDENE, no Recife, representando a Paraíba, publicado na revista Estudos Universitários da UFPE); *Influência Germânica na Historiografia Brasileira*; *A Contribuição Historiográfica de Frei Vicente do Salvador* (1º lugar em concurso de âmbito nacional, instituído pelo Departamento Cultural da UFPB); *A Revolução de 30 no Contexto Nacional*; *O Historiador e Historiografia*, prefácio a ensaio de José Honório Rodrigues; *Gilberto Freyre, Historiador Social*, conferência realizada no IV Seminário Paraibano de Cultura Brasileira, em homenagem a Gilberto Freyre, 1980; *A Ação Política de Caxias*, Conferência no IHGP. Pedro Nicodemos ingressou no Instituto Histórico e Geográfico Paraibano em 27 de outubro de 1956. Atualmente a cadeira 10 está sendo ocupada pela professora da UFPB, Regina Célia Gonçalves, desde fevereiro de 2009. Para maiores detalhes consultar [www.ihgp.net](http://www.ihgp.net). Acesso em 16 de julho de 2009.

Como dissemos acima, a crítica é indevida, e nisso concordamos com o pesquisador Guilherme Lins porque,

Se não é perfeita como nenhuma é<sup>104</sup>, constitui a partir de então o repositório único de centenas de documentos relativos à Paraíba desde o ano de 1675 até o de 1862, então existentes no “Arquivo Público do Estado”, onde o autor em tela pesquisou. (...) Para o período compreendido entre 1501 e 1675, em que se insere o domínio neerlandês, uma verificação mais atenta revela que ele se apoiou em [inúmeros] autores (...). Ainda para aquele período (...) entre os documentos inéditos ou já impressos, Irineu Ferreira Pinto valeu-se de um existente no “Livro de Bens” da Santa Casa da Misericórdia da Paraíba, de outro oriundo do Livro do Tombo do Mosteyro de São Bento da Parahyba, de mais um não menos importante, de autoria desconhecida, elaborada no princípio do Século XVII, o qual fora coligido na Europa por Francisco Adolpho de Varnhagen e ofertado ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro que o publicou somente em 1900 (...) Enfim, considerando-se o modelo cronológico adotado por aquele autor paraibano, sua obra é muitas vezes superior a análogas elaboradas, por exemplo, pelo General José Ignácio de Abreu e Lima, pelo Dr. Alexandre José de Mello Moraes e pelo Dr. José de Vasconcellos, além de outras (*apud* GUIMARÃES, s/d, p.24-25).

Com relação ao período holandês, trabalha como em toda a obra, de forma cronológica, ou seja, narrando os fatos por datas que vão de 1634 a 1654 e, a partir delas, vai “contando a história” desse período.

\*\*\*\*\*

### **4.3. Maximiano Machado e Irineu Pinto e a ocupação holandesa.**

#### **4.3.1. O Período Holandês na *História da Província da Paraíba***

Maximiano Machado deu uma grande contribuição para a historiografia paraibana quando, em uma das partes da sua obra, tratou do tema da ocupação holandesa na Paraíba (1634-1654), dedicando seis capítulos a esta temática.

Os autores em estudo seguem uma linha narrativa que prioriza os nomes, as datas, os acontecimentos. Evidentemente que cada qual tem a sua forma de escrita e de organização, mas, em tese, tratam do período da ocupação holandesa de maneiras diferenciadas. Machado aprofunda um pouco mais as discussões, interessado que estava não apenas na narrativa dos acontecimentos, mas também na defesa de seu ponto de vista. Por sua vez, Irineu Pinto restringe-se à ordenação da cronologia e à identificação de fatos que ocorreram nas datas selecionadas, sem a preocupação de estender a análise dos mesmos. O grande valor da sua

---

<sup>104</sup> Este mesmo autor, no livro *Uma Apreciação Crítica do Período Colonial na “História da Paraíba. Lutas e Resistência”* (João Pessoa: Felipéia, 2006, p.75-76) chama a atenção para a existência de algumas falhas na recuperação que Pinto faz dos acontecimentos datados entre 1501 e 1675.

obra está, como já foi dito, na recuperação que fez dos documentos coligidos nos arquivos do Estado, e que se tornaram guia de partida para os mais diversos historiadores que estudam o período colonial na Paraíba.

Logo de início, quando estamos lendo a obra de Machado, temos a sensação de que já havíamos realizado tal leitura antes, pois a maneira e até mesmo a organização do texto é muito parecida com a que fez Varnhagen, na sua *História Geral do Brasil*. E, com relação à ocupação holandesa que ocorreu de 1634 a 1654, Maximiano Lopes Machado, ao longo de sua obra, vai identificando muitos desses elementos apresentados pelos autores nos quais se fundamentou. Descreve-os minuciosamente, dando-nos a sensação de estarmos vivendo e vendo, como se fosse um filme, aquilo que vai narrando.

Buscando entender como Machado elaborou sua obra, localizamos algumas informações da sua base de consulta, conforme abaixo, e delas tentaremos mapear como tais autores o influenciaram na consecução do seu trabalho.

Alexandre Herculano de Carvalho e Araújo, nascido em Lisboa, em 28 de Março de 1810 e falecido em Santarém, em 13 de Setembro de 1877, foi um escritor romântico, historiador, jornalista e poeta. Suas principais obras que também foram lidas e citadas por Maximiano Machado estão: *História de Portugal: 1.ª época*, desde a origem da monarquia até D. Afonso III - 1846-1853. *História das Origens e Estabelecimento da Inquisição em Portugal - 1854/1859*. Machado bebe neste autor informações para o que trata principalmente da colonização portuguesa e de como funcionou sua administração no Brasil. Sobre o período holandês não será o autor que mais o influenciará. A exaltação à colonização portuguesa estará sempre presente na *História da Província da Paraíba*.

José Inácio de Abreu e Lima, nascido no Recife em 6 de abril de 1794 e falecido em 8 de março de 1869, foi militar, político, jornalista e escritor. Publicou, entre outros, os livros, *Compêndio de História do Brasil* (1843) e *O Socialismo* (1855). Também colaborou em vários jornais pernambucanos, entre os quais *Diário de Pernambuco*, *Diário Novo* e *Barca de São Pedro*. Foi, entretanto, como político que teve maior repercussão. Sua principal obra que instiga Machado a escrever a província da Paraíba é, de fato, o compêndio sobre a história do Brasil, pois nela identifica elementos que estão na sua análise, como, por exemplo, o apego à colonização portuguesa. O período holandês também foi fonte para Machado, já que Abreu e Lima teve, como guia, a obra de Gaspar Barleus, a *História dos Feitos*. Como tal autor foi um importante escritor do período, Machado, assim como Abreu e Lima, também se baseia nesta obra, que é um dos guias de referência para o entendimento da passagem holandesa pelas

terras brasileiras. É importante destacar que, assim como Machado, Abreu e Lima também teve vinculações ao partido liberal e se envolveu no conflito da revolta Praieira de 1848.

Francisco Augusto Pereira da Costa nasceu no dia 16 de dezembro de 1851, na antiga rua Bela, no Recife, filho de Mariano Pereira da Costa e Maria Augusta Pereira da Costa. Aos 20 anos, trabalhou como amanuense na repartição de Obras Públicas, depois na Conservação dos Portos, na Secretaria do Governo e na Câmara de Deputados de Pernambuco e, em 1884, foi Secretário do Governo do Piauí. Iniciou sua carreira, como jornalista, aos 21 anos, colaborando para com o jornal Diário de Pernambuco, do Recife, em 1872. Em 1891, já com a família constituída, bacharelou-se em direito pela Faculdade de Direito do Recife. Exerceu os cargos de Membro do Conselho Municipal do Recife e deputado estadual por Pernambuco, tendo sido eleito em 1901, pelo Partido Liberal. Foi também membro do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano onde recebeu o título de Sócio Benemérito. Segundo ele, o Instituto Arqueológico foi a sua escola, a sua tenda de trabalho onde encontrou grandes mestres. Foi, fundador da Academia Pernambucana de Letras e membro de várias instituições brasileiras, como os Institutos Histórico e Geográfico de Alagoas, Ceará, Paraíba, Bahia e São Paulo, entre outras. Deixou uma grande quantidade de obras, sendo a mais importante delas, os *Anais pernambucanos*, pesquisa em 10 volumes, ordenados, cronologicamente, onde podem ser encontrados vários assuntos da história e da vida pernambucana de 1593 a 1850. São dele também, entre outras, *A Confederação do Equador* (1876); *Dicionário biográfico de pernambucanos célebres* (1882); *Enciclopédia brasileira* (1889); *Folclore pernambucano* (1909); *Vocabulário pernambucano* (1936) e *Arredores do Recife*, reeditada pela Editora Massangana, em 2001.

Este autor é um dos que mais influencia Machado e foi contemporâneo do mesmo. Conforme Mello (1997, p.390-392), eles divergiram bastante, principalmente pelo fato de Pereira da Costa afirmar que a dominação holandesa foi mais proveitosa para Pernambuco do que a portuguesa, o que foi tenazmente combatido por Machado. Pereira da Costa afirmava, por exemplo, que nem mesmo os mais cruéis dos holandeses, se comparam com a crueldade dos portugueses. Assim, diferente de Maximiano Machado foi um profundo defensor da visão nativista do Brasil holandês, o que acarretou debates acalorados nos arredores do IAGP. Foi um escritor que sempre reafirmou a verdade histórica: “o que seria da verdade histórica se, por exemplo, a história das lutas entre duas nações modernas fosse exclusivamente escrita pelos historiadores de uma das rivais?” (MELLO, 1997, p.384). Ou seja, a história é uma disciplina que deve ser imparcial, pois os fatos são plausíveis de mudanças, e de parcialidades. Em tese, os dois discordavam bastante quando o quesito é o período da

ocupação flamenga, até como já foi dito anteriormente. Machado tece críticas aos holandeses, em contraponto a Pereira da Costa, afirmando que eles “havia praticado em larga escala o tráfico de escravos; e ao discordar da existência, no Brasil holandês, de uma liberdade religiosa autêntica” (MELLO, 1997, p.391). As divergências entre ambos resultaram em inúmeros artigos que estão publicados nas revistas do IAGP, bem como nos *Anais Pernambucanos* de Pereira da Costa, de onde Machado buscou inspirações para ir de encontro às suas idéias. Pelo menos em um capítulo eles concordam: que a passagem de Nassau trouxe significativas mudanças para o Brasil, no caso Recife, no que se refere à urbanização (MELLO, 1997, p. 387-395).

Outra referência para Machado foram as leituras que fez das obras de Cândido Mendes de Almeida, que nasceu em São Bernardo dos Anapurus, em 14 de outubro de 1818, e faleceu no Rio de Janeiro, em 1 de março de 1881. Atuou como advogado, jornalista e político brasileiro, sendo deputado geral em 5 legislaturas e senador do Império do Brasil de 1871 a 1881, pelo estado do Maranhão. Como jornalista, fundou, no Maranhão, dois jornais: *O Brado de Caxias* e *O Observador*. Foi autor de várias obras, entre as quais destacam-se o *Atlas do Império do Brasil*, *O Código Filipino* (edição anotada das Ordenações Filipinas com erudita introdução de sua autoria sobre a história do Direito), *Direito Civil Eclesiástico Brasileiro* (reunião de toda legislação canônica ao longo da história do Brasil com introdução de mais de quatrocentas páginas com a história das relações entre o Estado e a Igreja no Brasil), *Direito Mercantil Brasileiro* (edição anotada do livro do Visconde de Cairu com longa introdução com a história do comércio marítimo no Brasil). Todas estas obras citadas foram fontes de pesquisa para Maximiano Lopes Machado, já que o mesmo escreve sobre o império brasileiro, além de ter participado fortemente de episódios desta fase. E em todos estes tópicos a questão do período holandês se apresenta de maneira preeminente na *Província da Paraíba*.

José Higino Duarte Pereira, natural de Recife, nascido em 22 de janeiro de 1847, e falecido na Cidade do México, em 10 de dezembro de 1901, foi político, professor, magistrado e historiador brasileiro. Filho de Luís Duarte Pereira e Carlota de Miranda Duarte. Bacharelou-se em direito pela Faculdade de Direito do Recife, tendo se formado em 1867. Posteriormente, voltaria à tradicional faculdade como catedrático de direito administrativo. Como historiador e escritor, abordou a ocupação holandesa no Brasil e a história da imprensa brasileira. Também foi membro da Academia Pernambucana de Letras. Foi promotor público em Desterro, retornando a Pernambuco por ter sido eleito deputado pelo Partido Republicano em 1890-1891.

Fundamentalmente, José Higino é um dos mais significativos ilustres que serviram de base para Machado, tendo em vista sua relação com a agremiação pernambucana, no sentido de que foi produtor de diversos textos publicados nas suas revistas, sobre os mais diversos temas da colônia brasileira, em especial, as invasões holandesas. Foi um exímio leitor das obras holandesas, em especial, da obra de Gaspar Barleus, *História dos Feitos*, além de também ter feito, por conta do IAGP, várias visitas aos Países Baixos, região onde hoje se localiza a Holanda para reunir documentos sobre o período holandês. De acordo com Evaldo Cabral de Mello foi a partir deste intercâmbio que uma nova fase se instaura na moderna historiografia brasileira sobre o período holandês, acrescentando que “dela se resultou a tradução e publicação não só dos mais importantes daqueles manuscritos como também de outras fontes éditas do século XVII” (MELLO, 1997, P. 104). Tal visita a Europa fez de José Higino um pesquisador assíduo do temas que concernem ao período da dominação flamenga, e no IAGP, novas diretrizes se formam por meio de tais acepções.

Referenciar tais autores e fazer a articulação dos mesmos com a obra de Maximiano Lopes Machado é tarefa importante, pois percebemos através dessas leituras que eles e outros serviram e influenciaram sua escrita e base sobre a colonização portuguesa e a ocupação holandesa. É da leitura das obras destes autores apontados acima, bem como do diálogo que travaram na instituição pernambucana que mapeamos com mais acuidade aquilo que Machado retrata na sua obra, uma vez que estas leituras fomentaram os debates no IAGP, e instauraram uma nova conjuntura, de uma história de Pernambuco que fosse integrada e importante na que foi idealizada por Martius e, posteriormente, executada por Varnhagen, a história geral do Brasil. A história local pernambucana, embasada pelos princípios restauradores e nativistas, constituídos na luta contra os flamengos, seria a marca dessa historiografia pernambucana com a qual Machado dialogava.

Por tais razões, entre os tantos temas que Maximiano Machado discute, nos dedicamos à análise de um: as ocupações holandesas na Paraíba. E, para isto, ele desenvolve cinco capítulos dos doze que formam o tomo I do seu livro<sup>105</sup>, analisando a trajetória da ocupação flamenga nos vinte anos (1634-1654) na Paraíba.

Machado, sempre comprometido com a proposta de fundar uma história local tão importante quanto a que havia sido elaborada no Rio de Janeiro, enaltece demais os nomes

---

<sup>105</sup> No capítulo 6 trata da invasão holandesa e do primeiro ataque à fortaleza de Cabedelo. No capítulo 7, aborda as novas tentativas de conquista. No capítulo 8, trata da questão política e administrativa, da economia, da demissão de Nassau, do início das lutas, da Restauração portuguesa. No capítulo 9, trata de Portugal já restaurado e da participação de André Vidal de Negreiros na insurreição. No capítulo 10, o centro da discussão é constituído pelas batalhas dos Guararapes.

das pessoas que fizeram parte de todo o processo da conquista holandesa, entre eles, o de André Vidal de Negreiros<sup>106</sup>, visto como o

símbolo maior desse sentimento nacional emergente, dentro do qual a Paraíba assumirá posição de relevo – ressalta-o Maximiano Machado – (...) singular figura de estadista que desobedece a El Rei para atender o chamamento da Nação e não hesita em conspirar em face do invasor (OCTÁVIO in: MACHADO, 1977, p.47).

A discussão em torno dos heróis da pátria era típica dos Institutos Históricos que, desde a fundação do IHGB, como vimos, tinham como objetivo o enaltecimento e a valorização da Nação através da construção de um panteão dos personagens históricos mais importantes. Heróis esses que deveriam ser tratados como exemplos a serem seguidos, no sentido da história que serve de lição, a história dos humanistas e dos iluministas, *magistra vitae*. No início do período republicano, época em que nossos autores produzem suas obras, os modelos de construção de heróis, bem como outros instrumentos continuam a ser reproduzidos, embora com outras finalidades e conteúdos:

Com o advento da República e a necessidade de um novo universo simbólico para dar legitimidade ao novo regime, foi elaborado um calendário cívico, datas dignas de comemoração que tentavam demonstrar a evolução do Brasil para esse regime, sem solução de continuidade (DIAS, 1996, p.32).

Machado, em sintonia com o clima de sua época, e também com a sua formação liberal, contribuirá efetivamente com esse movimento geral no Brasil, a partir do caso específico da Paraíba. Ele, por exemplo, chama atenção, em diversos momentos, para a figura de André Vidal de Negreiros, exaltando-o pelos sentimentos de coragem e patriotismo que teriam inspirado suas ações durante a ocupação holandesa. Não só para os autores investigados por nós, mas para muitos outros, Vidal de Negreiros representou tais princípios. Esse é, por exemplo, o caso de Luiz Pinto: “Vidal foi a alma da restauração, homem que nunca se curvou ao medo, nem às conveniências, nem se sobressaltou frente ao poderio inimigo, de muitas vezes quase esmagado” (1960, p.11).

---

<sup>106</sup> André Vidal de Negreiros, nascido na Capitania da Paraíba, filho de um lavrador de canas de destaque, foi importante militar a serviço do governo colonial português, no processo das lutas separatistas do Brasil Holandês. No contexto das ocupações holandesas (1624-1654) lutou contra os holandeses quando da invasão de Salvador na Bahia (1624), voltando a se envolver no conflito ao participar, como chefe militar, de todas as fases da Insurreição Pernambucana (1645-1654), quando mobilizou tropas e meios nos sertões nordestinos. Sobre este assunto, consultar: SILVA, Ana Beatriz Ribeiro Barros. André Vidal de Negreiros: a necessidade de construção de um herói legitimamente paraibano. In: *Saeculum*. Revista de História, ano 12, n 14(2006). João Pessoa: Departamento de História/Programa de Pós-Graduação em História/UFPB, jan./jun. 2006.

Estudos mais recentes, como o de Silva (2006), abordam como se resolveu, por parte da historiografia do IHGP, a necessidade de se construir a história de um herói legitimamente paraibano. A mesma utiliza várias fontes como referência para a construção desse mito heróico em torno de Vidal de Negreiros, dentre elas, a obra de Dias (1996), bem como as revistas do IHGP, os autores clássicos da historiografia paraibana, inclusive Machado e Pinto, que concordam com Varnhagen, quando este legitima André Vidal de Negreiros como um herói nacional, na *História Geral do Brasil*.

É constante, em todo o livro de Machado, mas também no de Pinto, no que se refere ao período holandês, a exaltação, a heroicização, não só a Vidal de Negreiros, como também de outros líderes da insurreição como Henrique Dias e Felipe Camarão. Vale ressaltar que esse panteão dos heróis restauradores foi uma criação de Varnhagen, seguindo a estirpe do romantismo. Como afirma Eduardo Guimarães (1996): “o romantismo tornou-se o universo no qual foram urdidas as noções construtoras da nacionalidade brasileira”.

Já Evaldo Cabral de Mello demonstra como, no nativismo pernambucano do século XIX, expresso na produção historiográfica do IAHGP, este panteão dos restauradores era formado por “uma tetrarquia de heróis das guerras holandesas e de chefes militares da restauração: o reinol Vieira, o mazombo Vidal, o índio Camarão e o negro Henrique Dias” (1997, p.196). Reservava-se, assim, a João Fernandes Vieira, um lugar de destaque na luta pela restauração. Mello diz que Vieira “considerava-se filho adotivo de Pernambuco, aonde desembarcara menino e pobre e onde enriquecera, casara e vivera toda a sua existência adulta” (1997, p.98). Ao contrário do que viria a defender a maior parte dos sócios do IAHGP Varnhagen considerava que o mais importante dos líderes havia sido Vidal de Negreiros, o fidalgo da Casa Real, filho de homem de influência na Capitania da Paraíba, que soubera convencer as autoridades metropolitanas a apoiar a insurreição. Na Paraíba, o sentimento local, neste aspecto, concordou com Varnhagen e deu a vanguarda a André Vidal, enquanto que em Pernambuco aos demais, em especial a Vieira. Evaldo Cabral de Mello também indica como a participação reservada a Henrique Dias neste processo, foi reduzida pelo nativismo pernambucano, e que “isto deveu-se originalmente ao propósito do nativismo nobiliárquico” (1997, p.199), que não quis entronizar uma figura mestiça (na verdade, negra) nesta tetrarquia da restauração. O mesmo ocorre com o potiguara Antonio Felipe Camarão, pois “de certa maneira, a presença de Henrique Dias e de Camarão tanto na guerra quanto no panteão restaurador reproduzia a estrutura da sociedade escravocrata e suas relações de classe” (p.223-224).

Todavia, é Vidal de Negreiros, nas obras de Machado e Pinto, e também nas de Carmem Coelho e Vilma Monteiro, como já vimos anteriormente, o herói dentre os heróis da guerra contra os holandeses: “André Vidal de Negreiros, ilustre parahybano, à quem os louros da victoria deram-lhe fama imorredoura e fizeram mais tarde pelo seu valor e civismo o vulto mais notável em toda essa luta titânica” (MACHADO, 1977, p.176).

Este esforço intelectual pela elaboração de um panteão de heróis especificamente paraibanos podia ser encontrado, inclusive, em discursos de políticos. Pinheiro menciona conferência proferida pelo presidente do estado, Castro Pinto, no Rio de Janeiro, por ocasião da comemoração do aniversário da cidade da Paraíba do Norte em 05 de agosto de 1920. No discurso ele afirma que:

A qualidade fundamental que encontro no povo parahybano é a vontade heróica, a firmeza de caracter, a inflexibilidade na linha de conducta, o saber querer para agir com acerto, a consciência do dever norteando os seus actos de vida (...); sirvo-me [para provar a tese] dos grandes nomes representativos da evolução da Parahyba, desde os primórdios do povoamento até hoje (*apud* Ferreira, 2002, p.165).

Dentre os inúmeros nomes que cita, a exemplo de Branca Dias, José Peregrino de Carvalho, Antonio Borges da Fonseca, D.Vital, Manuel de Arruda Câmara, Eptácio Pessoa, e outros, o presidente Castro Pinto destaca André Vidal de Negreiros, que, segundo ele, fora superior a todos os heróis de sua época.

A partir do sexto capítulo de sua obra, Machado começa a tecer suas considerações sobre o período holandês. Começa uma discussão relacionando os antecedentes dessas invasões, citando elementos como a fundação do Convento de Nossa Senhora do Carmo, sem apontar uma cronologia. Mesmo apontando datas ao longo do texto, Machado não trilha o mesmo percurso que Irineu que persegue, a partir dos documentos que seleciona, data por data dos acontecimentos, conforme veremos abaixo.

Todo o sexto capítulo faz esta discussão do que antecede a conquista de fato. Procura destacar o aparato da Paraíba para se resguardar da ameaça dos invasores que, mesmo fracassando nas duas primeiras tentativas (em 1631 e 1633), conseguem, na terceira, a vitória, em 1634 com a ocupação da Fortaleza de Cabedelo e, em seguida, no mês de janeiro, da cidade da Felipéia de Nossa Senhora das Neves. A sua maior preocupação consiste, como já dissemos, em enfatizar o que existia na Capitania anteriormente à chegada dos holandeses: as igrejas, os engenhos, os fortes, descrevendo minuciosamente cada uma dessas construções, desde seu espaço físico, até a população que freqüentava tais lugares. Tem uma preocupação com a questão fazendária da capitania antes das invasões e, por diversas páginas, discute a

questão dos lucros e dos dízimos reservados ao soldo das tropas. Tal questão é vista por ele como prioritária, porque o interesse dos flamengos girava em torno dos lucros e daquilo que o representava: o açúcar. Ainda analisa o incêndio que os holandeses efetivaram em Olinda, no ano de 1630. Começa a relacionar as primeiras tentativas das ocupações das praças-fortes, a partir de 1631. Neste aspecto é bastante pontual também, assim como Pinto, deixando claras as datas. E não tem como ser diferente, pois se espelhou em Varnhagen, que também deixa claro algumas datas que são essenciais para a compreensão de como os invasores holandeses dominaram à Paraíba, quando diz: “na noite do dia 24 de dezembro, invadiram e tomaram a fortaleza dos portugueses, efetivando a conquista da Parahyba” (VARNHAGEN, 1854, p.126).

A discussão que faz a partir do sétimo capítulo, vai circunscrevendo todo o processo que culminará na rendição final, em dezembro de 1634. Para isso, apresenta as duas primeiras tentativas sem êxito. Detém-se em explicações quanto às táticas das invasões, ou seja, os recursos utilizados pelos holandeses para a rendição final da Paraíba, em 1634. Afirma:

Cederam, enfim, os parahybanos, mas cederam quando já não tinham fortaleza nem outros meios para impedirem a invasão estrangeira. Cahiram com ella, e se ahi ficaram sepultados e esquecidos tantos que perderam a vida em defesa da pátria, por certo não ficaram o esforço e a glória com que souberam cumprir o seu dever (1977, p.164).

A passagem acima é bem interessante, porque nela estão contidos elementos importantes para a construção do discurso da paraibanidade que foi sendo elaborado e justificado a partir das obras dos primeiros historiadores da Paraíba. Ao falar dos paraibanos, o autor lhes associa a bravura que foi, segundo ele, e como já vimos quando tratamos de André Vidal de Negreiros, a característica deste povo na luta para impedir os holandeses de tomar a terra. Esta característica, associada a algumas outras, é central no modelo da paraibanidade divulgado, a seguir, a partir do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, como foi estudado por Margarida Dias (1996).

Merece destaque em relação a esta passagem também a sua referência aos “parahybanos”. Neste momento o povo paraibano já existia? Quem eram estes paraibanos? Gonçalves (2007) analisa estas questões ao tentar compreender como se constituiu esse “mundo paraibano” que deu origem a homens como Duarte Gomes da Silveira, André Vidal de Negreiros e também às lideranças indígenas como Zorobabé e Pedro Poty, por exemplo (p.25-26). Nomes que obtiveram notoriedade na Capitania da Paraíba que, segundo a autora, se formou, entre a segunda metade do século XVI e as três primeiras décadas do XVII, a

partir de um estado de guerras permanentes entre a sociedade colonial e os Potiguara, bem como pelo sistema de mercês e pelos negócios do cativo de índigenas derivados desta guerra, além da produção do açúcar que era, de fato, o grande interesse comercial desta fase da colonização. Ainda conforme Gonçalves, apenas às custas de sangue é que se fez a Paraíba e, conseqüentemente, os paraibanos, em um longo processo, que começou na fase anterior à conquista portuguesa (em 1585), ainda em 1565, quando se iniciou a guerra contra os Potiguara, e culminou com a ocupação holandesa. Como o próprio título do livro sugere, as guerras em torno do açúcar é que marcam a evolução da história da Paraíba neste primeiro século. Neste quadro, a autora defende a tese de que as elites que se formam na Capitania da Paraíba nestas primeiras décadas da ocupação (entre 1585 e 1630 pelo menos), estavam intimamente relacionadas com os principais negócios desenvolvidos na Capitania de Pernambuco (a monocultura canavieira e a produção/comércio de açúcar, o cativo de índios, os empréstimos de capitais para os empreendimentos, dentre outros) e que, na verdade, ela funcionou, nestes primeiros tempos, como uma extensão daquela “nobreza da terra” estabelecida desde a década de 1530 naquela capitania. Se considerarmos esta tese percebemos que não se pode sustentar a idéia da existência do paraibano “sui generis portador de qualidades específicas, como vocação para a paz, coragem, tradição e grandeza” (GONÇALVES, 2007, p.28), que o distinguiriam do pernambucano ou de qualquer outro indivíduo nascido em outra capitania. Tais idéias, como já discutimos anteriormente, a partir das obras de Dias (1996) e de Pinheiro (2002) brotaram e foram reproduzidas pelo IHGP, em um outro contexto, o da República recém-instalada. A construção da paraibanidade foi assim, resposta a uma demanda política específica de um tempo, para a qual foram mobilizados as pesquisas e os escritos dos historiadores da estirpe de Maximiano Machado e também de Irineu Pinto. Podemos demonstrar que Machado contribuiu para a afirmação dessa paraibanidade no tratamento que dá, em especial ao período holandês, como fica claro, por exemplo, na seguinte passagem em que se destaca, entre outros aspectos, a sua posição pró-luso-brasileira e anti-holandêsa:

Continuamos a ser holandeses dominados pela força; mas lá um dia surgiram o entusiasmo e a fé em todos os peitos, e a guerra da restauração começou com energica rusticidade, com o sublime esforço de heroicas vindictas, até voltarmos ao seio da família que nos deu o ser (MACHADO, 1977, p. I).

É interessante destacar que, tanto no prólogo do próprio Machado, quanto nos prefácios de José Octávio e Lyra Tavares, além da exaltação à colonização dos portugueses, o

tema da ocupação holandesa é destacado como bastante importante, se não como o período mais importante de toda a história da Paraíba colonial. E, no destaque que dão ao tema, os três autores retomam, à exaustão, o discurso apologético à figura de André Vidal de Negreiros, como já vimos, aquele “a quem os louros da Victoria deram-lhe fama imorredoura” (MACHADO, 1977, p.176).

Machado entende que, no momento em que os holandeses assumem o poder político da Paraíba, muitos proprietários de engenhos e comerciantes ficaram submetidos a eles, como foi o caso de Duarte Gomes da Silveira, que não deixou de ser um homem rico e bastante hábil nos negócios do açúcar. Machado não enxerga a capitulação e, em seguida, a acomodação de alguns dos habitantes da Paraíba como sendo uma atitude traidora, pois entende que eles tomaram esta decisão por a considerarem a mais sensata. Segundo o autor, outras pessoas também manifestaram a defesa da pátria e não reconheceram o domínio holandês e reagiram a ele, como é o caso de André Vidal de Negreiros, que chegou a incendiar os canaviais do próprio pai em protesto contra as invasões holandesas (1977, p.197).

Outro aspecto que chamava sua atenção era a dedicação em torno dos interesses da Pátria que os paraibanos tinham, pois sempre estiveram extremamente imbuídos do dever de protegê-la. O autor esforça-se por mostrar como os paraibanos cotidianamente lutavam contra os invasores, e que, por isto, mais uma vez o exemplo, André Vidal de Negreiros, teve até a sua cabeça colocada a prêmio (pelo governo holandês), já que liderou as tropas da resistência e, depois, as da restauração até o final da guerra. Seu exemplo serviria para caracterizar o perfil do paraibano como detentor de um espírito de coragem e de sentimento patriótico, mesmo antes da existência da pátria autônoma e independente que só se constituiria cerca de dois séculos mais tarde.

No percurso deste mesmo capítulo, Machado relaciona os engenhos paraibanos, bem como a mudança do nome da cidade, que sob jugo dos holandeses, “ficou se chamando Frederikstad, em honra do Stathouder Frederico Henrique” (1977, p.171). Machado dedica várias páginas deste capítulo à questão do relacionamento dos invasores com os naturais da terra. E aí tece uma ferrenha crítica em relação ao pacto que não teria sido cumprido pelos holandeses por ocasião da capitulação da Paraíba de garantirem a tolerância religiosa, o que se explicaria pelo fato de pertencerem ao ramo calvinista do cristianismo. Quando conseguiram, enfim, conquistar o Brasil, prometeram aos luso-brasileiros que poderiam manifestar seus credos sem perseguições, mas o que se viu na prática foi uma perseguição aos judeus e aos

adeptos do catolicismo. O armistício religioso que os portugueses tentaram foi, de fato, descumprido pelos invasores holandeses.

O capítulo oitavo é todo dedicado às questões políticas e administrativas do período holandês na Paraíba, além de enveredar pela passagem de Nassau pela Capitania, bem como por seu governo em Pernambuco, já que o mesmo foi o governador geral da presença holandesa no Nordeste do Brasil. Para isso, descreve todas as atribuições que a Companhia das Índias Ocidentais deu a Nassau, abordando desde a sua chegada a Recife, a 23 de janeiro de 1637 onde permaneceu até 1644, tendo embarcado de volta à Europa pelo porto do rio Paraíba.

Mello (1998) qualifica esse período como sendo os anos de relativa paz porque, de acordo com ele, é nessa fase que se tem uma condição mais favorável nas negociações entre os lusos e os holandeses, e também porque Nassau edificou e urbanizou o Recife promovendo tréguas com os habitantes.

Maximiano Lopes Machado também destaca bastante a passagem de Nassau como governador do Brasil. Em primeiro lugar refere-se ao acerto da Companhia ao nomeá-lo em momento em que a situação não era tranqüila, pelo contrário. Em sua perspectiva apenas um homem que reunisse muitas qualidades seria capaz de organizar as coisas:

Não era, portanto, de admirar que no momento em que no Brasil se precisava de um homem superior, capaz de regularizar todos os negócios da administração e da guerra, se lançasse as vistas para o conde Mauricio, cuja popularidade [na Europa] devido aos seus méritos, já era grande (MACHADO, 1977, p.178).

Discute, a seguir, as incumbências que o governador teve ao chegar no Brasil, como as nomeações que fez para compor o governo, os esforços para a regularização da justiça, pois “reinava, então no Recife a mais medonha corrupção de costumes, por falta de energia das autoridades” (*op.cit*, p.180), as medidas tomadas para o abastecimento local, o leilão dos engenhos abandonados durante a guerra da ocupação, dentre várias outras realizações. No entanto, sua perspectiva geral acerca da administração de Nassau não é elogiosa, pois considera que o mesmo acabou por envolver-se nas teias da corrupção que fora contratado para combater.

Ao discutir o tratamento que o novo governador deu à questão da religião, pelo qual, embora mantivesse o princípio da tolerância religiosa, proibiu ao clero católico a prestação de obediência ao bispo da Bahia e ordenou que os moradores arcassem com os gastos para a manutenção do culto, Machado destaca a participação de Duarte Gomes da Silveira, senhor de

engenho da Paraíba que enviou aos Estados Gerais na Holanda, uma representação contrária às novas medidas e, ao mesmo tempo, cobrava das autoridades o respeito às condições da capitulação da Paraíba, ocorrida em janeiro de 1635, que a partir de então serviriam como base para o tratamento que deveria ser dado à população luso-brasileira em todos os locais que fossem dominados pelos holandeses e que previa, entre outras condições, a liberdade religiosa. Machado, inclusive, transcreve o importante documento na íntegra, entre as páginas 181 e 184.

Mello (1997) diz que os cronistas contemporâneos aos acontecimentos do período holandês viam a figura de Nassau de maneiras diferentes. Por exemplo: “o Nassau de frei Rafael de Jesus não é nem o príncipe justiceiro, como em Calado, nem o príncipe da Renascença, como em Barléus, mas um indivíduo dominado pela paixão do ganho e pela vaidade imatura” (*op.cit.* p.334). Este debate ainda ocuparia grande parte dos esforços da historiografia pernambucana ao longo do século XIX, depois da fundação do IAHGP. Segundo Mello quando, em 1902, Alfredo de Carvalho assumiu a presidência do IAGP tratou de fazer uma avaliação dos primeiros quarenta anos das atividades realizadas na instituição, aquela “fase inicial, em que zelou-se exclusivamente de glorificar os heróis da guerra de restauração e em deprimir os invasores batavos” (*op.cit.*, p.329). Carvalho afirmaria que foi a partir dos estudos do consócio José Higino, que o instituto se fez holandês, ou seja, foi a partir de suas contribuições, principalmente após a viagem aos Países Baixos para a coleta de documentos nos arquivos holandeses, que o IAHGP tratou de estudar este período e sobre ele formar uma corrente de opinião. Opiniões estas que podiam seguir direções opostas: havia aquelas que defendiam a presença flamenga, e as que negavam a importância desse período. Ao assumir a direção, segundo ele, afirmava esperar que a agremiação deixasse de se centrar apenas “na apoteose de guerreiros ilustres ou na discussão estéril das vantagens dos conquistadores tardios” (*op.cit.*, p. 329), a exemplo do que se havia construído, até então, em torno do governo do príncipe João Maurício de Nassau que teve apreciações, como a de Abreu e Lima, que afirmava que “a figura de Nassau ainda é privilegiada no confronto com o governo holandês” (*op.cit.*, p.358). Ou seja, o que ele quis apontar é que Nassau não seguiu à risca as determinações da Companhia das Índias Ocidentais porque procurou não ser tão intolerante e governar com certa autonomia, procurando entender as motivações da população local. Esta postura foi, segundo tal leitura, o que o levou a ser destituído, em 1644, do governo do Brasil holandês pela Companhia das Índias Ocidentais. Mello se refere também às idéias de Fernandes Gama, outro consócio da agremiação, como aquelas que melhor apresentaram esta fase tão complexa do IAGP, ou seja, as várias interpretações que deram a

figura de Nassau, que foi vista pelos cronistas como “príncipe guerreiro” e “administrador hábil”. “Fernandes Gama iniciou no discurso historiográfico a reabilitação do domínio batavo, até então segregada na clandestinidade da tradição oral” (*op.cit.*, p.259). Foi, ainda, um crítico do domínio flamengo, pois “se os holandeses tivessem mais política e menos ambição, talvez que os pernambucanos, formando com eles um só povo, em lugar de os expulsarem do seu país, cuidassem somente em sacudir o jugo holandês” (*op.cit.*, p.361).

Passando para outro aspecto, no tocante à discussão administrativa, Machado dá ênfase à criação da Câmara dos escabinos e dos escoltetos<sup>107</sup>, responsáveis pela justiça e administração, respectivamente. Durante esta discussão, diz que os católicos e os judeus puderam gozar de uma certa liberdade religiosa, concedida por Nassau, embora essa não correspondesse exatamente àquilo que havia sido tratado na época da capitulação. Sobre a população da Paraíba assim descreve:

A população da Parahyba, como a do Recife e suas aproximações, dividia-se em judeus, em cujas mãos achavam-se os capitães e o commercio; em portugueses ou brasileiros, onde estavam a agricultura e a indústria fabril do assucar; e em holandeses que a serviço da companhia percebiam soldo e voltavam para Europa, findo os seus contractos. Havia também francezes e polacos nas mesmas condições que estes. (1977, p.181).

Nesta passagem, Maximiano Lopes Machado aponta os elementos formadores da população da capitania da Paraíba, com as invasões já findadas. Ele considera como grupos sociais importantes, os judeus, revestidos de cristãos-novos, que foram aliados dos holandeses e tiveram liberdade religiosa, além de participarem do comércio, ou seja, aqueles responsáveis entre outras coisas por cuidar do dinheiro vivo, da transferência de propriedades, da compra de escravos e da importação de matérias da Europa. Aponta que a capitania estava dividida entre muitos homens livres que eram os portugueses e os holandeses, além dos escravos, que vieram de toda parte da África, e, também de índios.

A população da Parahyba, como a do Recife e suas aproximações, dividia-se em judeus, em cujas mãos achavam-se os capitães e o commercio; em portugueses ou brasileiros, onde estavam a agricultura e a industria fabril do

---

<sup>107</sup> A formação da câmara dos escabinos e dos escoltetos deu suporte ao governo de Maurício de Nassau, sendo os primeiros responsáveis por cuidar dos aspectos administrativos e os segundos pelos aspectos da justiça. Tinham funções de chefes de polícia e de juízes sobre pequenos crimes. Na Paraíba, foram detestados, porque agiam de forma arbitrária com relação à justiça, acusados de chantagem, por exemplo. A câmara dos escabinos era composta por quatro holandeses e por quatro portugueses, chefiada por um holandês. Na Paraíba, a câmara dos escabinos foi a primeira a ser constituída no Brasil Holandês, como se fosse a câmara municipal na época da colonização portuguesa. Sobre maiores detalhes referentes a este assunto, não deixar de ver o livro de Maximiano Lopes Machado (1977, p.180).

assucar; e em holandeses que a serviço da companhia percebiam soldo e voltavam para a Europa, findos os seus contactos. Haviam também francezes e polacos nas mesmas condições que estes (MACHADO, 1977, p.184).

Quanto aos índios a posição de Machado era muito próxima daquela presente na historiografia do IHGB, em especial a partir de 1851, quando os novos estatutos propunham um processo de alargamento dos horizontes, de forma “a englobar estudos etnográficos, arqueológicos e relativos às línguas dos índios brasileiros” (DIEHL, 1998, p.30). Marcada pela concepção da história como um processo linear e progressivo, essa posição via, na história do Brasil, a história do processo civilizatório inevitavelmente conduzido pelos brancos, o que significava, inclusive, que estes seriam responsáveis pela redenção ou não dos povos indígenas. Estes povos “bárbaros” deveriam ser inseridos na sociedade, trazidos à civilização. É a imagem do índio redimível que, desde o projeto de Martius animava a historiografia brasileira. Se houve fracasso nesse sentido é porque os portugueses não agiram como deviam em todas as ocasiões. Afirma Machado, neste sentido:

Sem os bons exemplos que regeneram, bem depressa adquiriram os costumes e as praticas bárbaras dos selvagens, transmitindo a estes por sua vez novos meios de destruição...se a política do governo portuguez fosse dictada por outros sentimentos, não só os primeiros teriam melhorado, ... como poderiam chamar os outros ao grêmio da sociedade (1977, p.10).

Para Maximiano Lopes Machado, se a coroa não tivesse hesitado na colonização do Brasil, dar-se-ia uma melhor povoação e, assim, não teríamos registrado tanta violência contra os índios, já que os mesmos eram puros e desprovidos de maldades, ou seja, eram seres de almas brandas e redimíveis. Na concepção de Machado está presente, sem dúvida, uma perspectiva evolucionista e monogenista<sup>108</sup>. Para Varnhagen, em *História Geral do Brasil*, sobre os indígenas só era possível fazer etnografia, pois eram povos ainda na infância. Alguns anos antes, Martius havia escrito: “não há dúvida: o americano está prestes a desaparecer. Outros povos viverão quando aqueles infelizes do Novo Mundo já dormirem o sono eterno” (apud MONTEIRO, 2001, p.3). Ou seja, para o pensamento histórico da época, os povos indígenas não tinham história e sequer futuro, ou melhor, o único futuro possível seria a sua civilização, que só poderia chegar através do homem branco.

---

<sup>108</sup> Cf. Schwarcz (1993, p.48) esta visão foi dominante até meados do século XIX e reunia aqueles pensadores que, em conformidade com as escrituras, acreditavam que a humanidade era una, originada de uma fonte comum. “... a origem uniforme garantiria um desenvolvimento (mais ou menos) retardado, mas de toda forma semelhante. Pensava-se na humanidade como um gradiente – que iria do mais perfeito (mais próximo do Éden) ao menos perfeito (mediante a degeneração)...”.

No que se refere à questão econômica, Maximiano Lopes Machado enfatiza o aspecto tributário e o aponta como um dos principais pontos de discórdia entre os homens da terra e os holandeses. O autor destaca ainda que, mesmo depois da ocupação holandesa, os portugueses continuaram a recolher tributos para o novo governo. Prado Júnior (1986) também dá grande destaque a estes tributos que, de fato, faziam parte da mola propulsora da economia reinol e diz que “o principal tributo é o dízimo, que constitui um antigo direito eclesiástico, cedido pela Igreja, nas conquistas portuguesas” (1986, p.321). Em qualquer forma de ocupação, a discussão fazendária e/ou tributária teve sempre papel de destaque, embora a historiografia brasileira ainda não tenha dedicado ao tema um volume satisfatório de estudos.

Esta discussão acerca das questões tributárias e/ou fazendárias é importante porque o mote que mantém os holandeses nas Capitâneas do Norte, a partir dos investimentos e das ações da Companhia das Índias Ocidentais, era o lucro com o açúcar. É por tal razão que esta será sempre uma questão de destaque, pelo interesse puramente comercial. Porém, atualmente, poucos historiadores têm se debruçado sobre esta temática. Em recente trabalho, sua tese de doutorado, Mozart Vergetti de Menezes (2005), discute justamente sobre as riquezas fazendárias da Capitania da Paraíba. Nela, o autor mostra, com maior clareza, as doações e o controle dos cargos na provedoria da fazenda real da Capitania, entre os anos de 1647 e 1733, ou seja, desde dois anos após a retirada das tropas holandesas da capitania.

É preciso ressaltar que novos olhares e interpretações vêm sendo dados pela historiografia mais contemporânea aos temas do período colonial (BICALHO, 2005). Não só quanto à obra de Machado, como também quanto à de Pinto, de que falaremos mais adiante, percebemos que a escrita da história, nesse período, e nas obras de nossos autores, é bastante caracterizada por uma linearidade ao contar os eventos. O que se observa hoje em dia, é a tentativa de superação dessa abordagem linear, sendo importante investigar o processo como um todo e concluir a operação historiográfica.

Uma questão bastante visível na obra de Maximiano Machado é a abordagem econômica associada à questão do “mercantilismo”. Para Bicalho, é preciso “romper com essa abordagem que analisa o Brasil-Colônia sob o prisma de suas relações econômicas com a Europa do mercantilismo” (2005, p.93). Tal discussão é tomada em conjunto, não apenas por ela, mas também por outros historiadores, como João Fragoso, Manolo Florentino e Maria de Fátima Gouvêa, por preferirem “admitir, e mesmo (...) privilegiar, as redes e o conjunto de relações tecidas não exclusivamente entre colônia x metrópole, mas igualmente entre

diferentes colônias, ou domínios ultramarinos” (2005, p.94). Para eles, essas redes e cadeias de relações que conferiram uma maior dinamicidade à vida do Império Português, o negam as afirmações acerca da condição periférica que dava privilégios aos antagonismos, contradições e interesses entre colonos e colonizadores.

Uma perspectiva interessante dessa renovação que vem sendo dada à historiografia do período colonial é a que Laura de Mello e Souza (2006) adota em *O Sol e a Sombra*, em que faz uma recuperação das discussões políticas e administrativas na América Portuguesa, revisitando, para tanto, os autores clássicos e apresentando novas idéias. Assim, diz que há muito que fazer quanto à análise da política e da administração nos tempos coloniais, e as ponderações tecidas têm por objetivo contribuir para o refinamento conceitual da discussão (2006, p.70). A autora entende as discussões por meio de um estudo comparativo entre os autores, dentre eles: Caio Prado Júnior, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda.

É importante destacar que os vários autores citados acima apresentam posições teóricas divergentes quanto à abordagem do período colonial. Os seus paradigmas de trabalho não são os mesmos. Não podemos deixar de considerar que os autores-alvo da nossa investigação jamais poderiam elaborar o tipo de perguntas que, por exemplo, Laura de Mello e Souza, Maria Fernanda Batista Bicalho, Caio Prado Júnior, entre outros, elaboraram ou elaboram. Estes são autores do século XX e tiveram/têm uma nova visão da historiografia a partir de novos marcos teóricos diferentes daqueles de Machado e Pinto, além de que, o “lugar social” em que os mesmos viveram, diz muito de suas inspirações e fundamentações. Cada historiador tem seu estilo próprio e privilegia determinados elementos e conteúdos em seus textos, segundo seu tempo e sua época.

No capítulo nono Machado inicia as descrições das lutas de separação, uma vez que já se reporta à Restauração portuguesa do jugo espanhol, que vigorara devido à União Ibérica, de 1580 a 1640. É minucioso nas descrições que faz sobre a ofensiva das tropas que começam as lutas pela expulsão flamenga do país. Em todo capítulo dez situa-se sobre as duas batalhas dos Guararapes (1648 e 1649), que ocorreram em Pernambuco e cujo objetivo era a expulsão dos holandeses do Brasil. A de 1648 ocorreu em abril e teve como resultado a vitória dos luso-brasileiros, que lutaram contra um poderoso exército holandês, utilizando como tática a guerra volante. Um ano depois, no mesmo local, a vitória dos luso-brasileiros foi decisiva e pôs fim às guerras contra os invasores, mas isto ainda não significou a rendição final, que só ocorreu em 1654. Repetindo Varnhagen que reconstrói passo-a-passo a mobilização e o deslocamento das tropas, Machado mostra como na segunda batalha os holandeses foram

enganados pelos luso-brasileiros que, ao invés de atacarem, ficaram “de tocaia” esperando a retirada dos inimigos. Quando isso ocorreu, estes se viram cercados por todos os lados, e acabaram derrotados por uma força numericamente muito inferior.

Sobre este processo, menciona que, no caso da Paraíba, isso já havia ocorrido antes, pois, a partir de 1645, a capitania já estaria liberta, porque o foco do domínio era mesmo a Capitania pernambucana. Nos capítulos onze e doze, trata da heroicização em torno da figura de André Vidal de Negreiros, o que, em diversas passagens do livro, não deixa de explicitar e sobre a qual já nos referimos anteriormente.

\*\*\*\*\*

#### **4.3.2. O Período Holandês nas *Datas e Notas para a História da Paraíba***

Por sua vez, Irineu Ferreira Pinto traça as mesmas questões de Machado, só que não as desenvolve, apenas as cita, datando-as de forma cronológica. Para o período holandês dedica dezenove páginas do primeiro volume de suas *Datas e Notas para a História da Paraíba*, que cobre os acontecimentos que, segundo sua perspectiva, interessam à história local entre os anos de 1501 e 1820. O segundo volume cobre o período de 1821 a 1862. Quanto da segunda edição, que estamos utilizando em nossa análise, o prefaciador, João Pedro Nicodemos diz:

A Universidade Federal da Paraíba executa política cultural de grande valia quando reedita obras fundamentais da história da Paraíba. Sempre me pareceu que essa iniciativa se constituiria em condição básica ao desenvolvimento dos estudos históricos entre nós. Por isso é que, participante dos trabalhos do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional, sugeria eu tão necessário empreendimento, ao lado da microfilmagem de toda a documentação informativa do nosso passado: dentro ou fora do âmbito estadual, proposta que logrou a aprovação unânime dos companheiros de trabalho (1977, p.7).

No entanto, apesar de se afirmar como um dos que lutaram pela republicação da obra, Nicodemos tece duras críticas a Pinto, principalmente no que se refere à não integralização da operação historiográfica. Sobre as invasões holandesas, Nicodemos diz que “o autor detém-se no período holandês mostrando-se verdadeiramente entusiasta da reação nativista e da restauração” (p.12). Tais momentos sintonizavam-se com os princípios consagrados nos ideais dos Institutos Históricos, no período republicano, como falamos no capítulo anterior, da pregação do amor à pátria, da diplomacia e do federalismo.

Nicodemos, como inúmeros outros comentadores da obra de Irineu Pinto, não deixa de registrar que a atividade realizada por ele foi de importância singular, pela maneira como enumerou um montante de informações, e que se assim não fosse, hoje restaria pouco a se

entender da nossa história. Para tanto ele ressalta a importância que teve o governo do Estado da Paraíba frente à publicação da obra, quando diz:

os trabalhos-fontes da história paraibana foram, em boa parte, editados nas duas primeiras décadas republicanas. Não há negar, portanto, o admirável esforço deste Estado, incentivando então a cultura histórica, numa época em que tanto lhe minguavam as verbas quanto lhe eram escassos os recursos gráficos. Mas, mesmo assim os administradores se voltaram para as letras. Muito contribuiu para isso o nosso Instituto Histórico (in: PINTO, 1977, p.7).

Apesar da crítica de Nicodemos, os livros tiveram mesmo o intuito apenas de reunir um montante de volumes de documentos relativos a Paraíba, apanhados, segundo seu autor, nos arquivos deste Estado. É importante comentar que ele não especifica os arquivos. Na introdução do primeiro volume, ele próprio faz considerações quanto ao estado das fontes que reuniu, afirmando: “alguns destes documentos se achavam em tal estado de ruína que me foi preciso muito cuidado na abertura dos livros e usar lentes para lê-los” (1977, p.12).

Sobre o primeiro volume da obra, Nicodemos faz o seguinte comentário:

O primeiro volume dessa história geral abrange o período que vai de 1501 a 1620. Mas nele não há uma periodização sistemática. A matéria está dividida pelos séculos e, dentro destes, rotuladas pelas datas. A pesquisa, segundo o autor, se realizou nos “arquivos deste Estado”. Pelas suas transcrições se constata que lhe serviram de fontes primárias cartas, ordens, provisões e ofícios régios. A propósito das fontes secundárias, valeu-se de historiadores do porte de Varnhagen, Capistrano, Southey, Tollenare e Muniz Tavares. Dos paraibanos cita Maximiano Machado, cuja obra já conhecia. Entretanto, as citações não são frequentes, dando o apego à documentação encontrada (in: PINTO, 1977, p.12).

Esta citação é bem esclarecedora no que diz respeito ao fato do mesmo conhecer autores clássicos que eram bastante lidos na sua época, porém, não há apego da parte dele em fazer citações às obras, o que não o diminui, porque sempre estava ressaltando que sua preocupação era chegar a tempo para salvar toda documentação que levantou e escreveu. Ainda, também, esta é a forma como Nicodemos percebe a obra como um todo e que me parece bem pertinente.

Nossa preocupação será recuperar os aspectos referentes ao período holandês, identificando o que ele considera mais importante. Apresentaremos os aspectos que consideramos mais relevantes em cada ano. Sobre o período holandês, Irineu Pinto começa datando e mencionando até a hora (9 horas da manhã) da chegada dos “invasores” (que é como a eles se refere sempre) à Paraíba e a preocupação do general Mathias de Albuquerque,

que prepara uma guarnição para a defesa do território. Diz que foi em 4 de dezembro que as esquadras holandesas chegaram, pela terceira vez, e que concluíram a conquista da fortaleza em 24 de dezembro de 1634. Não faz tanta menção às outras duas tentativas que Machado relaciona. Pinto não discute as táticas utilizadas, os combates que Machado narra, apenas data. Neste aspecto, Pinto não vai muito além. Para o ano de 1634, destaca os dias 26 de fevereiro e fala dos mil homens que desembarcaram na Paraíba. Em 27 de fevereiro, 28 e primeiro de março aponta como os inimigos se achavam em terra e diz que o comando “vendo que nada poderia fazer contra os nossos fortes, levanta ancora e leva a sua esquadra para o sul” (1977, p.44). Ressalta sobre a população da capitania nesta época que estava centrada em mais de mil habitantes na cidade Felipéia.

A partir de 4 de dezembro de 1634 diz ele que a esquadra holandesa vinha pela terceira vez para fazer investidas na capitania. Diz que “partira do Recife a 24 de novembro, chegando a esta capitania com prospera viagem” (p.45). Sobre os dias 7, 8, 9, 10, e 11 de dezembro discute como aconteceram as investidas à fortaleza do Cabedelo e aponta a participação de Calabar que “guiado por dous pretos naturaes da capitania, conduz uma partida de holandezes ao engenho Inhobim para o saquear” (p. 47). E nesta perspectiva vai, dia-a-dia, descrevendo como se deram os acontecimentos entre os dias 12 e 23, até o dia da rendição final em 24 de dezembro, fundamentado nas cartas régias e dos cronistas, além da obra de Machado da qual já era conhecedor<sup>109</sup>. Assim descreve:

Os holandezes em barcas descem o rio Parahyba e entram em um seu afluente chamado Tambiá; ahi desembarcados, marcham a pé para a cidade. Fácilimo foi tomal-a, pois nenhuma resistencia offerencia pelo abandono das forças e famílias. De Felippea que era, foi logo baptisada por Frederica em honra ao Stadhauder Frederico Henri. O general mandando passar revista com suas tropas achou que o prejuizo tinha sido apenas 30 homens mortes. Nos fortes foram encontradas 99 peças, sendo 20 de bronze. O capitão-mór apenas soube do facto, resolveu escolher um sitio central para d’ahi dirigir a guerra contra o inimigo. Foi então determinado o engenho de Duarte Gomes, onde se reuniram as forças de Martim Soares, e os índios do Rio Grande (p. 50).

---

<sup>109</sup> Dentre os documentos que Pinto utiliza estão, por exemplo, as cartas régias de 28 de novembro de 1689, que determina a reconstrução do Forte do Cabedelo por este ser de fundamental importância para a defesa e a conservação da capitania da Paraíba e, a de 13 de dezembro de 1692, em que se ordena que a sua produção de açúcar fosse escoada para o porto do Recife. São documentos redigidos mais de quatro décadas depois da expulsão dos holandeses da Paraíba (eles desocuparam a cidade em 1645, e, embora tenham permanecido no controle da fortaleza de Cabedelo até a capitulação final em 1654, já não representavam perigo para as autoridades luso-brasileiras), mas que se referem aos acontecimentos daquele período. Só com a disponibilidade da documentação avulsa da Capitania da Paraíba pelo projeto “Resgate Barão do Rio Branco”, em 2000, é que novos documentos, de origem luso-brasileira, produzidos durante o período da ocupação foram disponibilizados para os pesquisadores. Alguns deles Irineu Pinto não menciona.

Esta é a apresentação que Pinto consegue recuperar na documentação acima citada para expressar como se deu a ocupação da Paraíba. É uma lógica de descrição intensa, mas que são apenas ressaltadas, sem análise, que como já sabemos não era o foco do seu interesse.

Enraizados os holandeses em solo paraibano, Irineu Ferreira Pinto segue sua trajetória cronológica e aponta questões idênticas às de Machado, até porque utilizou sua obra como referência, como a questão da sociedade, dos índios, das discussões fazendárias e das lutas de expulsão, com o detalhe de ser mais superficial e sem análises mais densas.

Pinto recorre, inúmeras vezes, a citações à obra de Varnhagen. Já na parte inicial, logo na página onze, ainda se referindo ao início da colonização do Brasil com o sistema de capitânicas hereditárias, em 1532, segue-o citando através das suas notas. Apesar de, nas páginas relativas ao período holandês, não fazer qualquer nota de rodapé mencionando Varnhagen, a reconstrução que faz dos acontecimentos e o tratamento que dá a eles, também estão na obra do mesmo. Exemplos: no que se refere às três tentativas que os holandeses fizeram contra os portugueses para dominarem a Paraíba, sobre a nomeação de Nassau como governador do Brasil holandês e o seu governo, e ainda, as exaltações a André Vidal de Negreiros. Outro exemplo é a rápida discussão sobre o governo de Elias Herckmans e seu enaltecimento como um dos melhores administradores da Paraíba durante a presença holandesa.

Sobre a data de 1637, cobre toda a presença do governador Nassau e de sua vinda à Paraíba, bem como da insatisfação de André Vidal de Negreiros que, segundo ele, chegou “a incendiar até os canaviais de seu pai Francisco Vidal... foi ferido no peito por uma chuchada e orçaria a sua idade pelos trinta annos e onze de serviços militares” (1977, p.54). Assim como Maximiano Machado, Irineu Pinto tem a mesma visão de André Vidal de Negreiros, a de um herói, e não faz nenhum comentário sobre a administração de Maurício de Nassau, a não ser a de que governou o Brasil, em Pernambuco, e que esteve na Paraíba. Não trata das construções, da relação com os judeus e etc. Outro momento peculiar na narrativa dos dois está na questão da partida de João Maurício de Nassau para a Holanda.

Embarca-se com destino a Hollanda, no porto da cidade, o Príncipe Maurício de Nassau, a sua comitiva, e onze índios dezesoijos de conhecer a grande metropole européa. Era composta de 13 navios, entre grandes e pequenos montados por 4400 homens de equipagem e providos de 327 peças, estava carregada de assucar, fumo, páo-brasil, couros, e outros generos commerciaes no valor de 2.600.000 florins, da companhia e de particulares. (p. 59)

Como vemos, Irineu Pinto é bem mais descritivo do que Maximiano Machado. Aqui um fato interessante: enquanto Pinto descreve, com riqueza de detalhes, a retirada de Nassau para a Holanda, Machado mostra como chegou a Paraíba “em 23 de janeiro de 1637, com 3.000 soldados, 800 marinheiros, 600 índios e pretos para Porto-Calvo, onde se achava Bagnoulo com seu pequeno exército inferior talvez a 2.000 homens. (MACHADO, 1977, p.179). Já Pinto ressalta a quantidade de navios, de pessoas e de produtos que estariam presentes na ocasião. Entendemos que, para ele, descrever minuciosamente os fatos era preservar a memória, pois este era seu objetivo, não permitir que ela se evadisse com o passar do tempo. Uma outra observação diz respeito a esta abordagem estritamente cronológica, em que os acontecimentos são narrados ano a ano. A periodização é uma preocupação que tem. Por isto, José Carlos Reis, que detecta a mesma característica em Varnhagen, na sua *História Geral do Brasil*, comparando-a “a um nostálgico e prazeroso álbum de fotografias das ações dos heróis portugueses” (REIS, 2002, p.49). No caso de Pinto esta analogia cabe muito bem, já que a leitura não é tão prazerosa pela grande quantidade de documentos que transcreve, mas que não deixa de ser fundamentalmente importante para os pesquisadores, pois transcrever os documentos e aproveitá-los de forma que os mesmos fiquem datados cronologicamente, para a época, não deveria ser tarefa fácil. E, paradoxalmente, este foi mesmo o grande valor desta sua obra, pela excessiva quantidade de informações que traz, pois sem esse seu trabalho, com toda certeza, muita documentação não iria chegar até os dias de hoje, apesar de, infelizmente, não citar quais foram os arquivos pesquisados.

Uma questão emblemática, e diferente de Maximiano Machado, está focada no tocante ao fato de Irineu Pinto não apresentar, de forma clara, o nome dos intelectuais que o influenciaram na elaboração das suas *Datas e Notas*, mas o que não vem a ser um empecilho, porque em várias passagens faz citações a Machado e Varnhagen.

Na parte final em que intitula de memórias, faz o mesmo percurso que Machado, ou seja, dedica várias páginas de enaltecimento à figura de André Vidal de Negreiros. Diz ele: “a Parahyba sente-se orgulhosa e ufana por ter inscripto em o numero dos seus filhos a mais extraordinária figura dos tempos coloniaes, o general André Vidal de Negreiros” (1977, p.67). Fala de sua genealogia e de sua relevância frente ao processo de lutas de separação dos holandeses do Brasil, e conclui:

Hoje que a Paraíba levanta-se para erguer a memória de seu filho querido, pagando-lhe assim os seus esforços pelo engrandecimento desta pátria, procurando levantar do obscuricismo a historia gloriosa deste Estado, faz-se mister que os seus sagrados despojos, que estão guardados na Matriz de

Goyanna venham dormir na cidade heróica que deu ao mundo um dos seus mais bellos ornamentos e que o bronze em uma das nossas praças, perpetue para sempre a memória do illustre general que em vida chamou-se André Vidal de Negreiros (1977, p.80).

Esta apologia à figura de André Vidal de Negreiros é presente, como já vimos, não apenas nas duas obras que analisamos neste capítulo, mas também nos livros didáticos de que já tratamos anteriormente.

Analisando a obra de Irineu Pinto como um todo, percebemos que ele apresenta os documentos como os responsáveis pela história, que bastava verificar a sua autenticidade para reconstruir o passado, pois tal como afirmava Ranke, era necessário “mostrar os fatos como eles realmente aconteceram”. A história se manifestaria através de documentação sem interrupções dos historiadores.

Devido ao grande apego ao documento, Irineu Pinto faz uma história política repleta de nomes e sobrenomes já consagrados pela historiografia do IHGB e do IAGP, como André Vidal, Maurício de Nassau, Mathias de Albuquerque, Elias Herckmans, Calabar, mas também destaca os nomes dos participantes dos acontecimentos que, depois de sua obra e da de Machado, se tornarão marcos na historiografia paraibana subsequente, como os de Duarte Domes da Silveira e de Francisco Rabello, o Rabelinho, proprietário de terras que se tornou um dos comandantes mais destemidos das forças da resistência. Os documentos revelam a história de uma parcela da população, sendo a elite o personagem principal em *Datas e Notas*, enquanto que as outras categorias sociais aparecem quando muito como coadjuvantes.

Concordamos que o “envelhecimento” de uma obra nos dá a oportunidade de entender sua posição na contemporaneidade, bem como o período de sua realização e as quais questionamentos o autor buscava responder. Como diz Reis “a data de uma obra diz muito sobre ela” (2002, p.14). Portanto, é necessário estarmos sempre atentos para o contexto mais amplo da produção do trabalho histórico, para que assim possamos evitar o risco dos anacronismos. Mas este “envelhecimento”, como já vimos, é relativo, porque as obras de nossos autores continuam a inspirar gerações de historiadores. Esse foi o caso dos livros didáticos analisados no capítulo inicial dessa dissertação e é o caso de inúmeras outras obras que se fundamentam nelas. Por exemplo, Emanuel Conserva de Arruda, em estudo sobre a obras de Horácio de Almeida – *História da Paraíba* (1978) e *O Brejo de Areia: Memórias de um município* (1958) – conclui, ao referir-se ao tomo 2 da *História da Paraíba*, que se inicia com a expulsão dos holandeses e finaliza em 1916, no início da Primeira República, que o autor “na elaboração deste livro utiliza documentos já consultados e obras já consagradas

sobre o período, elegendo praticamente as mesmas datas e heróis, exaltando os mesmos marcos históricos e a estes, dedicando capítulos inteiros” (2003, p.196). Este tem sido, como já falamos, o caminho trilhado pelos historiadores da Paraíba, em especial aqueles que se dedicam ao período colonial e ao período imperial. E, no que se refere ao período holandês, este certamente tem se constituído como o percurso obrigatório.

\*\*\*\*\*

## V. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso que norteou esta dissertação foi marcado por muitos desafios. No entanto, em todo trabalho de pesquisa o grande estímulo é, ao nosso entender, procurar superar as barreiras e vencer as dificuldades, tendo em vista que não podemos fugir das mesmas.

Um entrave que nos preocupou bastante esteve ligado ainda ao período da pesquisa, quando, por normas recentes do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano não conseguimos ter acesso aos documentos lá existentes. Esta acessibilidade teria sido bastante importante pelo fato de um dos autores por nós pesquisados ter sido membro da agremiação, no caso, Maximiano Lopes Machado. Impossibilitados de trilhar esse percurso procuramos ficar atentos à documentação existente no Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, do qual embora não tenha sido sócio por ter falecido cerca de uma década antes da fundação, se tornara referência obrigatória tendo em vista que, desde o início, o IHGP o havia reconhecido como o autor da primeira história da Paraíba e, além disso, muitos de seus membros fundadores o haviam conhecido, sendo seus contemporâneos. No entanto, no acervo dessa agremiação não conseguimos localizar nenhuma documentação mais específica sobre o mesmo. Sem perder de vista esta solução, identificamos algumas revistas, livros, e periódicos que continham informações sobre a vida e a obra de Machado. No entanto, consideramos que é possível e necessário avançar mais em relação a este aspecto, o que só poderá ser feito com uma consulta direta aos acervos da agremiação pernambucana.

Nosso trabalho se vincula à linha de pesquisa de Ensino de História e Saberes Históricos, e a partir da sua definição estruturamos o mesmo em três capítulos que buscaram apresentar algumas reflexões acerca de um tema específico: o período holandês na Paraíba, tal como visto/reconstruído por Machado, em *A História da Província da Paraíba* e por Irineu Ferreira Pinto em *Datas e Notas para a História da Paraíba*.

Porém, antes de tudo buscamos entender, na segunda parte do trabalho, após a Introdução, como os escritos destes autores influenciaram a historiografia paraibana subsequente. O leque era amplo. Tivemos que fazer escolhas, e dessa forma, optamos por trabalhar com a historiografia didática tendo em vista a nossa preocupação com o ensino de história e com a forma como as obras de nossos autores ajudaram a constituir a cultura histórica contemporânea acerca do período holandês. Escolhemos a década de 1970, e as obras de Carmem Coelho de Miranda Freire, *História da Paraíba* e de Vilma dos Santos Cardoso Monteiro, *Pequena História da Paraíba*, ambas escritas durante a vigência da ditadura militar. As autoras tinham em comum o fato de haverem sido professoras do ensino

secundário e, também, membros do IHGP. Procuramos perceber como o regime as influenciou e, também, como as reformas educacionais da época foram fundamentais para a sua escrita. Ainda nos dias de hoje estas obras são fontes de consulta constantemente utilizadas em sala de aula, como nós podemos testemunhar pelo fato de ocuparmos o cargo de professor de história na rede pública da Paraíba. Ou seja, os saberes históricos encontrados nesses livros didáticos expressam e, ao mesmo tempo, constituem uma cultura histórica bastante viva. Constatamos, no estudo por nós realizado, que os marcos factuais e teóricos centrais desses livros didáticos no que se refere ao período holandês, em que pesem as diferenças existentes entre eles, sendo o de Vilma Monteiro uma obra melhor construída do ponto de vista do conteúdo, ainda estão fundados nas obras escritas entre o final do século XIX (a de Machado) e o início do século XX (a de Pinto).

Teoricamente o nosso texto está centrado nas proposições de Michel de Certeau sobre o fazer do historiador, a operação historiográfica, especialmente quanto às questões que levanta acerca do lugar social em que ela se processa. Daí porque tentamos entender as vinculações dos autores, as suas práticas de escrita, ou seja, a maneira como cada um escreve seu texto e, concluímos, a filiação dos dois aos Institutos Históricos diz muito das suas posturas ideológicas e intelectuais. Por estas razões é que buscamos entender como os Institutos Históricos se constituíram, já que foram as bases de produção dos autores, ou seja, procuramos entender como este lugar social influenciou suas vidas, obras, carreiras e também como se tornaram responsáveis pela conformação dessa cultura histórica local sobre o período holandês. Discussão que ocupou toda a terceira parte de nosso trabalho.

Uma questão interessante e que une todos os institutos é o objetivo primordial que tiveram: a preocupação com a questão da nacionalidade e com a conservação da memória, fosse no período imperial, fosse no republicano. Questão da nacionalidade que, no IAHGP e IHGP, foi defendida ao mesmo tempo em que se buscava traçar as identidades locais, a pernambucanidade e a paraibanidade. Mesmo com o chegar da República, quando o foco passa a ser a discussão sobre o federalismo e a autonomia dos estados, tais ideais permaneceram acesos. Percebemos claramente os vínculos dos políticos como sócios dos Institutos. A História teve neste lugar social seu espaço privilegiado de produção e divulgação, através dos trabalhos de seus sócios que, na maioria das vezes, não foram historiadores de profissão, no sentido de não terem na história sua atividade principal. Esse foi o caso de Machado, profissional liberal e político engajado. Pinto, por seu lado, embora tenha, a partir da fundação do IHGP, se dedicado com bastante vigor à pesquisa histórica, permaneceu até a morte, ocupando cargos públicos na burocracia do estado da Paraíba. Suas

contribuições como historiadores, no entanto, são duradouras e imprescindíveis para o conhecimento histórico sobre a Paraíba e o nordeste do Brasil.

Finalmente, no último capítulo procuramos demonstrar, após uma breve discussão sobre o conceito de historiografia, em que bases teóricas e metodológicas os dois autores produzem suas obras. Procuramos destacar a importância de ambas, inclusive apresentando o impacto que tiveram no interior dos institutos históricos à época em que foram produzidas. Importância essa que, como tentamos demonstrar ao analisar os dois livros didáticos, permanece perceptível na atualidade. Encontramos na *História da Província da Paraíba* e nas *Datas e Notas para a História da Paraíba*, no que se refere ao tratamento dado ao período holandês, a expressão mais viva da tarefa que os institutos históricos da época, através das obras de seus sócios, se propunham: a de afirmar a nacionalidade brasileira, ao mesmo tempo em que afirmavam também a especificidade da identidade local. Isso foi feito através da seleção de marcos cronológicos e de heróis, em sua maior parte extraídos da obra de Varnhagen, cujas memórias, constantemente acionadas, alimentam as comemorações cívicas. Sobressaem em ambos, como marcos cronológicos, a capitulação da Paraíba em 1634, pelo fato dos “paraibanos” terem resistido durante quatro anos aos ataques à fortaleza de Cabedelo e também em função de terem, após a derrota, negociado um acordo com os invasores que, aliás, não os cumpriram; destaca-se o período do governo de Nassau, e na Paraíba, de Elias Herckmans (1636-39), considerado o “melhor governador holandês”; destacam-se, por fim, as datas das batalhas dos Guararapes e a capitulação final dos holandeses em 1654. Herói dos heróis, todos os autores que estudamos, incluindo as dos livros didáticos, glorificam André Vidal de Negreiros: nascido na Paraíba, filho de um proprietário de terras, fidalgo da Casa Real, guerreiro destemido, homem de confiança das autoridades régias.

Parece-nos que, ao estudarmos as obras de Machado e Pinto, sobressai uma tensão que, no dizer de Diehl (1998, p.62), atravessou toda a produção historiográfica do século XIX, e que ao nosso ver, permanece nas primeiras décadas do século XX, caso da obra de Pinto. Trata-se de, ao mesmo tempo, atender duas exigências: de objetividade, de um lado, e de um posicionamento intelectual bastante claro em relação à afirmação do Estado nacional, fosse ele monárquico, ou republicano. Essa tensão gerou acusações, “ora de partidarismo, ora de falta de originalidade”. Na direção de uma dupla tensão também caminham as conclusões de Eduardo Guimarães ao tratar do caso específico da revista do IHGB:

Assim, não é de se estranhar que oscilando entre: a necessidade utilitária da administração do Estado; a demanda essencialista romântica em busca das origens; e o gosto histórico laudatório do poder, encontre-se nas páginas da

Revista do IHGB trabalhos para todos os gostos da eclética elite imperial (1996, p.72).

Nossos autores escrevem em uma época em que o conhecimento histórico é visto como um instrumento para a formação de patriotas. Suas obras devem ser entendidas como parte do esforço que o Estado brasileiro desenvolve neste sentido, uma pedagogia do esclarecimento, sob o comando das autoridades e das elites. Ao mesmo tempo, em consonância com as preocupações historiográficas de seu tempo, ambos procuram a objetividade, no sentido de construir suas “verdades” com apoio nos documentos. As suas narrativas não se sustentam simplesmente no recurso a frases de efeito, mas na prova documental, que é, aliás, para Pinto, sinônimo da história.

A importância dessa memória oficial produzida pelo IHGP é inquestionável. As obras de Maximiano Machado e Irineu Pinto, como expressão dessa memória e também por suas qualidades historiográficas, tornaram-se verdadeiros “clássicos” da historiografia paraibana que, como frisamos no desenvolvimento do nosso trabalho, perduram através dos tempos, como referências obrigatórias para aqueles que estudam a história e a historiografia da Paraíba, incluindo as autoras dos livros didáticos que estudamos. Esperamos, portanto, ter contribuído para o entendimento da cultura histórica local paraibana no que se refere ao período holandês, mesmo tendo a convicção de que outros trabalhos surgirão, tendo em vista que nenhum tema está esgotado e que novas contribuições sempre irão emergir, porque a história é o exercício da criatividade, da crítica e da inovação.

\*\*\*\*\*

## VI. Fontes e Bibliografia

### 6.1. Fontes

#### 6.1.1. Fontes Impressas

FREIRE, Carmem Coelho de Miranda. *História da Paraíba: período colonial e Brasil Reino*. 4ed. João Pessoa: Gráfica Universal, 1974.

MACHADO, Maximiano Lopes. *História da Província da Paraíba*. v. I e II. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1977.

\_\_\_\_\_. *Quadro da Revolta Praieira na Província da Parahyba*. 2ed. João Pessoa: UFPB/FURNe, 1983.

MONTEIRO, Vilma Cardoso. *História da Fortaleza de Santa Catarina*. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1972.

\_\_\_\_\_. *Pequena História da Paraíba*. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1975.

PINTO, Irineu Ferreira. *Datas e Notas para a História da Paraíba*. 2v. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1977.

#### 6.1.2. Fontes Manuscritas (Arquivo Flávio Maroja/IHGP)

- Documentação dos sócios do IHGP
  - Carmem Coelho de Miranda Freire – A7G1P41-DS/SE
  - Vilma Cardoso Monteiro – A7G1P54-DS/SE

## 6.2. Referências Bibliográficas:

### 6.2.1. Livros/Dissertações/Teses

ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (orgs.). *Ensino de História*. Conceitos, Temáticas e Metodologia. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (orgs.). *Cultura Política e Leitura do Passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

ALMEIDA, Horácio. *História da Paraíba*. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1978.

AMORIM, Laura Helena Baracuhy. A Economia Paraibana na Etapa da Articulação Comercial (1930-1970). In: FERNANDES, Irene R.; AMORIM, Laura H. B. *Atividades Produtivas na Paraíba*. João Pessoa: Ed.Universitária/UFPB, 1999 (Coleção História Temática da Paraíba, v.2).

\_\_\_\_\_. A Economia Paraibana na Fase da Integração Produtiva (1970-1990). In: FERNANDES, Irene R.; AMORIM, Laura H. B. *Atividades Produtivas na Paraíba*. João Pessoa: Ed.Universitária/UFPB, 1999 (Coleção História Temática da Paraíba, v.2).

ARAÚJO, Railane Martins de. *O Governo Pedro Gondim e o Teatro do Poder na Paraíba: Imprensa, Imaginário e Representações*. (1958-1965). 2009, 140p. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal da Paraíba/UFPB.

ARÓSTEGUI, Júlio. *A Pesquisa Histórica: teoria e método*. Trad. Andréa Dore; revisão técnica de José Jobson de Andrade Arruda. Bauru, SP: EDUSC, 2006 (Coleção História).

ARRUDA, José Jobson; TENGARRINHA, José Manuel. *Historiografia luso-brasileira contemporânea*. Bauru: São Paulo: EDUSC, 1999.

BALDISSERA, José Alberto. *O Livro Didático de História: Uma Visão Crítica*. Porto Alegre: Evangraf, 1994.

BARROS, José D'Assunção. *O Campo da História: especificidades e abordagens*. Petrópolis: Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

\_\_\_\_\_. História Cultural e História das Idéias: diálogos historiográficos. In: GEBRAN, Philomena (org.). *História Cultural: várias interpretações*. Goiânia: E.V, 2006.

BERGER, Manfredo. *Educação e Dependência*. 2ed. Rio de Janeiro: Difel, 1977.

BEZERRA, Francisco Chaves. *O Ensino Superior de História na Paraíba (1952-1974): aspectos acadêmicos e institucionais*. 2007. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba/UFPB.

BICALHO, Maria Fernanda Baptista. Pacto Colonial, autoridades negociadas e o império ultramarino português. In: SOIHET, R.; BICALHO, M. F.; GOUVEA, M. F. S. (org). *Culturas Políticas: ensaios de história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

BITTENCOURT, Circe (org.). *Dicionário de Datas da História do Brasil*. São Paulo, Contexto, 2007.

BLANKE, H. W. Para uma nova história da historiografia. In: MALERBA, Jurandir (org). *A História Escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e Abusos da História Oral*. Trad. João Henrique Amaro. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

BRAUDEL, Fernand. A Longa Duração. In: \_\_\_\_\_. *História e Ciências Sociais*. 5ed. Lisboa: Editorial Presença, s/d (p.7-39).

BURKE, Peter. *A Escrita da História*. Novas Perspectivas. Trad. Magda Lopes. 2ed. São Paulo: Unesp, 1992.

\_\_\_\_\_. *O Que é História Cultural?* Trad. Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CAIMI, Flávia E.; MACHADO, Ironita A.P.; DIEHL, Astor A. (org). *O Livro Didático e o Currículo de História em Transição*. 2ed. Passo Fundo-RS: UPF, 2002.

CAIMI, Flávia E. Contextualizando o Livro Didático. In: CAIMI, Flávia E.; MACHADO, Ironita A.P.; DIEHL, Astor A. (org). *O Livro Didático e o Currículo de História em Transição*. 2ed. Passo Fundo-RS: UPF, 2002 (p.33-50).

CARBONELL, Charles-Olivier. *Historiografia*. Trad. Pedro Jordão. Lisboa: Teorema, 1981.

CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARVALHO, Inaiá Maria M. *O Nordeste e o Regime Autoritário*. São Paulo, Hucitec/SUDENE, 1987.

CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da ordem. A elite política imperial; Teatro de Sombras. A política imperial*. 4ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro; VAINFAS, Ronaldo (orgs). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CERTEAU, Michel. *A Escrita da história*. 2ed. Trad. Carlos Marcelo Lopes. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2000.

CITTADINO, Monique; GONÇALVES, Regina Célia. *Historiografia em Diversidade: Ensaios de História e Ensino de História*. Campina Grande: Editora da UFCG, 2008.

CITTADINO, Monique. A Política Paraibana e o Estado Autoritário (1964-1986). In: SILVEIRA (e outros). *Estrutura de Poder na Paraíba*. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1999 (Coleção História Temática da Paraíba, v.4).

\_\_\_\_\_. *Poder local e Ditadura Militar: o governo João Agripino-Paraíba (1965-1971)*. Bauru, SP: EDUSC, 2006.

CORDEIRO JUNIOR, Raimundo Barroso. História da História ou da Historiografia como História Social. In: MARIANO, Serioja, R. C.; SÁ, Ariane Norma de Menezes (orgs). *Histórias da Paraíba: autores e análises historiográficas sobre o século XIX*. João Pessoa: Universitária/UFPB, 2003.

CORREIA, Francinaldo Alves. *Contexto Político e perfil dos Movimentos Sociais do Campo na Zona da Mata Sul de Pernambuco de 1962 a 1964*. 2008. 67p. Trabalho Final de conclusão de Curso/Licenciatura em História para os Movimentos Sociais do Campo-PEC/MS/Universidade Federal da Paraíba/UFPB.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia a República*. 3ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

COSTA, Simone da Silva. *Mulheres em Defesa da Ordem: um estudo do Núcleo Noelista da Paraíba (1930-1945)*. 2007. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba/UFPB.

CHARTIER, Roger. *À Beira da Falésia: a história entre certezas e inquietude*. Trad. Eduardo Pontes Prado, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

\_\_\_\_\_. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Trad. Maria Manuella Galhado. 2ed. Lisboa: Difel, 2002.

DIAS, Margarida Maria Santos. *Intrepida ab Origine: o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e a produção da história local*. João Pessoa: Almeida, 1996.

DIEHL, Astor Antônio. *A Cultura Historiográfica Brasileira: do IHGB aos anos de 1930*. Passo Fundo-RS: Ediupf, 1998.

\_\_\_\_\_. *Cultura Historiográfica: memória, identidade e representação*. Bauru-SP: Edusc, 2002.

FERNANDES, Irene R.; AMORIM, Laura H. B. *Atividades Produtivas na Paraíba*. João Pessoa: Ed.Universitária/UFPB, 1999 (Coleção História Temática da Paraíba, v.2).

FERRO, Marc. *A manipulação da História no Ensino e nos Meios de Comunicação*. A História dos Dominados em Todo o Mundo. Trad. Wladimir Araújo. São Paulo: Ibrasa, 1983.

FONSECA, Selva Guimarães. *Caminhos da História Ensinada*. 7ed. Campinas-SP: Papirus, 1993.

\_\_\_\_\_. *Didática e Prática de Ensino de História*. Experiências, Reflexões e Aprendizados. Campinas-SP: Papirus, 2003.

FREITAS, Marcos Cezar (org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.

GATTI, Jr. Décio. *A Escrita Escolar da História*. Livro didático e ensino no Brasil (1970-1990). Bauru-SP: Edusc, 2004.

GAUDÊNCIO, Francisco de Sales. *Joaquim Silva: um empresário ilustre do Império*. Bauru-SP: Edusc, 2007.

GOMES, Ângela de Castro. A reflexão teórico-metodológica dos historiadores brasileiros: contribuições para pensar a nossa História. In: GUAZELLI, César Augusto Barcellos et al (orgs.). *Questões de Teoria e Metodologia da História*. Porto Alegre: Universitária/UFRGS, 2000.

GONÇALVES, Regina; LAVIERI, João Roberto; LAVIERI, Maria Beatriz F.; RABAY, Glória. *A Questão Urbana na Paraíba*. João Pessoa: Editora da UFPB, 1999. (Coleção História Temática da Paraíba, v.3).

GONÇALVES, Regina Célia. *Guerras e Açúcares: política e economia na Capitania da Paraíba, 1585-1630*. Bauru, São Paulo: Edusc, 2007.

\_\_\_\_\_. A Paraíba no Período Colonial. In: *A Paraíba nos 500 Anos do Brasil*. João Pessoa: IHGP, 2000 (p.11-30).

GUAZELLI, César Augusto Barcellos et al (orgs.). *Questões de Teoria e Metodologia da História*. Porto Alegre: Universitária/UFRGS, 2000.

GUEDES, Nonato et al. *O Jogo da Verdade*. Revolução de 64, Trinta Anos Depois. João Pessoa, A União, 1994.

GUIMARÃES, Eduardo Henrique de Lima. *Religião, Pátria e Liberdade: a historiografia do IAGP de 1862 a 1876*. 1997. 198p. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pernambuco/UFPE.

GUIMARÃES NETO, Leonardo. *Introdução à Formação Econômica do Nordeste*. Da articulação comercial à integração produtiva. Recife: Massangana, 1989.

GUIMARÃES, Luiz Hugo. *Irineu Ferreira Pinto*. João Pessoa: A União, s/d. (Coleção Historiadores Paraibanos).

\_\_\_\_\_. *Maximiano Lopes Machado: primeiro historiador da Paraíba*. João Pessoa: A União, s/d. (Coleção Historiadores Paraibanos).

\_\_\_\_\_. *História do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*. João Pessoa, Editora Universitária, 1998.

GURJÃO SILVA, Eliete de Queiroz. A Paraíba Republicana (1889-1945). In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy et al. *Estrutura de Poder na Paraíba*. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1999 (p.53-95).

HADDOCK, B. A. *Uma Introdução ao Pensamento Histórico*. Lisboa: Gradiva, 1989.

HERCKMANS, Elias. *Descrição Geral da Capitania da Paraíba*. João Pessoa: A União, 1982.

HESPANHA, Antônio Manuel; SANTOS, Maria Catarina. Os poderes num Império Oceânico. In: MATTOSO, José. (dir). *História de Portugal*. Quarto Volume; o Antigo Regime (1620-1807). Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)*. Trad. Marcos Santa Rita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

\_\_\_\_\_. *Sobre História*. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia da Letras, 1998.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUNT, Lynn. *A Nova História Cultural*. Trad. Jefferson Luiz Camargo. 2ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

IGLESIAS, Francisco. *Os Historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte: UFMG, IPEA, 2000.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PARAIBANO. *Memorial*. Edição comemorativa dos 90 anos da fundação 1905/1995. João Pessoa: 1995.

\_\_\_\_\_. *Índice da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*. Ano LXXXII. João Pessoa: 1995

JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. O Diálogo Convergente: políticos e historiadores no início da República. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998 (p.119-143).

JOFFILY, Irineo. *Notas sobre a Paraíba*. Brasília: Thesaurus, 1958.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: a contribuição à semântica dos tempos históricos*. Trad. Cesar Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2006.

LAPA, José Roberto do Amaral. *Historiografia Brasileira Contemporânea. A História em Questão*. 2ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

LAVIERI, João Roberto; LAVIERI, Maria Beatriz F. Evolução urbana de João Pessoa Pós-60. In: GONÇALVES; LAVIERI e LAVIERI; RABAY. *A Questão Urbana na Paraíba*. João Pessoa: Editora da UFPB, 1999 (p.39-66). (Coleção História Temática da Paraíba, v.3).

LEAL, José. *Itinerário da História* (imagem da Paraíba entre 1518 e 1965). João Pessoa: Gráfica Comercial, 1965.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Trad. Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Ferreira Borges. 3ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: novos problemas*. 2ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

LIMA, Guaraciane Mendonça de. *O Collégio de Educandos Artífices (1865-1874): a infância desvalida da Parahyba do Norte*. 2008. Dissertação (Mestrado em História).Universidade Federal da Paraíba/UFPB.

LINS, Guilherme Gomes da Silveira D'Ávila. *Historiografia e Historiadores Paraibanos*. João Pessoa, Paraíba: Empório dos Livros, 1999.

\_\_\_\_\_. *Uma Apreciação Crítica do Período Colonial na "História da Paraíba. Lutas e Resistência"*. João Pessoa: Felipéia, 2006.

MACHADO, Maximiano Lopes. "Espírito Revolucionário – Pensamento Libertador". Maximiano Lopes Machado e a Construção da História Paraibana. In: MARIANO, Serioja, R. C.; SÁ, Ariane Norma de Menezes (org). *Histórias da Paraíba: autores e análises historiográficas sobre o século XIX*. João Pessoa: Universitária/UFPB, 2003.

MAGALHÃES, Marcelo de Souza. História e Cidadania. Por que ensinar história hoje? In: ABREU, Marthá; SOIHET, Rachel (orgs.). *Ensino de História*. Conceitos, Temáticas e Metodologia. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003 (p.168-184).

MALERBA, Jurandir (org). *A História Escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006.

MARIANO, Nayana R. C. *A Representação dos Índios nos Livros Didáticos de História*. Dissertação de Mestrado em Educação/PPGE/UFPB. João Pessoa: 2006.

MARIANO, Serioja, R. C.; SÁ, Ariane Norma de Menezes (org). *Histórias da Paraíba: autores e análises historiográficas sobre o século XIX*. João Pessoa: Universitária/UFPB, 2003.

MARIZ, Celso. *Evolução Econômica da Paraíba*. 2ed. João Pessoa: A União, 1978.

\_\_\_\_\_. *Apanhados Históricos da Paraíba*. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1980.

\_\_\_\_\_. *Memória da Assembléia Legislativa* (Aumentada e atualizada por Deusdedit Leitão). João Pessoa: A União, 1987.

MARSON, Izabel Andrade. 29 de Setembro de 1848. Revolução Praieira. In: BITTENCOURT, Circe (org.). *Dicionário de Datas da História do Brasil*. São Paulo, Contexto, 2007 (p.223-226).

MATTOS, Hebe. O Herói Negro no Ensino de História do Brasil: representações e uso das figuras de Zumbi e Henrique Dias nos compêndios didáticos brasileiros. In: GONTIJO, Rebeca et al (orgs). *Cultura Política e Leitura do Passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda Restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. 2ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.

\_\_\_\_\_. *Rubro Veio: o imaginário da restauração Pernambucana*. 2ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

\_\_\_\_\_. *A Fronda dos Mazombos: Nobres Contra Mascates - Pernambuco (1666- 1715)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos Flamengos*. Influência da Ocupação Holandesa na Vida e Cultura do Norte do Brasil. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1982.

MELLO, José Octávio de Arruda (coord). *Capítulos de História da Paraíba*. Campina Grande: Grafset, 1987.

MONTEIRO, Ana Maria; GASPARELLO, Arlette M.; MAGALHÃES, Marcelo de S. *Ensino de História. Sujeitos, Saberes e práticas*. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2007.

MONTEIRO, John Manuel. *Tupis, Tapuias e Historiadores*. Estudos de História Indígena e do Indigenismo. 2001. Tese (Pós-Doutorado). Universidade Estadual Paulista, Campinas.

MONTEIRO, Vilma. *História da Fortaleza de Santa Catarina*. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1972.

\_\_\_\_\_. *Pequena História da Paraíba*. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1975.

MORAES, Renata Figueiredo. Memórias e Histórias da Abolição: uma leitura das obras didáticas de Osório Duque-Estrada e João Ribeiro. In: ABREU, Matha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (orgs.). *Cultura Política e Leitura do Passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007 (p.249-266).

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan. *Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba*. João Pessoa: Ed.Universitária/UFPB, 1997.

MUNAKATA, Kazumi. O Livro Didático e o Professor. In: MONTEIRO, Ana Maria; GASPARELLO, Arlette M.; MAGALHÃES, Marcelo de S. *Ensino de História. Sujeitos, Saberes e práticas*. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2007 (p.137-147).

NADER, Alexandre Antonio Gíli. *Tempo e Conhecimento: Dialética da duração e fundamentos da narrativa para uma história de tempo recente/presente (1968–2002) da Educação Superior Brasileira*. 2004. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco/UFPE.

NEVES, Joana. Professor Cidadão, Educando Cidadão. In: OLIVEIRA, Margarida M. D. (org.). *Contra o Consenso: LDB, DCN, PCN e reformas no ensino*. João Pessoa, ANPUH-PB/Sal da Terra, 2000 (p.28-36)

NUNES, Paulo Giovanni Antônio. *O Partido dos Trabalhadores e a política na Paraíba: construção e trajetória do partido no Estado (1980/2000)*. João Pessoa: Sal da Terra, 2004.

ODALIA, Nilo. *As Formas do Mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

OCTAVIO, José. *História da Paraíba*. 2ed. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1995.

OLIVEIRA, Eliezer. *As Forças Armadas : Política e Ideologia no Brasil*, Rio de Janeiro: Vozes, 1976.

OLIVEIRA, Elza Regis de. *A Paraíba na Crise do Século XVIII: subordinação e autonomia (1755-1799)*. Fortaleza: BNB-ETENE, 1985.

OLIVEIRA, Elza R.; MENEZES, Mozart V.; LIMA, Maria da Vitória B. *Catálogo dos Documentos Manuscritos Avulsos Referentes à Capitania da Paraíba, Existentes no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2002.

OLIVEIRA, Margarida M. D. (org.). *Contra o Consenso: LDB, DCN, PCN e reformas no ensino*. João Pessoa, ANPUH-PB/Sal da Terra, 2000.

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. *O Direito ao Passado*. Uma discussão necessária à formação do profissional de História. 2003. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal de Pernambuco/UFPE. Recife.

OLIVEIRA, Margarida M. D.; CAIMELLI, Marlene R.; OLIVEIRA, Almir F. B. *Ensino de História: Múltiplos ensinamentos em múltiplos espaços*. Natal: EDFURN, 2008.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. *Da Era das Cadeiras Isoladas à Era dos Grupos Escolares na Paraíba*. Campinas-SP: Autores Associados; São Paulo: Universidade São Francisco, 2002.

PINTO, Luiz. *Vidal de Negreiros: afirmação e grandeza de uma raça*. Rio de Janeiro: Alba, 1960.

PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

PORDEUS, Teresinha de Jesus Ramalho. *História da Paraíba*. 2ed. João Pessoa: Gráfica Universal, 1978.

PRADO JUNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

RABAY, Glória. Movimentos de Moradores: conflitos e disciplinamento. In: GONÇALVES; LAVIERI e LAVIERI; RABAY. *A Questão Urbana na Paraíba*. João Pessoa: Editora da UFPB, 1999 (p.67-72). (Coleção História Temática da Paraíba, v.3).

REIS, José Carlos. *A História entre a Filosofia e a Ciência*. São Paulo: Ática, 1996.

RODRIGUES, Cláudio José Lopes. *A Universidade em Positivo e Negativo*. A Memória Fotográfica da UFPB. João Pessoa: Ed.Universitária/UFPB, 1997.

RODRIGUES, José Honório. *História e Historiografia*. Petrópolis: Vozes, 1970

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil 1930/1970*. Petrópolis: Vozes, 1978.

RUSEN, Jorn. Historiografia comparativa intercultural. In: MALERBA, Jurandir (org). *A História Escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006.

SCHAFF, Adam. *História e Verdade*. Trad. Maria Paula Duarte, São Paulo: Martins Fontes, 1987.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

\_\_\_\_\_. *As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Cláudia Neves. Igreja Católica, Assistência Social e Caridade: Aproximações e Divergências. In: *Sociologias*. n.15. Porto Alegre: Jan/Jun 2006. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-45222006000100012&script=sci\\_arttext&lng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-45222006000100012&script=sci_arttext&lng=pt). Acesso em: 02 jun. 2009.

SILVA, José Graziano da. *A Modernização Dolorosa*. Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

SILVA, Rogério Forastieri da. *História da Historiografia: capítulos para uma história das histórias da historiografia*. Bauru-SP: Edusc, 2001.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. Apresentação. In: OLIVEIRA, Elza R.; MENEZES, Mozart V.; LIMA, Maria da Vitória B. *Catálogo dos Documentos Manuscritos Avulsos Referentes à Capitania da Paraíba, Existentes no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2002.

\_\_\_\_\_. Cultura Histórica e Construção do Estado Nacional: celebrações e memórias de um Brasil que (não foi). Comunicação apresentada no I Encontro de História do Império Brasileiro (Múltiplas Visões: Cultura Histórica no Oitocentos). João Pessoa, 2008 (não publicado).

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy et al. *Estrutura de Poder na Paraíba*. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1999.

SOUSA, Fábio Gutemberg R. B. de. Livros Didáticos de História da Paraíba: uma análise historiográfica. In: CITTADINO, Monique; GONÇALVES, Regina Célia. *Historiografia em Diversidade: Ensaio de História e Ensino de História*. Campina Grande: Editora da UFCG, 2008 (p.33-48).

SOUZA, Laura de Mello e. *O Sol e a Sombra: política e administração na América Portuguesa do século XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

STAMATTO, Maria Inês S. Historiografia e Ensino de História através dos Livros Didáticos de História. In: OLIVEIRA, Margarida M. D.; CAIMELLI, Marlene R.; OLIVEIRA, Almir F. B. *Ensino de História: Múltiplos ensinamentos em múltiplos espaços*. Natal: EDFURN, 2008 (p.137-150).

VAINFAS, Ronaldo. História das mentalidades e história cultural. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

WEFFORT, Francisco. *O Populismo na Política Brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

WEHLING, Arno. *Estado, História, Memória: Varnhagen e a Construção da Identidade Nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José C. M. *Formação do Brasil Colonial*. 4ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

### 6.2.2. Periódicos

ALBUQUERQUE, Theodoro d'. Sobre um Livro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*. n.1, João Pessoa: Imprensa Oficial, 1909.

ARAÚJO, Amaury Vasconcelos de. Irineu Pinto e os Primeiros Historiadores do IHGPB. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*. n.40, set/2007. João Pessoa: IHGP; Editora Universitária/UFPB, 2008.

BITTENCOURT, Circe M.F. Os Confrontos de uma Disciplina Escolar: da história sagrada à história profana. In: *Revista Brasileira de História*. v.13, n.25/26. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, set.92/ago.93 (p.193-221).

BOMENY, Helena. A Reforma Universitária de 1968 25 Anos Depois. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. n.26. São Paulo, ANPOCS, 1993.

CARVALHO, Alfredo. Uma História da Paraíba. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*. v.1, João Pessoa: Imprensa Oficial, 1909. p.286-288.

CARVALHO, Jader. História da Parahyba. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*. v.1, João Pessoa: Imprensa Oficial, 1909. p.294-195.

CITTADINO, Monique. A UFPB e o Golpe de 64. *Cadernos da ADUFPB/ JP/ SSind*. n. 10, João Pessoa: ADUFPB-JP, 1993.

\_\_\_\_\_. Estado autoritário pós-64: perspectivas historiográficas. In: *Saeculum: revista de história*, nº-3, jan. dez, 1997, João Pessoa/UFPB, 1999, 202p.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. O Livro Didático e a Pedagogia do Cidadão: O papel do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no Ensino de História. In: *Saeculum*. Revista de História. n.13. João Pessoa: DH/PPGH/UFPB, jul/dez 2005 (p.121-131).

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. Educação e Trabalho na Paraíba: a Escola de Aprendiz e Artífices. In: *Saeculum*. Revista de História. n.3. João Pessoa: DH/UFPB, Jan/Dez 1997 (p.69-79).

FLORES, Élio Chaves. Dos feitos e dos ditos: História e Cultura Histórica. In: *Revista Saeculum*. n.16. João Pessoa: Departamento de História/ Programa de Pós-Graduação em História/UFPB. Jan/Jun 2007.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. In: *Estudos Históricos*. v.1, n.1. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988 (p.5-27).

MARIZ, Celso. O IHGP na Evolução Cultural da Paraíba. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*. v.13, João Pessoa: Imprensa Oficial, 1909, p. 25.

MEDEIROS, Coriolano. Estréia Feliz. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*. v.1, João Pessoa: Imprensa Oficial, 1909. p.289-290.

\_\_\_\_\_. Entradas. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*. n.2. Paraíba: Imprensa Oficial, 1910.

PARIS, Robert. Biografia e "Perfil" do Movimento Operário. In: *Revista Brasileira de História*. v.17, n.33. São Paulo: ANPUH/Ed.Unijuí, 1997.

RAMOS, Adauto. Síntese Histórica do Instituto Paraibano de Genealogia e Heráldica. In: *Revista do IPGH*. Ano I, n.1. João Pessoa, 1991 (p.7-12).

*Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*. n.29, tomo IV, Recife-Pernambuco, 1883.

SILVA, Ana Beatriz Ribeiro Barros. André Vidal de Negreiros: a necessidade de construção de um herói legitimamente paraibano. In: *Saeculum*. Revista de História, ano 12, n 14(2006). João Pessoa: Departamento de História/Programa de Pós-Graduação em História/UFPB, jan./jun. 2006.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. A Cultura Histórica em Representações sobre territorialidades. In: *Revista Saeculum*. n.16. João Pessoa: Departamento de História/ Programa de Pós-Graduação em História/UFPB, Jan/Jun 2007.

VEIGA Jr, J. O Viver Atribulado de Irineu Pinto. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*. v.12, João Pessoa: Editora Teone, 1953. p.141-143.

### 6.3. Sítios eletrônicos consultados:

- <http://www.correios.com.br>. Acesso: 01 ago. 2008.
- <http://www.prefeituradejoaopessoa.com.br> . Acesso: 01 ago. 2008.
- <http://www.paraiba.pb.gov.br>. Acesso: 01 ago. 2008.
- <http://www.ufrj.br>. Acesso: 10 maio. 2009.
- <http://www.cleofas.com.br/virtual/texto.php>. Acesso: 02. jun. 2009.
- [http://www.cpdoc.fgv.br/nav\\_fatos\\_imagens/htm/fatos/AI5.htm](http://www.cpdoc.fgv.br/nav_fatos_imagens/htm/fatos/AI5.htm). Acesso: 02 jun. 2009.
- [http://www.aplpb.com.br/academicos/detalhes.php?id\\_acad=10](http://www.aplpb.com.br/academicos/detalhes.php?id_acad=10). Acesso: 16 jul. 2009.
- <http://www.ifch.unicamp.br/ihb>. Acesso: 20 jul. 2009.

**VII. ANEXOS**

**Figura 1**



**Carmem Coelho de Miranda Freire**

Foto do acervo do Arquivo Flávio Maroja do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano

15 de junho de 2009

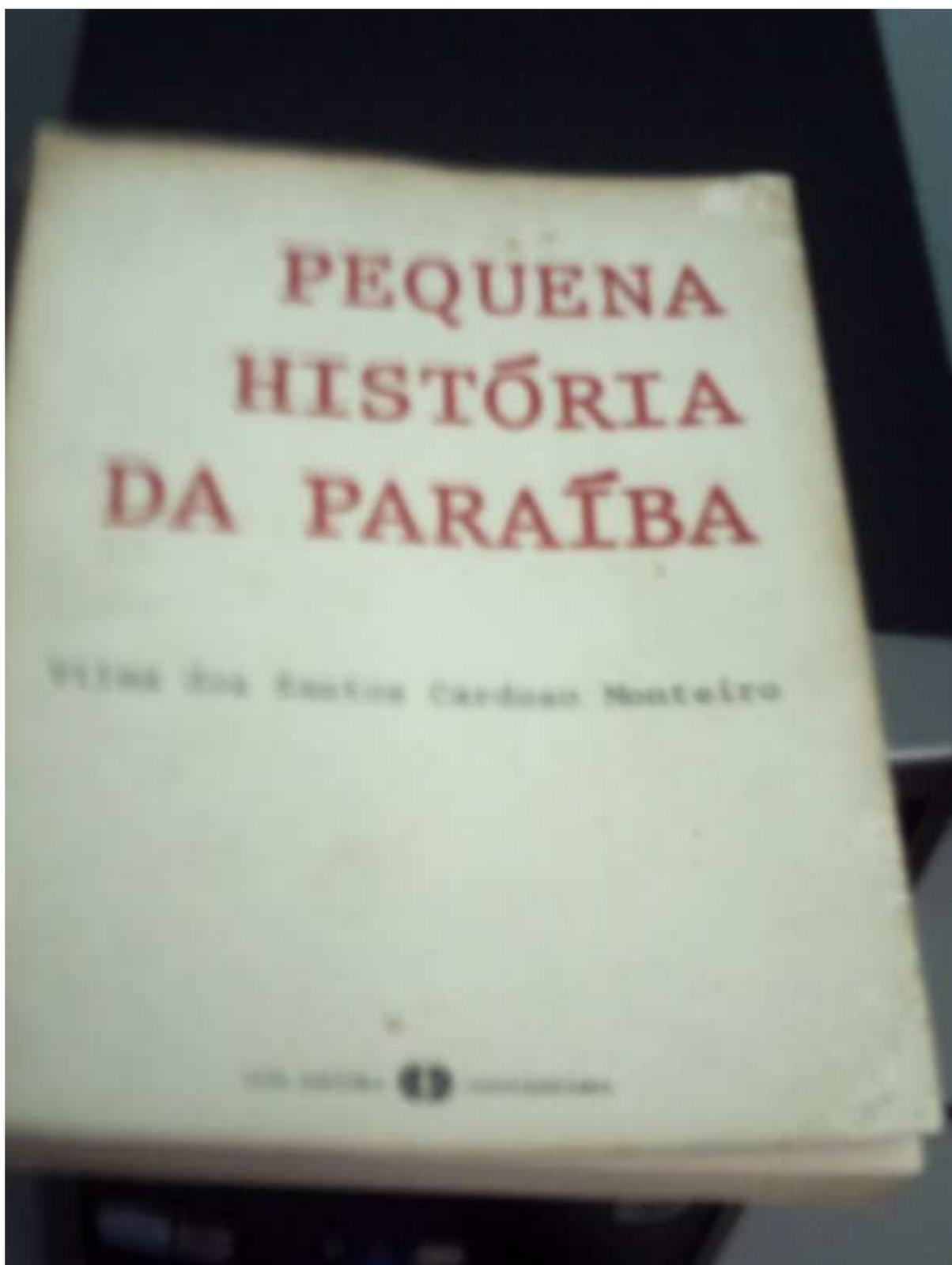
**Figura 2****Capa e contracapa do livro de Carmem Coelho de Miranda Freire. Acervo do autor.**

**Figura 3**

**Assinatura da posse de Vilma dos Santos Cardoso Monteiro no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/UFPB.**

Fonte: RODRIGUES, Cláudio José Lopes. *A Universidade em Positivo e Negativo. A Memória Fotográfica da UFPB*. João Pessoa: Ed.Universitária/UFPB, 1997. p. 116.

Figura 4



Capa do livro de Vilma Monteiro. Acervo do autor.

**Figura 5****Maximiano Lopes Machado**

Fonte: [www.ihgp.net](http://www.ihgp.net). Acesso: 25 jul. 2009.

**Figura 6****Irineu Ferreira Pinto**

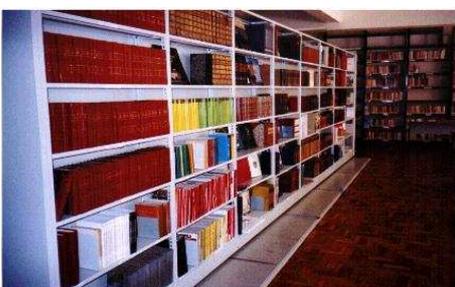
Fonte: [www.ihgp.net](http://www.ihgp.net). Acesso: 25 jul. 2009.

Foto 7



**Biblioteca Irineu Ferreira Pinto, localizada na Rua Anésio Miranda, s/n, Várzea Nova, Santa Rita- PB.**

Acervo pessoal do autor. 26 de jul. 2009.

**Foto 8**

**Biblioteca Irineu Pinto do IHGP.**

Fonte: [www.ihgp.net](http://www.ihgp.net). Acesso: 25 jul. 2009.

**Foto 9**

**Escola Estadual Irineu Ferreira Pinto, localizada em Bayeux-PB.**

Fonte: <http://www.8p.com.br/irineupinto/perfil?fotologId=518506> .

Acesso: em 25 jul. 2009.